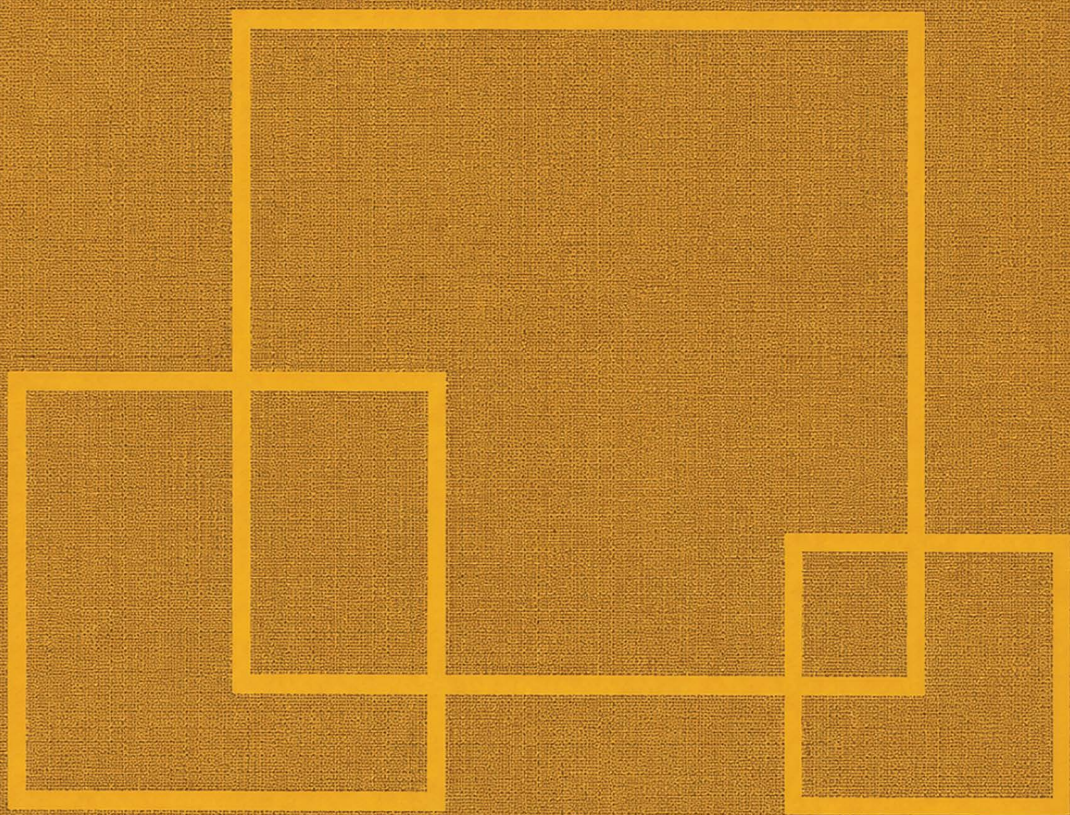




literatura econômica

ipea - Instituto de Planejamento Econômico e Social

volume 7 — número 2

junho — 1985

literatura econômica

ISSN 0100-655X

Revista quadrimestral de



instituto de planejamento
econômico e social

DIRETORES RESPONSÁVEIS

Andrea Sandro Calabi
Presidente do IPEA

Eustáquio José Reis
Superintendente do INPES

Francisco Vidal Luna
Superintendente do IPLAN

CORPO EDITORIAL

Claudio Monteiro Considera
Editor

Fernanda Machado Pinto
Editora-Executiva

Alice Martins de Carvalho
Antonio de Lima Brito
Gilberto V. de Carvalho
Editores-Assistentes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Alcides F. Vilar de Queiroz
Nilson Souto Maior

A assinatura de LITERATURA ECONÔMICA é gratuita e inclui, além dos números regulares, publicados em fevereiro, junho e outubro, o suplemento bimestral SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS e o ÍNDICE BIENAL, bem como eventuais edições suplementares. Pedidos de números atrasados serão atendidos de acordo com a disponibilidade do estoque.

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução das matérias divulgadas, desde que seja citada a fonte.

Os manuscritos devem ser apresentados em duas cópias, datilografadas em espaço duplo, com o máximo de 50 páginas. Todas as citações bibliográficas, no texto, em notas de pé de página ou no final das matérias, deverão seguir à risca as normas da ABNT.

Toda correspondência, manuscritos e doação de publicações devem ser endereçadas a

LITERATURA ECONÔMICA — EDITORIA

Av. Pres. Antônio Carlos, 51 — 15º
Caixa Postal 2672
20 020 — Rio de Janeiro — RJ

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA, Fundação vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, tem por atribuições principais:

I — auxiliar a Secretaria de Planejamento na elaboração dos programas globais de governo e na coordenação do sistema nacional de planejamento;

II — auxiliar a Secretaria de Planejamento na articulação entre a programação do governo e os orçamentos anuais e plurianuais;

III — promover atividades de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;

IV — promover atividades de treinamento para o planejamento e a pesquisa aplicada.

O IPEA compreende um Instituto de Pesquisas (INPES), um Instituto de Planejamento (IPLAN), um Instituto de Programação e Orçamento (INOR) e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC). Fazem parte do IPLAN três Coordenadorias: Planejamento Geral, Setorial e Regional, além do Centro Nacional de Recursos Humanos.

literatura econômica

volume 7

junho 1985

número 2

Sumário

ARTIGOS

Uma Nota Introdutória ao Artigo "O Objeto e Método da Economia", de
Oskar Lange

Dulio de Ávila Béni 199 - 205

O Objeto e Método da Economia

Oskar Lange 207 - 229

A Hiperinflação Alemã na Década de 20

Cláudio Ribas Visconti 231 - 253

Uma Nota Introdutória ao Artigo "A Crise na Esfera do Emprego: Particularidades,
Causas e Conseqüências", de N. Gauzner

Josué Almeida 255 - 57

A Crise na Esfera do Emprego: Particularidades, Causas e Conseqüências

N. Gauzner 259 - 80

COMUNICAÇÕES

Notas sobre Algumas Fontes Primárias Estrangeiras para a História Econômica
Brasileira

Marcelo de Paiva Abreu 281 - 309

LIVROS

Relação Classificada 311

Resumos Informativos 322

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Publicações Seriadas 337

Estudos e Pesquisas 344

Referência 349

PESQUISAS ECONÔMICAS

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto 353

Publicado por

IDEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social
INSTITUTO DE PESQUISAS — INPES

Rio de Janeiro

Lit. econ., 7(2): 197-372, 1985.

ERRATA

No número anterior desta revista foi omitido que o artigo "História e Economia", da Prof.^a Alice Piffer Canabrava, constituiu-se na Aula Magna Jacy Heronville da Silva, Sessão de Abertura, proferida no XII Encontro Nacional da ANPEC, realizado na FEA/USP, em São Paulo, de 5 a 7 de dezembro de 1984.

Uma Nota Introdutória ao Artigo “O Objeto e Método da Economia”, de Oskar Lange

DUILIO DE ÁVILA BÉRNI *

O artigo de Oskar Lange publicado neste número de *Literatura Econômica* apareceu originalmente há 40 anos, num tempo em que a discussão epistemológica e metodológica era mais intensa em outras ciências do que na Economia. Não obstante, a constatação de que “a ciência econômica se encontra em crise” é quase tão velha como essa ciência bicentenária. Com efeito, praticamente todos os grandes economistas dedicaram boa parcela de seu tempo ao estudo de questões metodológicas, dada sua insatisfação com a produção dos seus antepassados profissionais.

A incapacidade da ciência econômica em responder a todos os problemas concretos relevantes é atestada por sua bifurcação, há mais de 100 anos, em duas correntes. Lange (1972, pp. 68-83) as caracteriza como “Economia Marxista” e “Moderna Teoria Econômica”, num artigo publicado em 1935, onde busca salientar que elas devem ser entendidas como (em minhas palavras) complementares, ao invés de serem “serviços” substitutos.

Quer entendamos as idéias dessas escolas como “paradigmas” (conforme Khun), quer as classifiquemos como “programas de pesquisa científica” (conforme Lakatos), parece-nos que Lange faz um verdadeiro elogio do ecletismo: se uma explica “as tendências do desenvolvimento do capitalismo e as enfeixa em uma teoria da evolução econômica”, a outra dá respostas a questões tais como preços monopolistas e teorias da moeda e do crédito [Lange (1972, pp. 68-9)]. Em outras palavras, se uma enfatiza os “conflitos de poder” e a outra a “maximização do lucro”¹ e da utilidade, é somente através de sua integração que poderemos entender a totalidade econômica. Profundo conhecedor das duas escolas, Lange fez

* Da Fundação de Economia e Estatística e do Departamento de Economia da UFRGS.

¹ As expressões “conflitos de poder” e “maximização do lucro” são de Worland, para configurar dois paradigmas, conforme refere Blaug (1976, p. 174).

contribuições marcantes para ambas, tendo afirmado que sua obra envolve "uma idéia condutora única, qual seja, a de relacionar um tratamento estritamente científico às necessidades da prática social" [apud Pomeranz (1981, p. 8)].

É importante termos em mente essas controvérsias metodológicas mais perenes, a fim de entendermos o tipo de problemática mais ampla em que Lange estava envolvido ao escrever "O objeto e método da Economia". Assim examinaremos, em primeiro lugar, este artigo; 40 anos após sua elaboração, à luz dos progressos da filosofia da ciência e da própria ciência econômica, podemos avaliar o esforço de seu autor no sentido de inserir a concepção então vigente de *Economia* no contexto mais amplo das Ciências Sociais. Em segundo lugar, faremos algumas considerações em torno da biografia de Lange, com o intuito de mostrar que sua vida e obra são argumentos que validam a tese das vantagens advindas da utilização dos enfoques "Moderna Teoria Econômica" e "Economia Marxista", daí tendendo a emergir uma ciência econômica mais ampla e completa.

Na primeira seção do artigo, Lange define a Economia (por contraste à Economia Política) como "a ciência da administração dos recursos escassos na sociedade humana", salientando que seu caráter de ciência social resulta da "dupla influência" das necessidades biológicas e sociais sobre os padrões de civilização e da organização e instituições sociais sobre o modo como os recursos são usados pela sociedade.

Ao justificar o caráter científico da economia, antecipa, de certo modo, os argumentos posteriormente usados por Friedman e outros, no sentido de valorizar tanto o empirismo quanto o apriorismo como métodos válidos de se construir a teoria econômica. Ao dizer que as leis econômicas são proposições condicionais deduzidas pelas regras da lógica e da matemática, não nega que a Economia seja também uma ciência empírica, pois as observações empíricas permitem que se submetam a testes os teoremas deduzidos dos supostos ou hipóteses. Por outro lado, destaca o caráter abstrato da teoria, ao reconhecer que seus "teoremas" nunca são completamente confirmados pela realidade. Em outras palavras, categorias teóricas, como o preço de uma mercadoria, não têm contrapartida empírica. Naturalmente, as teorias falam em preço, mas não podem nem devem isolar um bem, dentre as "centenas de qualidades e milhares de vendedores, cada um cobrando um preço diferente". Finalmente, no que diz respeito ao hoje chamado caráter normativo da Economia, Lange salienta que, uma vez conhecidos os objetivos da sociedade quanto à adminis-

tração dos recursos, pode-se adotar tal uso "ideal" como um padrão de avaliação do uso real.

Quanto à segunda seção, parece-nos que Lange comunga da crença em uma ciência objetiva, ao contrário de autores mais recentes, como McCloskey (1983). Lange reconhece o papel de preconceitos e ideologias e descarta como não-científicas as proposições oriundas de "processos de racionalização de motivações subconscientes, não lógicos". Submetidas às regras da lógica, essas divergências devem desaparecer quando houver convergência quanto aos objetivos sociais a serem atingidos e convergência quanto aos fatos. "Certas situações econômicas levam ao desemprego ou à inflação, qualquer que seja a simpatia ou a antipatia do economista pelo sistema capitalista."

Não obstante, Lange confere importante papel à ideologia no desenvolvimento da própria ciência econômica, e a seguinte frase (verdadeira ou falsa?) é um resumo da sua, pelo menos, não-neutralidade: "As motivações 'conservadoras', *i. e.*, motivações resultantes do desejo de manter as instituições sociais e os padrões de civilização estabelecidos, tendem a desfavorecer, enquanto motivações 'progressistas' que resultam do desejo de mudar e melhorar as instituições sociais e os padrões de civilização tendem a favorecer a consecução de resultados cientificamente válidos no domínio das ciências sociais."

A terceira seção do artigo discute a natureza das unidades econômicas e o fato de como se dá a coordenação entre elas. Dado que cada unidade econômica possui certo objetivo quanto ao uso dos recursos (famílias, consumo; empresas, lucro; e entidades governamentais, bem-estar público) e atua independentemente das demais, a totalidade econômica encontrará seu equilíbrio quando as decisões dessas três entidades forem coerentes entre si. Por seu turno, essa coordenação dá-se pela ação dos agentes no mercado ou pela planificação, ou por uma combinação entre mercado e planificação.

A maneira como se organizam as sociedades humanas para administrar os recursos escassos é o objeto da quarta seção. Como já vimos, seria enganador pensar que Lange vê na ciência econômica apenas o estudo da administração da escassez. Nesta seção, ele privilegia a produção, e não o consumo ou a troca, como sendo o melhor elemento para classificar as unidades econômicas, uma vez que — ressalta — a ela os homens destinam a maior parte de seu tempo. Assim, define como de economias domésticas as sociedades em que a produção é originada das famílias. À medida que se generaliza a troca, aparecem as empresas, configu-

rando as economias capitalistas, que se caracterizam pelo desejo de maximizar o lucro. Por último, destaca as sociedades em que a produção é efetivada pelo setor público como sendo as economias socialistas. Salienta, todavia, que a realidade não nos apresenta casos tão puros como o fazem as classificações teóricas, enfatizando a existência de economias mistas.

Prosseguindo na discussão do caráter abstrato da ciência econômica enquanto peça teórica, a quinta seção examina o chamado "postulado da racionalidade", um poderoso instrumento de simplificação da análise teórica: agindo racionalmente, as ações das unidades econômicas podem ser previstas pela teoria. Uma vez que esse postulado diz respeito à possibilidade de interpretar-se a decisão das famílias analogamente à das empresas, justifica que ambas agem racionalmente quando desejam maximizar (mesmo que apenas de forma condicionada) lucros ou utilidade. Se substituirmos na frase a seguir o segundo uso da palavra "empírica" por "apriorística", podemos sustentar que o próprio Friedman a incorporaria a seu famoso artigo de 1953: "Embora sendo um atalho destinado a economizar investigação empírica elaborada, o postulado da racionalidade é, apesar de tudo, apenas uma suposição apriorística. É uma hipótese que, em cada caso, deve ser verificada confrontando-se as deduções lógicas do postulado com as observações da experiência."

Mas seria enganador pensarmos que Lange foi um *Chicago daddy*. Sua valorização do instrumental da "Moderna Teoria Econômica", associada aos seus escritos sobre "Economia Marxista", permite-nos classificá-lo muito mais como tendo uma postura eclética, ou como um dos grandes sintetizadores da ciência econômica moderna, em sua acepção mais ampla.

A obra de Oskar Ryszard Lange (1904-1965) é um exemplo rico e feliz de como um autor pode dar contribuições importantes em um campo e outro da ciência econômica sem perder seu engajamento político e mesmo um tom francamente apologético. Ainda adolescente, torna-se militante socialista em seu país de origem, a Polônia.² Formando-se em Economia, torna-se professor de Estatística, de 1931 a 1935, quando ganha uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, para estagiar na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nessa oportunidade, publica dois artigos na *Review of Economic Studies*, os quais vêm a ser novamente publicados em 1938 incorporando um terceiro artigo, de F. W. Taylor, "Sobre a teoria econômica do socialismo".

2 Boa parte das informações a seguir está contida em Kowalik (1964).

Em 1937, tenta voltar a lecionar na Polônia, não conseguindo devido a suas posições político-ideológicas. Volta aos Estados Unidos em 1938, como professor da Universidade de Stanford, transferindo-se à de Chicago em 1939, onde permanece até 1945.

Desse período, ficaram importantes contribuições à teoria econômica, destacando-se os artigos "A taxa de juros e a propensão a consumir ótima" (1938) e "A lei de Say: uma crítica e uma reapresentação" (1942). Neste último ano, publica ainda o livro *A flexibilidade dos preços e o emprego*, no qual enfrenta "os neoclássicos no seu próprio campo" [Kowalik (1964, p. 5)]. Em 1945, publica o artigo ora apresentado em *Literatura Econômica*, concebido como "o primeiro capítulo de um estudo sistemático ... das ações 'econômicas' articuladas com a influência da organização e instituições sociais nas formas e métodos da administração dos recursos escassos" [Kowalik (1964, p. 11)].

Durante a II Guerra Mundial, ainda nos Estados Unidos, Lange teve forte envolvimento político, engajando-se em instituições privadas cujo fim era prover fundos à formação de um exército polonês na União Soviética. Volta à Polônia em 1945, sendo nomeado embaixador nos Estados Unidos e delegado desse país no Conselho de Segurança da ONU. Retorna à Polônia em 1947, ano em que, nas eleições de janeiro, os comunistas ascendem ao poder, sendo eleito membro do Comitê Central do Partido Socialista Polonês e de seu sucessor, o Partido Unificado dos Trabalhadores Poloneses. De 1957 a 1959, novamente presta sua colaboração à ONU, desta feita como presidente da Comissão Econômica para a Europa.

Em 1963 publica o livro *Todos e partes: uma teoria geral do comportamento do sistema*, onde discute a relação da cibernética com a filosofia marxista, o que nos dá uma idéia dos rumos que seu trabalho seguia nos últimos anos de sua vida.

Nos cargos que ocupou, fica evidente a postura de não-neutralidade política, a julgar por propostas como o rompimento da ONU com a Espanha franquista, o desarmamento e a cooperação econômica internacional. Sua obra *Porque o capitalismo não pode resolver os problemas dos países subdesenvolvidos* (1957), se não é uma declaração insofismável da falência do capitalismo, constitui-se numa clara demonstração de que a ciência econômica pode ser apologética também no sentido da superação do modo de produção capitalista.

Neste sentido, é importante destacar seu artigo "Os fundamentos da economia do bem-estar" (1942), no qual acrescenta aos tradicionais critérios de eficiência na obtenção de ótimos paretianos os de equidade

[Pomeranz (1981, pp. 9-10)]. As preocupações sociais mais amplas envolvidas nessa contribuição apresentam-se como uma constante na obra de Lange. Sua vivência enquanto economista e planejador de um país socialista leva-o, nos últimos anos, a preocupar-se com a "democratização do socialismo" [Kowalik (1964, p. 12)]. Podemos, assim, dizer que os problemas de administração da escassez enfrentados no cotidiano do "socialismo real" são tratados ampla e profundamente por ele, o que o caracteriza como um dos grandes sintetizadores da ciência econômica. Isto porque, ao estudar "as leis sociais da produção e da distribuição" [Lange (1967, p. 19)] também numa economia socialista, amplia de modo perene o objeto da Economia Política.

BIBLIOGRAFIA

- BLAUGH, Mark. Khun versus Lakatos or Paradigms versus research programmes in the history of economics. In: LATSIS, Spiro J., ed. *Method and appraisal in economics*. Cambridge, CUP, 1976.
- BIANCHI, Ana Maria. A economia e sua crise de identidade. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, 6 (4) :577-94, out. 1984.
- BROMFEMBRENNER, Martin. Introducción a la metodología económica para lectores de pretensiones intelectuales medias. In: KRUPP, Sherman Roy ed. *La estructura de la ciencia económica*. Madri, Aguillar, 1973.
- DEHTER, Aaron. *Ciência econômica: algumas reflexões sobre teoria e realidade*. Texto para Discussão, 5. Mimeo. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1975.
- FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: FRIEDMAN, Milton. *Essays in positive economics*. Chicago, University of Chicago, 1953.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto de Almeida, e TOLIPAN, Ricardo. O curso de economia e a crise da teoria econômica. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, 2 (1) : 3-14, jan./fev. 1980.

KOWALIK, Tadeus. Biography of Oskar Lange. In: PWN-Polish Scientific Publishers. *On political economy and econometrics: essays in honour of Oskar Lange*, 1964.

LANGE, Oskar. *Moderna economia politica: problemas gerais*. 2.^a ed.; Rio de Janeiro, Fundo de Cultura Econômica, 1967.

———. A economia marxista e a moderna teoria econômica. In: HOROWITZ, David, org. *A economia moderna e o marxismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MCCLOSKEY, Donald N. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*, XXI (2): 481-517, jun. 1983.

POMERANZ, Lenina. Introdução. In: POMERANZ, Lenina, org. *Oskar Lange: economia*. São Paulo, Ática, 1981.

O Objeto e Método da Economia *

OSKAR LANCE

1 – DE QUE TRATA A ECONOMIA

A economia é a ciência da administração dos recursos escassos na sociedade humana. A humanidade, vivendo dentro da estrutura de uma dada civilização histórica, sente várias necessidades, como alimentação, abrigo, vestuário, educação, prestígio social, diversão, expressão de atividade religiosa, nacional ou política e outras. Algumas destas necessidades resultam de carências biológicas, que devem ser satisfeitas para a própria preservação da vida. A maioria delas, entretanto, é produto da vida em sociedade, freqüentemente, da própria existência de meios para satisfazê-la. Até mesmo as necessidades que resultam de carências biológicas assumem formas determinadas pelos padrões de uma civilização particular sob a qual vivem os seres humanos. As necessidades podem ser satisfeitas por meio de objetos apropriados, chamados de *bens*, e. g. terra, carvão, gado, construções, navios, ferrovias, maquinaria, reservas de matéria-prima. As necessidades também podem ser satisfeitas por meio do uso destes objetos ou de pessoas; neste caso, não se trata de bens mas sim de *serviços*, tais como os prestados por transportes, moradias, trabalhadores, professores, empresários, artistas, etc. Os bens e serviços são os *recursos* utilizados para satisfazer as necessidades humanas. Alguns destes recursos – o ar, por exemplo – são tão abundantes que todas as necessidades que deles dependem podem ser completamente satisfeitas. No entanto, outros, como o petróleo ou os serviços prestados por seres humanos, existem em quantidades insuficientes para satisfazer todas as necessidades que deles dependem. Neste caso, dizemos que os recursos são *escassos*. Quando isto ocorre, certas necessidades permanecerão insatisfeitas. Os homens tomam decisões

* [Este trabalho foi publicado originalmente na *Review of Economic Studies*, v. 13, 1945, pp. 19-32. A tradução é de Antonio Silva Dias, Luciana Varnieri Brito, Maria Juliana Zeilmann Fabris e Renato Luiz Romera Carlson e foi revisada por Achyles Barcelos da Costa, Dullio de Ávila Bémi, Pedro Silveira Bandeira e Suzi de Ávila Bémi. (N. do E.)]

que, conforme as instituições e a organização da sociedade, determinam a distribuição dos recursos escassos entre as diferentes pessoas, bem como os fins que serão dados a esses recursos. Em outras palavras: os mesmos são administrados. O estudo das formas como tais recursos são administrados é a tarefa da ciência chamada economia.

A administração de recursos escassos é influenciada pelos padrões de civilização e pela organização e instituições da sociedade na qual vivem os homens. A influência é dupla. As necessidades que os recursos satisfazem são produtos de padrões da civilização historicamente desenvolvidos na sociedade. As maneiras pelas quais os recursos escassos são procurados, adaptados aos vários propósitos e distribuídos entre diferentes pessoas são resultado da organização social e instituições sociais. As formas de propriedade, as instituições tais como as corporações e os bancos, o conhecimento técnico adquirido em instituições de pesquisas e transmitido pelas escolas, a regulamentação pelas entidades governamentais, os hábitos e o padrão moral, tudo influencia as formas de administrar os recursos escassos. A economia é, assim, uma *ciência social*, isto é, ela lida com uma matéria que depende dos padrões e formas de vida na sociedade humana. Ela difere da sociologia, a ciência das ações e relações sociais (padrões de repetidas ações sociais) entre os homens, por se mostrar interessada nas ações dos homens em relação aos recursos escassos, os quais servem para satisfazer seus desejos. Estas ações são dependentes de ações sociais mas são distintas delas. Vamos chamá-las de *ações econômicas*. Embora dependentes das ações sociais, as ações econômicas, por seu turno, influenciam e até criam ações e relações sociais. A última influência mencionada proporciona matéria para um campo específico de estudo. Poderíamos chamá-lo de *sociologia econômica*, a ciência dos efeitos das ações econômicas nas ações e relações sociais. Temas como a sociologia das relações industriais, a burocracia nas corporações e sindicalismo pertencem a esse campo. O presente ensaio limita-se à economia, isto é, ao estudo das ações econômicas. Isto inclui o estudo da influência das instituições e da organização social sobre as maneiras e métodos de administração dos recursos escassos.

Como qualquer outra ciência, a economia não se satisfaz com o mero conhecimento descritivo, mas tenta discernir padrões gerais de uniformidade da administração dos recursos escassos. A possibilidade de estabelecer tais padrões de uniformidade se baseia em dois fatos observados. As ações humanas, no que diz respeito aos recursos escassos, são sujeitas a padrões uniformes de repetição. Por exemplo, a maioria das pessoas reage a um aumento em sua renda gastando mais dinheiro em bens e serviços. Dentro

da estrutura de certas instituições e organizações sociais, as uniformidades na ação econômica de indivíduos ou grupos de indivíduos produzem certas uniformidades na distribuição e uso dos recursos escassos. Assim, um aumento na quantidade de empréstimos bancários para os comerciantes ou para as grandes empresas faz com que estes aumentem a procura de recursos com um conseqüente aumento no emprego e/ou nos preços. O ramo da economia que lida com tais padrões de uniformidade e os combina num sistema coerente é chamado de *economia teórica* ou teoria econômica (também análise econômica). As proposições que enunciam os padrões de uniformidade são chamadas de *leis econômicas*. As leis econômicas são, como todas as outras leis científicas, proposições condicionais. Elas asseguram que tal e tal acontece regularmente toda vez que tais e tais condições são satisfeitas (isto é, sempre que tais e tais outros fatos ocorrem). Não se aplica nenhuma lei científica quando não se dão as condições prévias para sua ocorrência. Uma vez que a administração dos recursos escassos é influenciada pelas organizações sociais e pelas instituições, tais organizações e instituições estão entre as condições implícitas nas leis econômicas. Conseqüentemente, as leis econômicas que se mantêm num tipo de organização social podem deixar de fazê-lo em outro. A maioria das leis econômicas é, desse modo, "historicamente limitada" a certos tipos de organização e instituições sociais. Isso, entretanto, não implica nenhuma diferença básica entre as leis da economia (ou das ciências sociais) e as leis das ciências naturais. As últimas, também, são dependentes de condições que estão sujeitas a mudanças. Diferentes leis das ciências naturais têm diferentes graus de permanência histórica, geralmente em grau muito maior que as leis da economia, embora até mesmo este não seja sempre o caso (algumas leis da meteorologia são menos permanentes do que algumas leis da economia). A diferença é apenas de grau. Como todas as leis científicas, as leis econômicas são estabelecidas para fazerem previsões bem-sucedidas do resultado das ações humanas. Na economia, as leis servem para prever os resultados de políticas, isto é, de ações de entidades públicas ou privadas com referência à administração dos recursos escassos. Tais previsões, no entanto, são difíceis. Isto se deve ao fato de que o número de condições restringindo a validade das leis econômicas é muito grande, e é difícil determinar se todas elas são satisfeitas em uma situação particular. Não obstante, algumas previsões bem-sucedidas estão sendo feitas com a ajuda da ciência econômica.

A economia teórica não esgota o campo da indagação econômica. A economia também estuda e descreve os meios e métodos particulares de

administrar recursos escassos, à medida que eles ocorrem na história da sociedade humana, passada e presente. As observações são feitas, classificadas e interpretadas com o auxílio das uniformidades estabelecidas pela teoria econômica. Esta busca fornece a matéria da *economia aplicada*. A economia aplicada é subdividida em várias partes, sendo as mais importantes: a história econômica — estudo da administração de recursos escassos nas sociedades humanas do passado; e a economia institucional — estudo da influência das instituições sociais particulares na administração dos recursos escassos. O efeito das associações de negociantes sobre os preços, a qualidade e a quantidade dos bens, ou o efeito da organização coletiva na agricultura sobre a eficiência da produção são exemplos de problemas relativos ao último campo mencionado.

A economia teórica coloca os padrões de uniformidade num sistema coerente. Isto é feito apresentando-se as leis da economia como um conjunto de proposições dedutivas obtidas pelas regras da lógica (e da matemática) de umas poucas proposições básicas. As proposições básicas são chamadas de supostos ou postulados e as proposições derivadas são chamadas de teoremas. A economia teórica aparece, conseqüentemente (como todas as outras ciências teóricas), como uma ciência dedutiva. Isto, entretanto, não a torna um ramo da matemática pura ou da lógica. Como o restante da economia, a economia teórica é uma ciência empírica. Seus supostos ou postulados são generalizações aproximadas de observações empíricas; por exemplo, a suposição de que as empresas agem no sentido de maximizar o seu lucro monetário. Alguma aproximação não tão precisa (e. g., algumas considerações, como segurança, podem impedir as empresas de maximizarem seus lucros) é aceita em favor de uma maior simplicidade. Os teoremas, por seu turno, estão sujeitos a testes através de observações empíricas. Um conjunto dedutivo de teoremas a ser submetido a um teste empírico é também chamado de *teoria*, *hipótese* ou *modelo*. Podemos, assim, dizer que a economia teórica fornece hipóteses ou modelos baseados na generalização de observações e passíveis de serem testados empiricamente.

Visto que os supostos (postulados) subjacentes a um modelo são apenas aproximativos, os teoremas não correspondem diretamente a resultados das observações empíricas. Para estabelecer tal correspondência, devem ser adotados procedimentos especiais. Primeiro, os conceitos usados nos modelos teóricos não são representações adequadas das observações empíricas. Por exemplo, o modelo teórico fala do "preço" de um bem específico, mas a prática não revela nada como o "bem" especificado e

seu "preço". Há centenas de graus de qualidade e milhares de vendedores, cada qual cobrando um preço diferente. A experiência é muito mais rica do que aquilo que a linguagem da ciência pode levar em consideração. Para cobrir a distância entre os conceitos teóricos e as observações empíricas, é necessário ter um procedimento de *identificação*, que contém regras estabelecendo uma correspondência entre os dois. Tais procedimentos têm de ser fornecidos por diferentes ramos da economia aplicada. Ademais, os teoremas da economia teórica nunca são confirmados exatamente pela observação empírica. Na melhor das hipóteses, tais teoremas o fazem apenas "aproximadamente". Isto levanta a questão do que deve ser considerado como um grau de aproximação aceitável, induzindo-nos a aceitar a hipótese como "verdadeira", e de que grau de aproximação deve ser considerado insuficiente, levando-nos a rejeitar a hipótese como "incompatível com os fatos". A questão pode ser respondida somente em termos de um procedimento de *verificação* (testes) que estabelece regras de acordo com as quais as hipóteses são aceitas como "empiricamente verificadas" ou rejeitadas como "empiricamente não verificadas" ou "empiricamente refutadas". Um ramo especial da economia recentemente desenvolvido lida com tais procedimentos de verificação. É chamado de *econometria* e é baseado nos princípios da estatística-matemática.

A administração dos recursos escassos que se observa empiricamente pode ser avaliada em termos de certos objetivos sociais. Tais objetivos podem consistir na melhor satisfação das necessidades de indivíduos de acordo com suas próprias preferências, ou da administração dos recursos escassos para certos empreendimentos coletivos — por exemplo, a planificação da industrialização de um país, como na União Soviética, ou de um processo de guerra bem-sucedido, ou da decretação de certas idéias de justiça social — ou, finalmente, de uma combinação de todos. Sendo dados os objetivos sociais, podem-se encontrar regras de uso dos recursos escassos que melhor conduzem à realização desses objetivos. O uso dos recursos de acordo com essas regras é chamado de uso "ideal". As regras de uso "ideal" de recursos proporcionam um padrão pelo qual o uso real pode ser avaliado quanto à sua conveniência social. O uso dos recursos tal como observado no mundo real pode ser comparado com o uso "ideal" e podem-se recomendar medidas para adequar o uso efetivo ao uso "ideal". Isto fornece a matéria para outro ramo da ciência econômica, usualmente chamado de *economia do bem-estar* (também economia normativa ou economia social). As regras do uso "ideal" dos recursos escassos são afirmações gerais, expressando padrões uniformes de ações econômicas que,

se adotadas, são as que melhor conduzem os objetivos sociais. Tais regras são proposições condicionais porque são válidas somente sob dados objetivos e dadas condições empíricas; exigem verificações empíricas. (Uma regra de uso "ideal" de recursos pode não conduzir na prática aos propósitos sociais desejados.) As regras de uso "ideal" de recursos podem, então, ser consideradas como um tipo especial de leis econômicas. Isto torna conveniente incluir a economia de bem-estar na economia teórica como um ramo suplementar desta última.

2 — A OBJETIVIDADE DA CIÊNCIA ECONÔMICA

As proposições da ciência econômica têm validade objetiva. Isto significa que duas ou mais pessoas que concordam em acatar as regras de procedimento científico deverão alcançar as mesmas conclusões. Se começarem com as mesmas hipóteses, elas deverão, pelas regras da lógica, derivar os mesmos teoremas. Se aplicarem as mesmas regras de identificação e verificação, deverão alcançar concordância quanto a se os teoremas deveriam ser aceitos como "verdadeiros" ou rejeitados como "não verificados" ou "falsos". O teste da verificação decide se as hipóteses são adequadas ou não. Neste último caso, eles devem ser substituídos por novos que levam a teoremas capazes de resistir ao teste de verificação. O veredito final com relação a qualquer proposição da ciência econômica é, então, baseado numa chamada aos fatos, isto é, às observações empíricas. "Ver para crer". * Este veredito tem validade interpessoal porque os fatos são interpessoais, isto é, podem ser observados por todos.

A validade interpessoal de proposições serve também para a economia do bem-estar. Não existe concordância interpessoal necessária sobre os objetivos sociais que fornecem o padrão de avaliação para a economia do bem-estar. Diferentes pessoas, grupos sociais e classes podem ter, e frequentemente desejam, diferentes objetivos sociais. Entretanto, uma vez que os objetivos sejam formulados e certas hipóteses sejam feitas sobre condições empíricas, as regras de uso "ideal" de recursos são derivadas pelas regras da lógica e verificadas pelas regras da verificação. Este procedimento é

* [Traduzimos o dito popular inglês "The proof of the pudding is in the eating" (A prova do pudim está em comê-lo) pelo que consideramos ser seu correspondente em português. (N. do T.)]

interpessoalmente objetivo, isto é, todos que o aplicarem deverão alcançar as mesmas conclusões. A situação pode ser comparada com aquela de dois médicos tratando de um paciente. Não há necessidade de concordância interpessoal sobre o objetivo do tratamento. Um médico pode desejar curar o paciente, o outro pode desejar matá-lo (e. g., o paciente pode ser um judeu num campo de concentração nazista; um médico pode ser um colega prisioneiro que quer ajudá-lo, o outro médico pode ser um nazista agindo sob ordens de exterminar os judeus). Mas uma vez que o objetivo é estabelecido sobre o que deve ser feito (qualquer um dos médicos pode, naturalmente, recusar-se a agir), suas proposições quanto a se um dado tratamento conduz ao fim em consideração têm validade interpessoal. Qualquer divergência entre eles pode ser acertada por uma chamada aos fatos e às regras de procedimento científico.

Nossa conclusão sobre a objetividade da ciência econômica pode parecer surpreendente. Os economistas são notoriamente conhecidos por sua incapacidade de chegar a um consenso e também por estarem divididos em opostas "escolas de pensamento", "ortodoxas" e "não-ortodoxas", "burguesas" e "socialistas", e muitas outras. A existência da profunda divergência entre economistas, no entanto, não refuta nossa tese sobre a objetividade da economia enquanto ciência. Estas divergências podem remontar a uma ou mais das seguintes fontes:

1 — *Divergência sobre objetivos sociais*. Esta é a fonte mais freqüente de divergências, mas atua como tal apenas enquanto implícita ou irreconhecida. Se os objetivos sociais forem fixados explicitamente, a divergência desaparece. De qualquer conjunto dado de objetivos sociais, e com dadas suposições quanto às condições empíricas, são tiradas conclusões com validade interpessoal pelas regras da lógica e da verificação.

2 — *Divergência sobre fatos*. Tal divergência pode sempre ser resolvida por observação adicional e estudo do material empírico. Frequentemente, entretanto, os dados empíricos necessários para resolver a divergência não são disponíveis. Em tais casos, o problema permanece não resolvido. A conclusão de que o problema não pode ser resolvido com os dados disponíveis tem validade interpessoal. Alcança-se acordo em não se emitir julgamento.

3 — *Fracasso em ater-se às regras da lógica, da identificação e da verificação*. A divergência pode ser superada pela correta aplicação destas regras.

As divergências são, portanto, todas devidas ao fracasso em ater-se às regras de procedimento científico e podem ser resolvidas pela aplicação rigorosa dessas regras. Economistas, bem como outros cientistas, no entanto, não são autômatos agindo com base nas regras de procedimento científico. Como seres humanos estão sujeitos a uma grande multiplicidade de influências, algumas conscientes, a maioria delas subconscientes que determinam suas conclusões, como afirmado na literatura da economia. Há influências sociológicas e psicológicas que algumas vezes são desfavoráveis e outras favoráveis à aplicação do procedimento científico. A persistência de divergências indica que as influências perniciosas são muito fortes. É conveniente ter um quadro dessas influências perniciosas, tanto quanto daquelas que são úteis.

Os economistas, como outros seres humanos, vivem sob as instituições de uma sociedade histórica e sob os padrões de sua civilização. Compartilham suas crenças e valores, preconceitos e interesses, horizontes e limitações. Eles dependem, para sua subsistência, do progresso e reconhecimento das instituições da sociedade na qual eles vivem, *e. g.*, em universidades, em institutos de pesquisa, editoras, imprensa, governo e estabelecimentos comerciais. A maioria destas instituições tem outros objetivos, mais importantes do que a "livre busca da verdade", e mesmo aquelas que têm este objetivo são dependentes do resto da sociedade e devem fazer seus ajustes e negociações. Além do mais, os economistas são educados como membros de uma determinada nação, classe social, grupo religioso ou filosófico, tradição política, etc. Tudo isso expõe os economistas, e também outros cientistas, a uma multiplicidade de influências outras que não as regras do procedimento científico. As influências conscientes são facilmente reconhecidas e superadas caso interfiram na aplicação honesta do procedimento científico, embora mesmo neste caso muitos possam preferir limitar sua indagação científica a campos "seguros" onde há pouco perigo de conflito com interesses e preconceitos poderosos e dominantes. As influências realmente importantes, entretanto, são aquelas subconscientes. O economista sujeito a elas está desavisado de sua existência; as influências operam através de processos de racionalização de motivações subconscientes. O resultado é a produção de *ideologias*, isto é, sistemas de crenças que são sustentadas não pelo motivo de sua conformidade ao procedimento científico mas como racionalização de motivos subconscientes, não lógicos. As ideologias não têm validade interpessoal. Convencem apenas aqueles que compartilham das mesmas motivações subconscientes e se submetem aos mesmos processos de racionalização.

O estudo de ideologias, das condições de suas origens e influências, tornou-se também matéria de uma disciplina especial, a *sociologia do conhecimento*. Tal disciplina levou a uma importante compreensão das condições sociológicas e psicológicas da indagação científica, sendo sua contribuição mais importante o reconhecimento do fato de que toda produção científica contém um elemento ideológico. Isto se aplica tanto nas ciências naturais quanto nas sociais. A história da teoria de Copérnico na astronomia e da teoria da evolução na biologia nos fornece um exemplo disso. Por muito tempo a atitude dos astrônomos e biólogos para com estas teorias foi influenciada por sua atitude geral, amigável ou hostil, às doutrinas eclesiásticas dominantes e por sua dependência ou independência pessoal das instituições eclesiásticas. A história da economia está cheia de exemplos do elemento ideológico na ciência econômica. Os degraus mais importantes no desenvolvimento da economia não foram meramente científicos mas também ideológicos, como consequências sociais de longo alcance.

A existência de um elemento ideológico em cada ciência fez com que alguns representantes da sociologia do conhecimento negassem a validade objetiva de proposições científicas, particularmente no domínio das ciências sociais. Tal conclusão é injustificada. A validade de proposições científicas pode ser verificada com objetividade impessoal através de uma chamada aos fatos. Predições derivadas de proposições científicas podem ou não ser passíveis de teste de sua veracidade. O resultado é inteiramente independente das motivações humanas, conscientes ou subconscientes; depende inteiramente da correção do procedimento científico aplicado no estabelecimento das proposições. Eclipses previstos ocorrem ou não, pontes suportam a tensão do tráfego ou desabam, pacientes curam-se ou morrem, quaisquer que sejam as motivações dos astrônomos, do engenheiro ou do médico. Certas situações econômicas levam ao desemprego ou à inflação, qualquer que seja a simpatia ou a antipatia do economista pelo sistema capitalista. A validade das proposições científicas não depende de motivações humanas, mas inteiramente da observação das regras de procedimento científico, sendo, portanto, interpessoal.

O elemento ideológico na indagação científica não precisa sempre ser um obstáculo em alcançar resultados válidos interpessoalmente. Se tal não fosse o caso, teria ocorrido muito pouco progresso científico. A motivação ideológica também pode estimular o desenvolvimento da ciência. Descobertas foram feitas na física e na química como consequência do desejo de lucrar ou de promover a defesa nacional (de fato, o próprio

desenvolvimento dessas ciências está intimamente relacionado à indústria moderna e à guerra). A ciência biológica tem sido estimulada por motivações de simpatia humana pelo doente e pelo que sofre. A maior parte das contribuições muito importantes das ciências sociais são devidas à paixão pelo aperfeiçoamento e pela justiça social. As descobertas da economia clássica foram, assim, motivadas ideologicamente pela paixão pela liberdade e justiça, bem como pelos interesses da classe média industrial. O progresso da economia industrial foi substancialmente motivado ideologicamente pelo desejo da justiça pelo melhoramento do grupo da classe trabalhadora industrial. Alguma relação parece existir entre a natureza das motivações e sua influência favorável ou desfavorável no desenvolvimento da economia e de outras ciências sociais. As motivações "conservadoras", isto é, motivações resultantes do desejo de manter as instituições sociais e os padrões de civilização estabelecidos, tende a desfavorecer, enquanto motivações "progressistas" que resultam do desejo de mudar e melhorar as instituições sociais e os padrões de civilização tendem a favorecer a consecução de resultados cientificamente válidos no domínio das ciências sociais. Porque é o desejo de mudança e aperfeiçoamento, consciente ou subconsciente, que cria a inquietude da mente, resultando na investigação científica da sociedade humana.

3 — AS UNIDADES DE DECISÃO ECONÔMICA E SUA COORDENAÇÃO

A administração de recursos escassos, ou atividade econômica, é conduzida por várias unidades, tais como: indivíduos, famílias, empresas, ou entidades governamentais. Cada um deles tem à sua disposição certos recursos e toma decisões quanto a seu uso. Vamos chamá-los de *unidades de decisão econômica* (ou de atividade econômica). Distinguem-se ordinariamente três tipos de usos dos recursos: (i) consumo ou uso dos recursos para satisfação direta das necessidades; (ii) produção ou preparação e adaptação dos recursos para a satisfação das necessidades através de ações, tais como mudar as qualidades físicas, químicas e biológicas, mudar a posição no espaço e armazenar para uso futuro; (iii) troca ou uso de recursos para obtenção de outros recursos oriundos de outras unidades de decisão econômica. De maneira análoga, as unidades de decisão econômica são freqüentemente classificadas como consumidoras e produtoras,

respectivamente. Essas classes, no entanto, não são mutuamente exclusivas, visto que a mesma unidade é usualmente consumidora e produtora ao mesmo tempo (uma fazenda, por exemplo), e quase todas as unidades na sociedade moderna praticam a troca. Praticamente não existe nenhuma unidade que pratique apenas a troca, e. g., o comércio sempre envolve alguma mudança na localização ou armazenagem de recursos. Uma classificação mais importante é aquela de acordo com os objetivos que guiam as decisões das unidades. Nesta base, três tipos de unidades podem ser distinguidos:

1 — *Famílias* — o objetivo das decisões destas unidades é o consumo, isto é, satisfação das necessidades. As famílias praticam a troca e a produção, mas estas atividades são realizadas com a finalidade de prover a satisfação das necessidades dos membros da unidade. As famílias apresentam-se de diferentes formas, mormente como pessoas individuais, famílias, empresas, e até órgãos públicos (e. g., um orfanato municipal). Na nossa sociedade a família é a forma dominante de agente de consumo final.

2 — *Firmas ou Empresas Comerciais* — estas são unidades que praticam a troca com o propósito de obter lucro, isto é, uma diferença entre o valor monetário dos recursos vendidos e o valor monetário dos recursos comprados. As firmas são praticamente sempre produtoras, diferenciando-se de outros produtores pelo objetivo da sua atividade, principalmente a obtenção de lucro. Elas assumem diversas formas: empresas individuais, grandes empresas e também órgãos governamentais. Na nossa sociedade atual a empresa é a forma dominante.

3 — *Serviços Públicos* — trata-se de entidades que operam com o propósito de contribuir para que sejam atingidos certos objetivos sociais (geralmente chamados de bem-estar público). Exemplos de serviços públicos são escolas, hospitais, institutos de pesquisas, serviços industriais de utilidade pública, correios, exército, marinha, etc. Na maioria dos casos, os serviços públicos são operados por algum ramo do governo, federal, estadual ou municipal. Mas este não é sempre o caso, e. g., universidades e hospitais particulares. Certos serviços públicos são administrados também por um ou mais governos ou por governos e instituições privadas.

Os três objetivos que servem como base para esta classificação sempre podem ser conceitualmente distinguidos. Deste modo, cada unidade de decisão econômica será considerada como sendo uma família, uma empresa

ou um serviço público. Sob certas circunstâncias, a busca de um desses objetivos pode implicar exatamente as mesmas ações que a busca de um outro. Então, um serviço público pode, de acordo com o objetivo social escolhido, agir exatamente como uma empresa comercial. Em tais casos, é necessário determinar o real objetivo das decisões, e. g., busca de um objetivo social ou de lucro. Isto pode ser feito variando-se as circunstâncias hipoteticamente, de tal modo que os diferentes objetivos impliquem diferentes ações, e questionando-se as ações que serão seguidas. Devemos, também, observar que indivíduos podem ser membros de várias unidades de decisão econômica. Por exemplo, uma pessoa pode ser membro de uma família e, ao mesmo tempo, de várias empresas comerciais.

As decisões de uma unidade podem ser independentes das decisões de outras unidades e podem não exercer influência sobre elas. Diz-se, então, que a unidade é isolada. As unidades de decisão econômica isoladas são necessariamente as famílias. Na sociedade moderna, no entanto, as decisões das várias unidades influenciam-se umas às outras; são interdependentes. A totalidade das unidades de decisão econômica interdependentes é chamada de *economia* ou de sistema econômico. Se as decisões das diferentes unidades numa economia serão executadas, elas devem ser consistentes umas com as outras. Então, a quantidade de recursos que algumas unidades desejam consumir deve ser igual à quantidade que as mesmas unidades ou outras desejam produzir; a quantidade de recursos que algumas unidades desejam adquirir por troca deve ser igual à quantidade que outras desejam ceder na troca; a quantidade total de um recurso desejado pelas unidades deve ser igual à quantidade disponível na economia. Quando as decisões das várias unidades na economia são consistentes umas com as outras, diz-se que a economia está em equilíbrio. A menos que a economia esteja em equilíbrio, as decisões das unidades não podem ser todas transformadas em ações. Para que a ação se torne possível, as decisões devem ser coordenadas, isto é, ser tornadas consistentes umas com as outras.

Existem dois métodos principais através dos quais as decisões das várias unidades são coordenadas. Uma é *planejar*, isto é, coordenação feita por uma autoridade central com poder de influenciar as decisões das unidades. Os meios usados pelos planejadores para influenciar as decisões das unidades são muitos. Eles podem prescrever quotas, isto é, quantidades de recursos a serem produzidos ou consumidos, comprados ou vendidos por parte de cada unidade. Podem também usar meios mais indiretos como, por exemplo, subsídios e impostos para encorajar ou desencorajar

certas decisões. Outra maneira de planejar é utilizar a regulamentação, isto é, a fixação de regras que as unidades devem observar nas suas decisões e ações. Os planejadores podem atuar sobre toda a economia ou somente sobre parte dela. O planejamento pode ser público, *e. g.*, uma entidade do governo, ou privado, como por exemplo uma associação comercial ou um cartel. Podemos, correspondentemente, distinguir entre planejamento privado e planejamento público.

O outro método de coordenação é o *mercado*. O mercado é um padrão regular e recorrente de relações de troca entre as unidades de decisão econômica. A troca regular entre um grande número de unidades pressupõe o uso de um meio de troca geralmente aceito, principalmente do dinheiro. As unidades, então, efetuam suas trocas em dois estágios: venda e compra; vendem seus recursos por dinheiro e compram com o dinheiro os recursos desejados. A razão na qual o dinheiro e os recursos são trocados no mercado é chamada de preço. Encontrando-se no mercado, as várias unidades competem umas com as outras com suas ofertas e demandas. Ajustam e reajustam as suas quantidades oferecidas e demandadas, bem como seus preços, até que a coordenação de suas decisões seja alcançada. Então, através de uma interação das unidades no mercado, chega-se ao equilíbrio da economia. Isto acontece involuntariamente, como um resultado da busca por parte de cada unidade de atingir seus próprios objetivos (consumo, lucro ou serviço público). O mercado, assim, produz automaticamente um resultado equivalente àquele do planejamento. Sua operação tem sido comparada, por isso, à de uma mão invisível (Adam Smith e outros) que produz coordenação a partir de decisões autônomas de muitas unidades separadas. Nem todos os mercados, no entanto, são capazes de produzir tal coordenação, nem a coordenação obtida é sempre consistente com os objetivos sociais aceitos. Em tais casos, o planejamento é usado ou não para alcançar a coordenação de outro modo inacessível, ou para corrigir a coordenação produzida pela "mão invisível" do mercado.

Planejamento e mercado não se excluem. O planejamento pode utilizar a uniformidade de padrões de comportamento das unidades que operam no mercado como um dos meios de influenciar nas suas decisões. Isto acontece, por exemplo, quando os planejadores estabelecem tarifas ou pagam subsídios para influenciar nas quantidades compradas ou vendidas. Algumas vezes, a regulamentação — um método especial de planejamento — é necessária para capacitar o mercado a alcançar a coordenação das decisões das unidades. Os dois métodos de coordenação coexis-

tem. Entretanto, em diferentes sociedades históricas, um ou outro desses métodos tem papel preponderante e aparece como meio principal de coordenar todas as unidades na economia. O desenvolvimento da economia como uma ciência está intimamente ligado ao crescimento preponderante do mercado nos tempos modernos. A operação coordenadora do mercado e, às vezes, o fracasso do mercado em levar à coordenação de decisões colocaram o problema intelectual que propiciou o surgimento e a evolução da ciência econômica.

4 — O CAPITALISMO E OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

A história da sociedade humana nos confronta com diferentes maneiras pelas quais a administração de recursos escassos é organizada. De todos os tipos de atividades econômicas, a produção é aquela para a qual os homens dedicam mais tempo e atenção. Classificamos, portanto, as formas de organização econômica conforme as unidades de decisão econômica que são dominantes no desempenho da produção. Em tempos passados quase todos os produtores eram famílias, sendo a administração de recursos levada a cabo em unidades isoladas. Tal forma de organização econômica é usualmente chamada de economia doméstica. A crescente interdependência das famílias através da troca de bens e serviços levou à aparição da firma ou empresa comercial como a unidade produtora dominante na economia. Atualmente, na maioria dos países avançados, a produção é feita por firmas.

As firmas ou empresas comerciais têm como objetivo uma única variável, a saber, o lucro. Nisso elas diferem das famílias e dos serviços públicos. Uma família, por exemplo, deseja satisfazer diversas necessidades, não sendo sua preocupação meramente atingir certo objetivo. Considerações similares valem para os serviços públicos. Tendo uma única variável como objetivo, a empresa o atinge tanto melhor quanto maior for o valor da variável alcançada. Em outras palavras: buscando o lucro como seu objetivo, uma empresa quer *maximizá-lo*. Usa os recursos à sua disposição — seu capital — de tal maneira a obter o maior lucro possível. Uma economia na qual toda ou a maior parte da produção é feita por empresa é chamada de *economia capitalista*; a organização econômica que delega a produção para as empresas é chamada de *capitalismo*. Na nossa

economia atual, a maioria das firmas ou empresas comerciais são propriedades privadas (mais freqüentemente, são grandes empresas privadas). É, contudo, possível ter-se uma idéia de uma organização econômica na qual a produção é delegada a empresas públicas que visam à maximização do lucro. Usaremos o termo *capitalismo estatal* para caracterizar tal organização econômica. Para fins de distinção, podemos descrever nossa organização econômica atual como *capitalismo privado*. Uma vez que uma empresa pública que visa à maximização do lucro opera exatamente como uma empresa privada, esta distinção não é de importância para a teoria econômica, por mais significativa que possa ser do ponto de vista da sociologia ou da ciência política.

A busca de lucro implica participação na troca. As firmas regularmente compram e vendem recursos. O mercado é, por isso, uma parte integrante da economia capitalista. É, de fato, o método principal pelo qual várias unidades de decisão na economia capitalista são coordenadas. O planejamento, contudo, não é excluído como um método de coordenação no capitalismo. Ele teve um papel importante no capitalismo primitivo (política mercantilista, por exemplo) e cresce firmemente em importância na economia capitalista atual. A existência do mercado não é suficiente para a economia ser capitalista; um mercado existe, por exemplo, numa organização econômica na qual a produção é feita pelas famílias que regularmente trocam parte de seus produtos. Para a economia ser capitalista, de acordo com nossa definição, o lucro deve ser o único objetivo das unidades empenhadas na produção. Isso exclui uma economia onde a satisfação das necessidades rivalizam com o objetivo de obter lucro. Um artesão pode recusar-se a usar uma oportunidade de auferir um lucro adicional porque não vale o esforço envolvido, ou porque ele prefere dedicar seu tempo à satisfação de necessidades específicas, como companhia, diversão, etc. Um fazendeiro pode deixar de maximizar o lucro porque prefere consumir alguns de seus produtos ao invés de vendê-los. Para que a unidade produtiva tenha o lucro como seu único objetivo, ela deve ser inteiramente separada da família (ou famílias) a que pertence e, ademais, todos os serviços das pessoas empregadas pela unidade devem ser comprados no mercado.

A condição de todos os serviços de pessoas empregadas pela unidade produtiva serem comprados no mercado implica que essas pessoas não possuam a empresa. Esses serviços devem ser fornecidos por trabalhadores assalariados ou por escravos comprados pela empresa. Na antiguidade as empresas comerciais que operavam com trabalho escravo desempenhavam

um papel considerável. Alguns autores, por isso, falam de capitalismo na Grécia e Roma antigas. Em tempos modernos, porém, as empresas comerciais empregam os serviços de assalariados livres. A existência de uma classe de operários trabalhando para ganhar salários data do capitalismo de traços sociológicos específicos. O capitalismo como forma de organização econômica é, portanto, matéria de estudo da sociologia econômica, bem como da economia.

As empresas, como as definimos, são apenas representações aproximadas de certas unidades de decisão econômica encontradas na prática. Embora na economia atual o lucro seja o principal objetivo da maioria das unidades empenhadas na produção, alguns outros objetivos são sempre coexistentes. Entre estes outros objetivos estão, por exemplo, prestígio, posição social, desejo de uma "vida mansa", responsabilidades sociais e, o mais importante de todos, desejo de segurança, isto é, aversão a decisões que envolvam riscos. Estritamente falando, as unidades empíricas chamadas "firmas" ou "empresas comerciais" são entidades que querem satisfazer essas necessidades específicas ao mesmo tempo que desejam obter lucro; elas estão prontas a sacrificar algum lucro para alcançar os outros objetivos. A busca do lucro, no entanto, domina os outros objetivos a tal ponto que as unidades mencionadas ajustam-se aproximadamente à nossa concepção teórica de uma empresa. A amplitude da aproximação entre a concepção teórica e sua contrapartida empírica justifica a suposição de que as unidades empenhadas na produção perseguem o único objetivo do lucro como uma simplificação proveitosa da análise. As consequências de os outros objetivos estarem presentes podem ser introduzidas num estágio posterior, quando necessário. Porém, o desejo de segurança pode ser de tal proeminência que às vezes torna-se necessário introduzi-lo desde o início na análise da empresa. Isto pode ser feito redefinindo-se a empresa como buscando lucro "descontado o risco" como único objetivo. A presença de um desejo de segurança entre as empresas será considerada como compatível com o caráter capitalista da economia.

Uma outra forma de organização econômica a ser considerada é o *socialismo*. Esta é uma organização econômica onde a produção é feita por serviços públicos operados para a satisfação das necessidades da comunidade. O socialismo é o objetivo de importantes movimentos sociais e políticos em vários países, por exemplo o Partido Trabalhista na Grã-Bretanha, e em algumas das suas possessões, a C. C. F. no Canadá, e os movimentos socialistas e comunistas em vários países da Europa. Um país, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, estabeleceu uma economia

socialista. Numa economia socialista a produção é responsabilidade pública e não privada. Todas as unidades de decisão econômica encarregadas da produção não necessitam ser possuídas e operadas pelo governo central. Elas podem ser possuídas e operadas pelos ramos provinciais e municipais do governo, por associações de cidadãos — como cooperativas, clubes, uniões ou fazendas coletivas —, por corporações especiais de serviço público ou fundações. Pode haver substancial centralização de unidades de decisão numa economia socialista. Todas essas unidades, no entanto, têm de ser serviços públicos, isto é, elas devem ser operadas para a satisfação das necessidades de toda a comunidade e não meramente dos membros de cada uma dessas unidades. Em princípio, a coordenação das decisões das várias unidades pode ser executada tanto pelo planejamento como pelo mercado. Na prática, ambos os métodos demonstram-se necessários, tal como no capitalismo. A maioria dos socialistas, no entanto, atribui ao planejamento um papel muito maior no socialismo do que ele o tem no capitalismo. Na URSS o planejamento atua como método básico de coordenação entre as unidades produtivas, o mercado desempenhando um importante papel subsidiário na coordenação das decisões das famílias com as decisões das unidades produtivas. Se o socialismo for adotado por mais países, as economias socialistas nos diferentes países irão, provavelmente, diferir substancialmente quanto aos tipos de unidades produtivas, seu grau de centralização, e quanto à importância relativa do planejamento e do mercado como métodos de coordenação, do mesmo modo que a economia capitalista difere de um país para outro e em diferentes períodos históricos.

A história raramente nos confronta com uma organização econômica que corresponda exatamente às nossas classificações teóricas. Na maioria dos casos, a produção é levada a cabo por todos os três tipos de unidades de decisão econômica: as famílias, as firmas e os serviços públicos. Assim, nos Estados Unidos, atualmente, unidades familiares, tais como pequenas fazendas ou artesãos e serviços públicos, pequenas usinas elétricas ou serviços de transporte, empenham-se na produção ao lado de empresas comerciais. Elementos de uma economia doméstica e de uma economia socialista coexistem com os de uma economia capitalista. Mas um dos três tipos (por exemplo, grandes empresas nos Estados Unidos) pode ser tão dominante (em termos da quantidade de recursos à disposição das unidades desse tipo) que a economia pode ser descrita como, aproximadamente, doméstica, capitalista ou socialista. Para fins de análise teórica, nós então menosprezamos os outros elementos e os introduzimos, se necessário, num

estágio posterior. Tal procedimento é, às vezes, chamado de construção de "tipos ideais" de organização econômica. Então podem ser desenvolvidas teorias econômicas que descrevam a operação de tais economias "típicas", por exemplo, a economia do capitalismo ou a economia do socialismo. Em alguns casos, no entanto, isso se torna impossível, porque vários tipos de unidades de decisão econômica são igualmente importantes na produção, embora um tipo seja dominante, algum outro é muito importante para ser menosprezado, mesmo numa primeira aproximação. Por exemplo, em muitos países da Europa a grande indústria e as finanças são operadas como serviços públicos, enquanto indústrias de pequeno e médio porte o são por empresas comerciais; além disso, a agricultura é frequentemente operada por famílias, as quais trocam apenas uma pequena parte de seus produtos no mercado. Em tal caso falamos de uma *economia mista*.

Um exemplo de economia mista ocorre quando o governo resolve delegar a produção para empresas privadas (ou, às vezes, às famílias) ou conduzi-la através de serviços públicos, dependendo de qual procedimento, em cada caso, promete contribuir mais para a satisfação das necessidades da comunidade. Essa pode ser chamada de *economia de serviços*, porque a produção é atribuída para a unidade que melhor serve ao propósito social. Mas pode ser considerada um tipo especial de economia socialista. O propósito da produção aqui é sempre a satisfação das necessidades da comunidade; a operação de produção é meramente delegada a empresas privadas se elas o fizerem melhor ou pelo menos tão bem quanto as agências públicas. Em tal economia, as empresas privadas podem ser consideradas como um tipo especial de serviço público, no qual os administradores são recompensados por lhes ser permitido auferir o máximo lucro. Ainda, numa economia de serviços, o governo deve ter o poder de decidir em cada caso se uma empresa privada ou uma agência pública deve ser encarregada da produção. Isso pressupõe um alinhamento de poder político similar ao da sociedade socialista. O tipo de economia de serviços do socialismo, ao invés do tipo "ideal" excluindo todas as formas de empresas comerciais privadas, é o objetivo dos movimentos socialistas contemporâneos; os programas políticos dos partidos socialistas e comunistas são explícitos ao declararem que as empresas privadas continuarão a operar no socialismo em pequenas fazendas, pequeno comércio e pequena indústria. Isto é, portanto, uma matéria importante de estudo para a ciência econômica.

5 — O POSTULADO DA RACIONALIDADE

Vimos que a busca pelas empresas de uma única variável como objetivo implica o desejo de maximizá-lo. Uma unidade na busca do lucro, mas não desejosa de maximizá-lo, deve obviamente estar lutando por objetivos adicionais. Está pronta a sacrificar algum lucro pela consecução de algum outro objetivo ou objetivos. Portanto, parece haver uma diferença essencial entre empresas e famílias. As empresas perseguem um único objetivo, uma variável que elas querem maximizar; as famílias, ao invés disso, estão preocupadas com a satisfação de muitas necessidades diferentes, tendo, portanto, uma multiplicidade de objetivos. Contudo, já que os recursos são escassos, as necessidades devem ser pesadas umas em relação às outras, e decisões devem ser tomadas quanto a que necessidade satisfazer e até que ponto; os recursos devem ser alocados de modo compatível. Isto implica a existência de determinadas preferências que guiam a família na escolha de uma alocação em vez de outra. Podemos agora perguntar se estas preferências podem ser ordenadas numa escala. Em caso afirmativo, pode-se interpretar que a família busque um único objetivo, ou seja, a alocação mais indicada dos recursos entre suas diferentes necessidades. A família parece então estar maximizando uma variável. Chamamos essa variável de *utilidade*. As decisões da família são interpretadas, nesse caso, de uma maneira similar às das empresas, isto é, como resultado da busca de um único objetivo.

A possibilidade de interpretar decisões das famílias de uma maneira similar às decisões das empresas sugere a adoção de um postulado geral cobrindo ambos os casos. Denominamos a isso de *postulado da racionalidade*. Diz-se que uma unidade de decisão econômica age racionalmente quando seu objetivo é a maximização de uma variável. Desse modo, as empresas agem racionalmente, por definição, enquanto as famílias só agem assim quando sua alocação preferida de recursos entre diferentes necessidades pode ser ordenada em escala. O postulado da racionalidade é a suposição de que todas as unidades de decisão econômica agem racionalmente. Essa suposição nos fornece o instrumento mais poderoso para simplificação da análise teórica. Pois, se uma unidade de decisão age racionalmente, suas decisões em qualquer situação dada podem ser previstas pela simples aplicação de regras da lógica (e da matemática). Na falta de ação racional, tal previsão poderia ser feita somente após esmerado estudo empírico das uniformidades nos padrões de decisão da unidade. Para uma unidade que age racionalmente, essas uniformidades ou leis

podem ser deduzidas de imediato pela lógica, e as decisões correspondentes podem ser previstas. Portanto, o postulado da racionalidade é um atalho para a descoberta das leis que governam as decisões das unidades e para a previsão das suas ações sob dadas circunstâncias.

Embora sendo um atalho destinado a economizar investigação empírica elaborada, o postulado da racionalidade é, apesar de tudo, apenas uma suposição empírica. É uma hipótese que, em cada caso, deve ser verificada confrontando-se as deduções lógicas do postulado com as observações da experiência. O uso do postulado é justificado somente quando as deduções lógicas concordam com os resultados da observação empírica dentro de um grau aceitável de aproximação. De outro modo, o postulado nos levaria a fazer previsões que deixam de se apoiar nos fatos observados. Isso precisa ser enfatizado porque alguns economistas acreditam que o postulado da racionalidade pode ser usado como um princípio *a priori*, não sujeito à verificação empírica. Em tal caso, contudo, as conclusões derivadas do postulado da racionalidade não poderiam ter, também, nenhuma relevância empírica. A economia teórica se tornaria um ramo da lógica pura ou da matemática, sem implicações empíricas de qualquer espécie. Se as leis deduzidas do postulado da racionalidade devem servir como base para se fazerem previsões sobre as decisões das unidades encontradas na prática, este postulado deve ser tratado como uma hipótese empírica.

A hipótese de que as unidades produtivas agem racionalmente, isto é, com o objetivo de maximizar o lucro, é verificada com aproximação satisfatória na economia capitalista. Serve, portanto, como um instrumento útil de simplificação no estudo da economia. A situação é mais duvidosa no que se refere às famílias. Aqui a verificação da hipótese é muito mais precária e devemos esperar muito maiores discrepâncias entre resultados da observação empírica e conclusões do postulado da racionalidade. Contudo, parece haver alguma diferença entre famílias que operam na economia capitalista e famílias da economia doméstica das sociedades pré-capitalistas. A preponderância de empresas comerciais, com uma variável tangível e quantificada (lucro) como objetivo, criou um hábito mental de considerar todos os tipos de decisões como a busca de um único objetivo, expresso como uma variável. Alguns autores chamam este hábito mental de "espírito capitalista". Ele se estende para além das decisões específicas de empresas comerciais e afeta o modo de operação de outras unidades, incluindo as famílias. Sob a influência do hábito mental mencionado, as famílias são encorajadas a ordenar suas preferências de acordo

com uma escala, isto é, maximizar a utilidade. Na sociedade capitalista, portanto, as decisões das famílias conformam-se, com maior probabilidade, às deduções derivadas do postulado da racionalidade, do que nas sociedades que precederam o surgimento do capitalismo moderno.

Os serviços públicos agem racionalmente quando o objetivo social que eles perseguem pode ser expresso como uma única variável a ser maximizada. Essa variável é então chamada de *bem-estar público*. Bem-estar público existe como uma variável quando a comunidade ou, mais exatamente, as agências da comunidade responsáveis pelo julgamento têm preferências quanto à alocação dos recursos entre membros da comunidade, assim como quanto à alocação de cada recurso entre as várias necessidades de cada membro e quando, além disso, essas preferências podem ser ordenadas em escala. Nesse caso, as decisões dos serviços públicos em qualquer situação dada podem ser derivadas pelas regras da lógica a partir do postulado da racionalidade. Mas a comunidade raramente tem tais preferências definidas e ordenadas. Por causa disso, o estudo da operação dos serviços públicos tem de ser baseado nas observações da economia institucional e da história econômica, em vez de nas deduções lógicas feitas a partir do postulado da racionalidade. Contudo, existe uma maneira diferente na qual o postulado da racionalidade é útil no estudo dos serviços públicos. Em vez de aceitá-lo como uma hipótese empírica, podemos considerar a conformidade dos serviços públicos com o postulado da racionalidade como um objetivo social. Em outras palavras: podemos estabelecer um conjunto selecionado de preferências ordenadas, isto é, algum conceito de bem-estar público, como nosso próprio (isto é, do estudioso) objetivo social, e exigir que todos os serviços públicos sejam guiados por esse objetivo como uma norma. Isso conduz às regras de uso "ideal" de recursos e fornece uma base para a avaliação crítica da real administração de recursos pelos serviços públicos, como também pelas firmas e pelas famílias. O postulado da racionalidade se torna então a base de uma teoria da economia do bem-estar.

Existe uma diferença entre a racionalidade de famílias e empresas e a racionalidade, seja (aproximadamente) real, seja normativa (como na economia do bem-estar), dos prestadores de serviços públicos. A primeira envolve a busca de um objetivo privado — satisfação ou lucro, respectivamente; a última envolve a busca de um objetivo social, principalmente o bem-estar público. Podemos falar de racionalidade *privada* e racionalidade *social*, correspondentemente. Racionalidade privada não precisa necessariamente excluir racionalidade social. Se as preferências da

comunidade quanto à alocação de recursos entre as várias necessidades de cada membro coincidirem com as preferências individuais dos membros, então cada membro, pela maximização de sua utilidade privada, contribui para a conquista do máximo bem-estar público. Sob certas condições, a maximização do lucro por parte das empresas também implica a maximização do bem-estar público. Em tais casos, sua própria racionalidade privada faz os membros da comunidade agirem como se eles fossem prestadores de serviços públicos; racionalidade privada, então, implica racionalidade social. A existência de tais situações fundamenta a idéia da economia dos serviços. Se todas as empresas estivessem sempre sujeitas a essas condições, a economia capitalista poderia ser considerada como um caso especial de economia de serviços, onde é considerado vantajoso delegar toda a produção a empresas particulares. Essa é, de fato, a famosa doutrina do *laissez faire*, que afirma que a economia capitalista, desde que não seja tolhida pelo planejamento do governo, opera espontaneamente de uma tal maneira que assegura o máximo de bem-estar público. Dessa forma, a não-interferência na operação espontânea da economia capitalista é considerada o melhor modo de assegurar o uso "ideal" dos recursos. A maioria dos estudiosos contemporâneos da economia do bem-estar considera essa afirmação como falsa e aponta que existem muitos conflitos entre a racionalidade privada de empresas comerciais e a racionalidade social postulada pela economia do bem-estar. A racionalidade privada das empresas comerciais também está em conflito com os objetivos sociais aceitos pela maioria dos cidadãos da sociedade democrática moderna. Isto contribui para a crescente tendência de utilização do planejamento no capitalismo contemporâneo e também para a articulação dos movimentos socialistas presentes na maioria dos países capitalistas.

Uma observação final tem de ser feita a respeito do procedimento da verificação do postulado da racionalidade. Existe alguma diferença de procedimento entre empresas, de um lado, e famílias e prestadores de serviços públicos, de outro. O lucro é uma variável que pode ser observada empiricamente (como, por exemplo, a velocidade na física). O conceito teórico de lucro, portanto, pode ser facilmente identificado com observações empíricas correspondentes (o procedimento de identificação envolve uma interpretação de categorias de contabilidade). A observação direta nos diz, então, se as firmas maximizam ou não o lucro. Utilidade e bem-estar público, ao contrário, são construções puramente teóricas; não existem observações empíricas que poderiam servir como seu complemento (tal como no caso de conceito da potência, na física). Mas isso não exclui

a verificação por instrumentos indiretos. As uniformidades de padrões de decisão são diferentes quando a utilidade ou bem-estar público, respectivamente, são maximizados do que quando não o são. Essa diferença nas uniformidades mencionadas torna possível verificar empiricamente a hipótese de racionalidade das ações das famílias e dos prestadores de serviços públicos.

A Hiperinflação Alemã na Década de 20*

CLÁUDIO RIBAS VISCONTI**

1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar alguns fatos importantes que constituíram o processo inflacionário ocorrido na Alemanha na década de 20, principalmente aqueles mais diretamente vinculados ao período da estabilização.

A Seção 2 enfoca elementos relacionados à “fuga da moeda” e à redução substancial do valor real do estoque monetário, sendo notável a expansão das chamadas “moedas de emergência” e o papel desempenhado pelos títulos-ouro lançados pelo governo, que, assim como as moedas, mantiveram o seu valor constante apesar da inexistência prática de qualquer cobertura que justificasse essa estabilidade. A Seção 3 aborda a criação do Rentenbank e os aspectos que levaram a ela, assim como a situação econômica vigente na época. A Seção 4 trata mais especificamente do processo da estabilização e da sua continuação durante o ano de 1924, reunindo também dados a respeito da situação cambial e do orçamento fiscal. Finalmente, a Seção 5 procura destacar alguns pontos que resultaram da trajetória da inflação, ou a influenciaram, até o seu final.

2 – A FUGA DA MOEDA E A ESCASSEZ DE MEIO CIRCULANTE COM VALOR ESTÁVEL

Após abandonar o padrão-ouro em 1914, a situação econômica da Alemanha deteriorou-se gradativamente à medida que o esforço de guerra exigia maiores gastos, que eram financiados de forma crescente através

* Este artigo é uma versão reduzida de um capítulo da tese de mestrado do autor, “A hiperinflação alemã na década de 20 e a inflação brasileira”, a ser submetida ao Departamento de Economia da PUC/RJ.

** Professor do Departamento de Economia da FEA/UFF e mestrando do Departamento de Economia da PUC/RJ.

do desconto de títulos do Tesouro no Banco Central — Reichsbank. Esse comportamento derivou-se principalmente de percepções equivocadas a respeito da duração e do resultado do conflito, não tendo o governo alemão, por esse motivo, tomado nenhum tipo de providência, como, por exemplo, uma elevação da carga tributária, que fizesse frente às despesas correntes. Ao final da guerra, além de todo o desgaste econômico natural, o país assumiu enorme compromisso financeiro com o exterior denominado em marcos-ouro, comprometendo-se a efetuar os pagamentos de Reparação de Guerra resultantes do Tratado de Versailles. No plano interno, uma revolução levou ao poder um governo baseado em alianças e impotente para realizar as reformas que se faziam necessárias.

Nesse contexto, o processo inflacionário, que já existia, prosseguiu impulsionado inclusive pela ocorrência de fatos agravantes como a invasão da região do Ruhr pela França e pela Bélgica em janeiro de 1923, o que levou, de um lado, a uma grande onda de pessimismo e desconfiança no futuro do país (o mesmo ocorrendo quando da divisão da Silésia) e, de outro, a novas emissões maciças de moeda, via desconto de títulos, para o financiamento da "Resistência Passiva".* Assim, a "fuga da moeda" e a "fuga de capitais" do país foram inevitáveis e ocorreram de forma intensa, sendo que o círculo vicioso formado por esses movimentos, pela elevação artificial da demanda e pelo aumento da velocidade de circulação da moeda atuava continuamente. O repúdio ao marco-papel acentuava-se, fazendo com que surgisse no público o desejo espontâneo de mudar de moeda, já que aquele perdia gradativamente as suas características de reserva de valor, de meio de pagamento e de unidade de conta. Por isso, a partir de 1922 os preços passaram a ser inicialmente cotados e posteriormente cobrados em moedas estrangeiras, em quantidades de mercadorias como cereais, carvão e outras e até nas chamadas "moedas de emergência", cuja demanda estava ligada não somente à fuga da moeda oficial, mas também à escassez relativa de meio circulante. De acordo com Stolper (1969, p. 81), nos meses finais da inflação o Reichsbank utilizava os serviços de 30 fábricas de papel que produziam papel-moeda e de 150 companhias gráficas na tentativa de suprir a economia com a moeda necessária. Na verdade, ele tornou-se simplesmente uma fábrica de di-

* Os industriais e os trabalhadores da região invadida recebiam financiamento do Reich para que se mantivessem inativos, suspendendo todas as suas atividades produtivas.

nheiro, deixando de exercer qualquer atividade de gestão monetária. Em novembro de 1923 o banco chegou a colocar em circulação notas de 100 trilhões de marcos-papel, com impressão em uma só face para ganhar tempo. Mesmo assim, a depreciação monetária reduzia esse valor nominal a um valor real desprezível, fazendo com que um quilo de manteiga custasse, por exemplo, 5,6 trilhões de marcos-papel, segundo testemunho de Bresciani-Turroni (1937).

O governo regulou a emissão das "moedas de emergência" através da Lei de 17 de julho de 1922, que tornava obrigatórios a permissão do Ministro das Finanças e um "depósito de cobertura" realizado em moeda ou em títulos do Tesouro a serem depositados no Banco Central. Ao final desse ano, a circulação assim controlada aproximava-se de um montante com valor igual a 20 bilhões de marcos-papel, enquanto a circulação da moeda legal chegava a 1,28 trilhão.

Durante 1923, a emissão das "moedas de emergência" elevou-se em grande escala, enquanto as exigências legais eram progressivamente desprezadas. Ao final do ano circulavam no país entre 400 e 500 quintilhões de marcos-papel dessa moeda, sendo a maior parte sem cobertura legal. Isso equivalia, ao câmbio da época, a quase meio bilhão de marcos-ouro ou ao valor do ouro equivalente ao total da moeda oficial em circulação no mesmo período. Circulava ainda igual montante em "moedas de emergência de valor constante", cuja característica era possuir um lastro equivalente a 100% do total emitido, depositado sob a forma de títulos de um empréstimo-ouro lançado pelo governo ou de títulos-ouro do Tesouro, os quais teoricamente mantinham valor real constante. Esse último papel foi criado especificamente com esse fim em decreto de 26 de outubro de 1923. É interessante lembrar, no entanto, que ambos eram simples papéis sem nenhuma cobertura. O total de "moedas de emergência" em circulação era, portanto, duas vezes maior que o da moeda oficial. No verão europeu de 1923, os principais emissores dessas moedas, como governos locais, associações diversas, indústrias e câmaras de comércio, dentre outros, passaram a utilizar largamente esse recurso, estimando-se que no outono tenham circulado cerca de 2.000 tipos diferentes de "moedas de emergência" no país.

Um exemplo interessante de emissão legal é dado pelo Hamburger Bank von 1923, fundado em 25 de outubro de 1923, que, além do capital original, dispunha de um fundo especial de reserva composto de divisas

numa proporção de 25%. Suas notas receberam a designação de títulos de crédito e foram emitidas com valores iguais a 1/2, 1, 2 e 5 marcos-ouro, com cobertura integral em divisas ou títulos-ouro do governo. O banco desempenhou papel importante no início das suas operações, provendo moeda estável para o pagamento de salários e de pequenos valores. Com a estabilização, no entanto, suas notas perderam importância até serem totalmente resgatadas em setembro de 1925.

A emissão ilegal de "moedas de emergência" ocorreu com maior frequência nos territórios ocupados pelas tropas aliadas, onde a falta de controle do governo do Reich era total.

No dia 8 de agosto de 1923, o então Chanceler do Reich, Herr Cuno, anunciou a intenção do governo no sentido de tomar um empréstimo em valor constante junto ao público e de, paralelamente, introduzir esse sistema na cobrança de alguns impostos. No dia 14, o "empréstimo-ouro" foi lançado legalmente, com a finalidade de obterem-se 500 milhões de marcos-ouro para cobrir parte do *deficit* orçamentário. Por outro lado, esses títulos seriam uma opção para os poupadores, que poderiam, assim, proteger o poder de compra dos seus recursos. A subscrição podia ser feita tanto em marcos-papel quanto em moedas estrangeiras, e os títulos mantinham equivalência com o dólar, sendo emitidos nos valores de 4,2, 8,4 e 21 marcos-papel, correspondendo a 1, 2 e 5 dólares, respectivamente, e não rendiam juros. O governo só conseguiu colocar títulos num total de 168 milhões de marcos-ouro, o que foi bem abaixo das suas expectativas. De qualquer forma, na opinião de Schacht (1927), esse procedimento representou, na prática, o abandono do marco-papel por parte do governo. De acordo com a lei, a única garantia existente de que os resgates dos títulos seriam honrados era a permissão ao governo de, em caso de necessidade, criar impostos suplementares sobre o capital e, se fosse esse o caso, então a regulamentação para tais cobranças seria definida. O interessante é que isso foi suficiente para que os títulos não sofressem desvalorização no mercado e passassem a ser utilizados, de forma crescente, como meio de pagamento em diversas transações, circulando como moeda de valor estável.

Quando do decreto do Rentenbank, a 15 de outubro de 1923, o governo colocou em circulação novos títulos de pequena denominação (até 1/10 de dólar) e indexados ao ouro ou ao dólar para tentar minorar o problema da escassez de meio circulante com valor constante, antes

que o Rentenmark estivesse circulando. Como, no entanto, a oferta inicial desses títulos era limitada *vis-à-vis* a demanda, o governo não só autorizou como também incentivou a emissão da "moeda de emergência de valor constante". Foi também autorizada a emissão, nesses termos, de 200 milhões de marcos-ouro, sob a responsabilidade da administração das ferrovias.

Da mesma forma como aconteceu anteriormente, o público aceitou tanto os títulos quanto as notas emitidas contra eles, sem que houvesse desvalorização. Nas palavras de Bresciani-Turroni (1937), o público deixava-se hipnotizar por qualquer tipo de moeda que trouxesse estampada a expressão "valor constante". Havia uma preferência explícita por outra moeda que não o marco-papel, no qual já não se confiava mais como moeda.

De acordo com estimativas oficiais, a circulação de "moedas de emergência" autorizadas e de títulos do empréstimo-ouro chegou a 728 milhões de marcos-ouro em 31 de dezembro de 1923, enquanto o *Bureau* de Estatística do Reich estimou em 332 quintilhões de marcos-papel o montante máximo de "moeda de emergência" não autorizada. Outra estimativa aponta a existência de cerca de 3 bilhões de marcos-ouro entre cambiais e moedas internas na Alemanha em dezembro de 1922. Porém, o volume efetivo em circulação era desconhecido.

Na época da estabilização, o Reichsbank tinha como norma aceitar "moedas de emergência", através dos seus agentes na rede bancária, como se fossem moeda oficial, e por isso acumulou grande quantidade, não conseguindo devolvê-las totalmente à circulação. Os emissores beneficiavam-se do próprio mecanismo de transferência de valores utilizado pelo Banco Central da seguinte forma: depositavam as suas moedas em algum agente do Banco e as transferiam para outro, onde o valor originário era sacado na moeda oficial. Dessa forma, agentes privados podiam a qualquer momento "forçar" o Reichsbank a emitir moeda, fazendo com que ele, de alguma forma, perdesse o controle sobre a expansão da base monetária.

De acordo com Schacht (1927), os títulos emitidos em 1923 e denominados em ouro tornaram-se a principal forma de moeda estável em circulação nos períodos finais da inflação, sendo demandados em larga escala pelo público. Ocorre que os títulos lançados em outubro eram passíveis de conversão em Rentenmarks a partir de janeiro de 1924 com

a paridade de um Rentenmark para cada marco-ouro. O governo passou, então, a preocupar-se com o valor de mercado dos títulos de maior denominação, que era dado pela sua posição na Bolsa de Berlim e que influenciava na aceitação dos de menor valor. A questão era que, se os títulos fossem negociados com deságio no mercado, o público seria levado a exercer a sua opção de conversão e, dado o montante emitido — cerca de 300 milhões de marcos-ouro —, o Ministério das Finanças não seria capaz de prover a quantia necessária de Rentenmarks, devido à sua emissão limitada e à sua distribuição controlada. Por isso o Ministério passou a atuar constantemente na Bolsa, comprando títulos a fim de manter o seu valor de mercado compatível com o nominal. Com isso evitou-se a conversão em larga escala, e somente em abril de 1924, quando a situação financeira do Reich já era de tal modo favorável que permitiu a realização dessa operação, é que os títulos saíram de circulação.

3 — O DECRETO DO RENTENBANK E A SITUAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA

Durante 1922, a inflação e a desvalorização do marco (ver Tabelas 1 e 2) assumiram novo ritmo, o que serviu para estimular a tendência do público à fuga da moeda. Alguns estados passaram a emitir títulos da dívida pública denominados em libra-peso de centeio, e em dezembro foi fundado um banco cujos primeiros títulos, que rendiam juros, tinham valor expresso da mesma forma. Tornou-se comum o hábito de, num primeiro momento, cotar preços e cobrar dívidas de acordo com a taxa de câmbio e, posteriormente, nas próprias moedas estrangeiras e em quantidades físicas, ou valor correspondente a elas, de produtos como centeio, carvão, coque, potássio, linhita e outros.

Esse comportamento espontâneo formou a base de inúmeras propostas de reforma monetária que surgiram em 1922/23, normalmente voltadas para o retorno ao padrão-ouro ou para a emissão de uma nova moeda lastreada em algum valor material que não o ouro, caso as reservas desse metal, retidas pelo Reichsbank, não fossem suficientes.

Ao final do governo de Heinrich Cuno (gabinete formado em novembro de 1922 e dissolvido em agosto de 1923), Karl Helfferich, um dos

líderes do Partido Nacionalista e ex-Secretário do Tesouro (1915/16), submeteu ao governo um projeto para a criação de um novo tipo de moeda, cujas principais bases eram:

TABELA 1
INDICADORES MENSAIS DA INFLAÇÃO

Anos — Meses	índice de Preços por Atacado	Taxa de Câmbio Nominal (Marcos/100 Dólares)	Taxa de Câmbio Real (Marcos/100 Dólares)	Δ% dos Preços	Δ% da Taxa de Câmbio Nominal	Δ% da Taxa de Câmbio Real
1920 — janeiro	1.260	59.171,60	46,96	56,91		
fevereiro	1.690	95.238,10	56,35	34,13	60,55	20,00
março	1.710	79.365,08	46,41	1,18	-18,67	-17,64
abril	1.570	59.880,24	38,14	-8,19	-24,55	-17,82
maio	1.510	45.662,10	30,24	-3,82	-23,74	-20,71
junho	1.380	39.062,50	28,31	-8,61	-14,45	-8,38
julho	1.370	39.525,69	28,65	-0,72	1,19	1,91
agosto	1.450	47.619,05	32,84	5,84	26,48	13,83
setembro	1.500	58.139,54	38,76	3,45	22,09	18,03
outubro	1.470	67.567,57	45,96	-2,00	16,22	18,58
novembro	1.510	75.757,58	50,17	2,72	12,12	9,16
dezembro	1.440	72.992,70	50,69	-4,64	-3,65	1,04
1921 — janeiro	1.440	62.500,00	43,40	0,00	-14,37	-14,38
fevereiro	1.380	60.975,61	44,19	-4,17	-2,44	1,82
março	1.340	62.500,00	46,64	-2,90	2,50	5,54
abril	1.330	63.694,27	47,89	-0,25	1,91	2,68
maio	1.310	61.349,69	46,83	-1,50	-3,68	-2,21
junho	1.370	69.444,44	50,69	4,58	13,19	8,24
julho	1.430	76.923,09	53,79	4,38	10,77	6,12
agosto	1.920	84.033,61	43,77	34,27	9,24	-18,63
setembro	2.070	104.166,67	50,32	7,81	23,96	14,96
outubro	2.460	147.058,82	59,78	18,84	41,18	18,80
novembro	3.420	256.410,26	74,97	39,02	74,38	25,41
dezembro	3.490	188.679,25	54,06	2,05	-26,42	-27,89
1922 — janeiro	3.670	192.307,69	52,40	5,16	1,92	-3,07
fevereiro	4.100	208.333,33	50,81	11,72	8,33	-3,03
março	5.430	277.777,78	51,16	32,44	33,33	0,59
abril	6.360	285.714,29	44,92	17,13	2,86	-12,20
maio	6.460	264.117,65	45,53	1,57	2,94	1,36
junho	7.030	312.500,00	44,45	8,82	6,25	-2,37
julho	10.160	500.000,00	49,21	44,52	60,00	10,71
agosto	19.200	1.000.000,00	52,08	88,98	100,00	5,83
setembro	28.700	1.428.571,43	49,78	49,48	42,86	-4,42
outubro	56.600	3.333.333,33	58,69	97,21	133,33	18,30
novembro	115.100	10.000.000,00	86,88	103,36	200,00	47,53
dezembro	147.480	10.000.000,00	67,81	28,13	0,00	-21,85

(Continua)

(Conclusão)

Anos — Meses	Índice de Preços por Atacado	Taxa de Câmbio Nominal (Marcos/10 ³ Dólares)	Taxa de Câmbio Real (Marcos/10 ³ Dólares)	Δ% dos Preços	Δ% da Taxa de Câmbio Nominal	Δ% da Taxa de Câmbio Real
1923 — janeiro	278.500	14.285.714,29	51,30	88,84	42,86	-24,35
fevereiro	588.500	25.000.000,00	42,48	111,31	75,00	-17,19
março	488.800	20.000.000,00	40,92	-16,94	-20,00	-3,67
abril	521.200	25.000.000,00	47,97	6,63	25,00	17,23
maio	817.000	50.000.000,00	61,20	56,75	100,00	27,58
junho	1.938.500	100.000.000,00	51,59	137,27	100,00	-15,70
julho	7.478.700	333.333.330,00	44,57	285,80	233,33	-13,61
agosto	94.404.100	2.949.852.507,00	31,25	1.162,31	784,96	-28,89
setembro	2.394.889.300	531.914,89 X 10 ³	22,21	2.436,85	1.703,19	-28,93
outubro	709.480.000.000	14.705.882,35 X 10 ³	2,07	29.524,75	2.664,71	-80,68
novembro	72.570.000.000.000	2,3255814 X 10 ¹⁵	32,05	10.128,62	158.039,56	1.448,31
dezembro	126.160.000.000.000	4,4052863 X 10 ¹⁵	34,82	73,85	88,43	8,85
1924 — janeiro	117.320.000.000.000	4,4247880 X 10 ¹⁵	37,72	-7,01	0,44	8,02
fevereiro	116.170.000.000.000	4,5871550 X 10 ¹⁵	39,49	-0,98	3,70	4,69
março	120.670.000.000.000	4,5454545 X 10 ¹⁵	37,67	3,87	-0,91	-4,61
abril	124.050.000.000.000	4,5454545 X 10 ¹⁵	36,64	2,80	0,00	-2,73
maio	122.460.000.000.000	4,4843049 X 10 ¹⁵	36,62	-1,28	-1,35	-0,055
junho	115.900.000.000.000	4,2735043 X 10 ¹⁵	36,87	-5,36	-4,70	0,68
julho	115 X 10 ¹²	4,1841004 X 10 ¹⁵	36,38	-0,78	-2,09	-1,33
agosto	120 X 10 ¹²	4,2018807 X 10 ¹⁵	35,01	4,35	0,42	-3,77
setembro	127 X 10 ¹²	4,2018807 X 10 ¹⁵	33,07	5,83	0,00	-5,54
outubro	131 X 10 ¹²	4,2018807 X 10 ¹⁵	32,06	3,14	0,00	-3,05
novembro	129 X 10 ¹²	4,2018807 X 10 ¹⁵	32,56	-1,53	0,00	1,60
dezembro	131 X 10 ¹²	4,2018807 X 10 ¹⁵	32,06	1,55	0,00	-1,54

FONTE: Sargent (1983).

TABELA 2

INDICADORES ANUAIS DA INFLAÇÃO

Anos	Δ% dos Preços	Δ% da Taxa de Câmbio Nominal	Δ% da Taxa de Câmbio Real
1920	79,32	23,37*	7,97*
1921	142,35	158,48	6,66
1922	4.125,86	5.199,66	25,41
1923	85.547.087.000,00	4.4054176 X 10 ¹⁰	-48,53
1924	3,81	-4,60	-8,10

FONTE: Sargent (1983).

*11 meses: fevereiro a dezembro.

a) a agricultura, a indústria, o comércio, os bancos e os transportes formariam um banco emissor, independente do Reichsbank, mas que teria seus estatutos confirmados pelo Chanceler do Reich;

b) o capital seria integralizado sob a forma de hipotecas e títulos de propriedade das unidades econômicas constituintes, sendo que metade deste seria levantado pela agricultura. Com base nesses papéis, seriam emitidos títulos que renderiam juros;

c) esses últimos títulos serviriam de cobertura para a emissão de notas conversíveis e denominadas em "marco-centeio";

d) as notas seriam declaradas moeda legal, em data posteriormente fixada, com taxa oficial de conversão com o marco-papel; e

e) o desconto de títulos do Tesouro no Reichsbank seria suspenso e o governo receberia um crédito de 300 milhões de "marcos-centeio" (o novo banco poderia conceder créditos adicionais ao Reich até um total equivalente à metade do seu capital e reservas).

As resistências ao projeto foram muitas, principalmente por parte daqueles que desejavam o retorno ao padrão-ouro e que não concordavam com o afastamento do Reichsbank do controle monetário. As seguintes modificações foram introduzidas por Rudolf Hilferding, Ministro das Finanças do novo governo formado por Gustav Stresemann:

a) redução da independência administrativa do novo banco a limites formais, ficando o crédito ao setor privado sob o controle do Reichsbank; e

b) as notas, denominadas em ouro e não em centeio, não seriam declaradas moeda legal e, além disso, não haveria taxa de conversão com o marco-papel fixada oficialmente, mas flutuante de acordo com a taxa de câmbio.

Finalmente, Hans Luther, que poucos dias após tornou-se Ministro das Finanças, propôs o Rentenmark. No dia 13 de outubro de 1923 aprovou-se uma lei que concedia poderes especiais ao governo, e com base nela foi assinado, em 15 de outubro de 1923, o decreto que criou o Rentenbank, determinando o início das suas operações para o dia 15 de novembro.

Além dessa lei, outros fatos são apontados por Schacht (1927) como importantes para o processo de estabilização. Inicialmente, quando da formação do Gabinete de Stresemann, em 6 de outubro, foi anunciado o

fim da "Resistência Passiva". No dia 16 desse mês, iniciaram-se as negociações entre o Comitê da Associação das Minas do Vale do Reno e Westphalia e o comando militar francês, com respeito ao reinício dos pagamentos em espécie, principalmente carvão, suspensos desde a invasão do Ruhr. No dia 24, o governo alemão enviou nota à Comissão para Reparação declarando o desejo do país em prosseguir com os pagamentos estipulados pelo Tratado de Versailles, ao mesmo tempo em que solicitava um exame das suas condições econômicas reais frente às quantias devidas. Em 26 de outubro, o governo francês de Poincaré concordou com a formação de um comitê de especialistas para estudar a situação alemã. Em 8 de outubro e 2 de novembro as indústrias Phönix e Krupp, respectivamente, concluíram acordos com a Comissão de Controle Interaliada para o pagamento em espécie de parte da Reparação.

O Rentenmark entrou em circulação por três vias principais, a saber: quando o Rentenbank concedeu crédito ao Reich, que utilizou a nova moeda para cobrir suas despesas; quando o Rentenbank trocava marcos-papel por Rentenmarks e por cambiais para o público, embora essa última transação representasse um pequeno volume; e quando o Reichsbank compensava ordens de pagamentos com fins comerciais, com créditos em Rentenmarks.

O órgão responsável pela distribuição do Rentenmark era o Reichsbank, que enfrentou desde o início uma grande demanda pela nova moeda, superando em muito a sua capacidade de oferta. Havia equivalência entre o Rentenmark e o marco-ouro resultante da possibilidade de conversão de 500 Rentenmarks em um título com valor nominal de 500 marcos-ouro, que rendia uma taxa de juros de 5% a.a., sendo esse rendimento pago em marcos-papel à taxa de conversão do dia com o marco-ouro ou com o dólar, já que estes estavam vinculados entre si. Dessa forma, a nova moeda tinha a sua paridade com o marco-papel determinada pela taxa de câmbio com o dólar na Bolsa de Berlim, e a flutuação do câmbio ainda presente nos primeiros dias da estabilização explica, em parte, a demanda pelo Rentenmark, já que havia a possibilidade potencial de ganhos substanciais de acordo com as variações na cotação do dólar.

Como os pedidos de Rentenmarks só podiam ser parcialmente atendidos, os salários dos servidores públicos, por exemplo, eram pagos parte na nova moeda e parte em marcos-papel ou em títulos-ouro, sendo essas proporções previamente divulgadas. A preocupação do governo em utilizar o Rentenmark no pagamento de salários e ordenados era baseada no desejo

de evitar maiores problemas sociais e de dificultar ao máximo o entesouramento da moeda, garantindo a sua circulação da forma mais ampla possível.

No dia 15 de novembro foram emitidos aproximadamente 8 milhões de Rentenmarks, sendo atingidos 501 milhões ao final do mês. Apesar de circular paralelamente ao marco-papel, ele era apenas um meio de pagamento legal, permanecendo o marco como a moeda oficial até 11 de outubro de 1924, data da lei monetária que criou uma nova moeda legal para o país: o Reichsmark.

Na opinião de Bresciani-Turroni (1937), o decreto de 15 de outubro era de efeitos muito duvidosos, já que não existia ainda solução definitiva para duas questões de fundamental importância, ou seja, o Pagamento das Reparações e a situação interna social e econômica. Talvez por isso o sucesso da estabilização tenha sido chamado de "o milagre do Rentenmark".

A questão do *deficit* orçamentário do Reich era delicada, principalmente pela sua expansão ao final de 1923, quando em quatro meses a parte coberta com emissões de títulos elevou-se em cerca de 4,5 bilhões de marcos-ouro: 906 milhões em agosto, 1.506 milhões em setembro, 860 milhões em outubro e 1.249 milhões em novembro. Por outro lado, as reservas de ouro do Reichsbank reduziram-se sensivelmente, passando de um bilhão de marcos-ouro no início de 1923 para aproximadamente 444 milhões em 15 de outubro. As reservas de cambiais eram desprezíveis e, dada a situação político-econômica, não havia qualquer possibilidade de se conseguirem empréstimos no exterior, tanto por via oficial quanto particular. A partir de setembro, as condições econômicas e sociais tornaram-se críticas, com a suspensão das atividades do comércio e de indústrias, a ameaça de falta de abastecimento às cidades e um desemprego crescente. Esse quadro reverteu-se rapidamente com a estabilização da moeda.

Um problema sempre apontado como crucial era a relação entre o governo e o Reichsbank. Este possuía acionistas privados, mas que não influenciavam de forma alguma na sua administração. O Comitê Central do banco era constituído por membros indicados pelos diretores, mas só opinava quando solicitado e não detinha nenhum poder de decisão. Por fim, o presidente e a diretoria eram indicados pelo imperador, sendo os cargos vitalícios. Dessa forma, o banco era diretamente subordinado ao Chanceler do Reich, que a qualquer momento podia determinar a concessão de créditos ao Tesouro.

A Lei Bancária de 26 de maio de 1922 representou uma tentativa de modificar essa situação, na medida em que a diretoria passou a ter total liberdade na gerência da entidade, sem que o governo tivesse sequer poder para cancelar quaisquer de suas decisões. No entanto, o desconto de títulos prosseguiu sem que a reforma fosse implementada na prática. Somente em agosto de 1923, pela primeira vez, o Reichsbank informou ao governo que já no ano seguinte não haveria mais concessão de créditos sem o cumprimento das disposições legais estabelecidas pelo banco.

Essa situação era problemática na medida em que, de acordo com dados divulgados por Sargent (1983), o percentual de títulos do Tesouro descontados no Banco Central em relação ao total de descontos era muito grande em 1923, sendo, por exemplo, 74,59% em julho, 85,71% em agosto, 92,51% em setembro, 86,14% em outubro e 82,76% até o dia 15 de novembro. Por outro lado, dos números divulgados por Graham (1967) relativos às receitas do Reich em marcos-ouro, temos que, para os anos fiscais de 1920/21 (abril a março), 1921/22, 1922/23 e de abril a dezembro de 1923, os percentuais da receita cobertos por operações de empréstimo, ou seja, os *deficits* orçamentários cobertos com títulos — já que após 1919 praticamente todos os empréstimos do governo foram efetuados através do desconto de títulos do Tesouro —, foram, respectivamente, de 62,82, 55,27, 63,31 e 87,14%, sendo os demais impostos e taxas insuficientes para fazer face às despesas correntes.

4 — A ESTABILIZAÇÃO

De acordo com o decreto de 15 de outubro de 1923, que criou o Rentenbank, este possuiria um capital inicial de 3,2 bilhões de Rentenmarks, que na verdade não chegou a ser integralizado, sendo o seu capital constituído, como já visto, por hipotecas de terras e títulos de propriedades, principalmente industriais. Estes rendiam juros ao banco, sendo em essência um tipo de imposto sobre a agricultura e a indústria.

Assim foi acumulado o seu capital real, sendo a emissão máxima de notas limitada a 2,4 bilhões de Rentenmarks, dos quais 1,2 bilhão colocados à disposição do governo, pois este era o valor estimado para as suas necessidades durante o período de estabilização e enquanto suas novas receitas ainda não tivessem começado a fluir normalmente. No entanto,

dessa quantia, 300 milhões ficaram retidos pelo banco como cobertura do débito do Reich com o Reichsbank originado pelos descontos de títulos do Tesouro.

O governo dispunha, então, de 900 milhões para equilibrar o seu orçamento com uma moeda estável, só que nas suas despesas estavam incluídos programas ambiciosos como a reativação da atividade econômica, principalmente nas regiões do Reno e do Ruhr, a melhoria da situação social, inclusive com a queda do desemprego, e a concessão de subsídios para os serviços ferroviários e para os correios.

Dessa forma, os recursos liberados em novembro foram consumidos tão rapidamente que previu-se a necessidade de novos créditos até o final de dezembro. Por isso, a 7 de dezembro foi baixado um decreto que instituiu uma tributação de emergência, a qual, entre outras coisas, adiantava o pagamento de alguns impostos de janeiro para dezembro.

Apesar dessa medida, continuava a existir a expectativa de que as despesas não poderiam ser cobertas pela receita corrente e, por isso, o Ministro das Finanças solicitou ao Rentenbank a concessão de novos créditos (mais 400 milhões), além do valor previamente acordado de 1,2 bilhão. As solicitações de créditos comerciais eram julgadas e atendidas de acordo com as disponibilidades do Reichsbank.

Porém, no caso em questão, a decisão cabia ao Conselho Administrativo do Rentenbank, que, reunido no dia 20 de dezembro, resolveu negar qualquer extensão de crédito ao Tesouro. Essa medida parece ter tido uma influência psicológica da maior importância sobre o público, auxiliando no processo de aceitação e de estabilidade da nova moeda. Segundo Bresciani-Turroni (1937), o fator psicológico e a necessidade de controle sobre o governo foram considerados desde o início, já que o Reichsbank poderia ter emitido alternativamente 1.200 quintilhões de marcos-papel para o governo, ao invés de este ter recebido a quantia correspondente do Rentenbank de 1,2 bilhão de Rentenmarks, de acordo com a taxa de câmbio oficial vigente a partir de 20 de novembro de 1923.

A confiança na nova moeda foi demonstrada desde a sua emissão, já que o público não procurou livrar-se dela, ao contrário do que ocorria de forma crescente com o marco, sendo, inclusive, um fato notável a estabilidade conseguida por este último, em comparação ao Rentenmark, o qual, por sua vez, não poderia ter mantido o seu valor constante simplesmente pela possibilidade da sua conversão em títulos garantidos por terras e outros ativos e rendendo uma taxa de juros de 5% a.a., pois esse tipo de título era negociado com deságio no mercado e, por outro lado,

a taxa de juros vigente era de cerca de 20% a.a. A própria incapacidade do governo de pagar os juros devidos que cresciam com as novas emissões poderia ter sido um fator de instabilidade, o que de fato não ocorreu.

O Rentenmark foi adicionado ao meio circulante existente, que continuou a expandir-se, pois, apesar da suspensão da emissão de marcos-papel para o governo via desconto de títulos, em 16 de novembro de 1923, o desconto de títulos comerciais prosseguiu como antes. Entre 16 de novembro de 1923 e 31 de julho de 1924, o montante de marcos-papel em circulação aumentou cerca de 1.200%, passando de 93 quintilhões para 1,211 sextilhão, respectivamente, enquanto praticamente no mesmo período a emissão da nova moeda aumentou 260%, elevando-se de 501 milhões em 30 de novembro de 1923 para 1,8 bilhão em 31 de julho de 1924.

A estabilização não foi obtida, portanto, através de uma contração da base monetária, sendo esse fenômeno comum a outros casos de hiperinflação e não somente à Alemanha.

É necessário lembrar, no entanto, que, quando o marco-papel passou a ser novamente aceito, a sua velocidade de circulação caiu muito em relação ao período anterior, fazendo com que a demanda para transações sofresse grande aumento e abrindo, com isso, espaço para novas emissões. Esse espaço surgia também na medida em que as "moedas de emergência", legais ou não, os diversos tipos de títulos e as moedas estrangeiras deixavam de circular. Outro fato importante foi a depreciação do franco francês que circulava nos territórios ocupados, concomitante com a maior confiança no marco, o que auxiliou o retorno dessa última moeda à circulação nessas regiões no início de 1924.

O montante de "moedas de emergência" autorizadas e de várias procedências, inclusive a emitida pelas Ferrovias e de títulos-ouro em circulação, caiu rapidamente de 728 milhões de marcos-ouro em 31 de dezembro de 1923 para 348 milhões em 31 de março de 1924 e para 38 milhões em 31 de julho desse ano. Segundo dados do *Bureau Central de Estatística*, a circulação de moeda não autorizada havia sido reduzida, ao final de 1924, para cerca de 160 quintilhões de marcos-papel ou 160 bilhões de marcos-ouro, sendo 132 nos territórios ocupados, e, ao final de fevereiro, para 105,6.

Em 17 de novembro de 1923 o Banco Central emitiu circular a seus agentes proibindo a aceitação de qualquer moeda que não a sua, e a do Rentenbank a partir de 22 de novembro, e determinando que todos os emissores de moedas em poder do Banco fossem chamados para efetuar

o resgate das mesmas até no máximo 26 de novembro de 1923. Como a maioria não possuía fundos para essa operação, o Reichsbank ofereceu facilidades como adiantamentos temporários aos emissores (empréstimos de curto prazo) e a possibilidade de efetuarem o resgate por etapas. A administração das Ferrovias, que havia emitido grande soma, beneficiou-se desses esquemas. O resgate estendeu-se, assim, de dezembro de 1923 a julho de 1924.

O fenômeno da depreciação monetária verificou-se naturalmente com grande intensidade e, no outono de 1923, apesar das maciças emissões de moeda, o seu valor nominal não era suficiente para cobrir as transações efetuadas na economia. Tal fato resultou, principalmente, da sensível elevação da velocidade de circulação da moeda ocasionada pela fuga do marco, que tornou-se gradativamente menos importante na medida em que as necessidades monetárias eram cobertas pela emissão de moedas alternativas e pelas moedas estrangeiras.

A redução do estoque real da moeda legal foi significativo e, ao final de outubro de 1923, o montante de marcos-papel emitidos equivalia somente a 150 milhões de marcos-ouro. Na verdade, já ao final de 1922 esse valor real tornou-se menor do que o valor das reservas de ouro do Reichsbank.

Segundo Bresciani-Turroni (1937), teria sido possível restabelecer a conversão das notas e tentar a estabilização se o Banco não tivesse mantido a atitude de não utilizar suas reservas, que foram em grande parte perdidas posteriormente durante o período da Resistência Passiva. Para ele, poucas notas teriam sido apresentadas para a conversão, dada a grande escassez de meio circulante.

Paralelamente à depreciação monetária, ocorria a do câmbio (ver Tabelas 1 e 2), que variou muito, principalmente em 1923. A partir de 25 de outubro desse ano, o Reichsbank tentou impor uma taxa de câmbio uniforme em todas as Bolsas alemãs e o controle, no mercado oficial, sobre as transações com cambiais, procurando alocá-las segundo o critério de necessidades básicas e sempre ofertando a menor quantidade possível de acordo com a demanda.

No dia 20 de novembro a taxa de câmbio oficial na Bolsa de Berlim foi fixada em 4,2 trilhões de marcos-papel/dólar. No entanto, o valor do marco nos mercados internacionais ainda continuou a depreciar-se durante algum tempo. O controle do mercado de câmbio não foi completo, já que no primeiro semestre de 1924 o nível de importações elevou-se muito,

principalmente as de bens supérfluos, como mostra Bresciani-Turroni (1937).

Um dos primeiros efeitos da estabilização foi um aumento no consumo de algumas classes que haviam perdido poder de compra no período anterior. Com isso algumas indústrias, especialmente a têxtil, entraram em período de prosperidade. Por outro lado, a elevação das importações levou a uma situação de *deficit* no balanço comercial, que em 1924 foi de 136 milhões de marcos-ouro em janeiro, 232 em fevereiro, 236 em março, 312 em abril e 354 em maio. As viagens ao exterior também aumentaram tanto que em abril de 1924 o governo elevou drasticamente o preço dos passaportes. É importante lembrar, no entanto, que o governo não controlava as transações efetuadas com cambiais nos territórios ocupados.

Em 15 de novembro de 1923 o Ministro das Finanças, Hans Luther, indicou Hjalmar Schacht para o posto de Comissário da Moeda, importante para a implementação da estabilização. Porém, com a morte de Rudolf Havenstein, presidente do Reichsbank, em 20 de novembro de 1923, Schacht assumiu esse novo posto, imprimindo nova linha de ação ao Banco. Segundo ele, um ponto importante para a estabilização do câmbio era a volta do controle da política monetária ao Banco Central, sendo então imprescindível a eliminação de qualquer fonte de emissão de moedas alternativas. Assim, buscava-se dificultar a especulação em torno da desvalorização do marco e unificar as taxas de câmbio, fazendo com que, em todas as Bolsas do país, as cotações convergissem para a oficial dada pela Bolsa de Berlim (ver Tabela 3).

A identidade entre o Rentenmark e o marco-ouro parece ter sido arbitrada pelo desejo de manter-se teoricamente uma base-ouro para a nova moeda.

Apesar de, em 13 de novembro de 1923, fixar oficialmente a taxa de câmbio, o Reichsbank só atendia a cerca de 1% da demanda por cambiais, pois suas reservas estavam praticamente esgotadas e durante algum tempo sua capacidade de oferta ainda permaneceu muito aquém das necessidades.

O grande diferencial entre as cotações de Berlim e de Colônia (território ocupado), por exemplo, dava origem a uma grande onda especulativa, que se tornava mais difícil de ser concretizada na medida em que os pagamentos de qualquer espécie no país haviam voltado a ser realizados somente em marcos-papel ou Rentenmarks, podendo o Banco Central controlar melhor a sua política monetária. Nesse sentido, tornava-se mais problemático reter uma grande soma de moedas estrangeiras à espera de

novas desvalorizações do marco. A venda de Rentenmarks a estrangeiros havia sido expressamente proibida por uma instrução do Reichsbank de 16 de novembro de 1923. Com isso, a revenda de cambiais compradas tinha que ser feita em espaço de tempo cada vez menor, evitando-se o entesouramento. Assim, a partir de 26 de novembro a taxa de câmbio em Colônia começa a convergir para a oficial, igualando-se a ela em 10 de dezembro de 1923 (ver Tabela 3).

O Reichsbank havia se tornado o único agente capaz de adquirir cambiais em qualquer quantidade, pagando-as com a moeda legal. Entre 10 e 31 de dezembro o Banco recebeu um total equivalente a 200 milhões de marcos-ouro em cambiais. De acordo com Bresciani-Turroni (1937),

TABELA 3

COTAÇÕES DO DÓLAR NA ALEMANHA — ALGUMAS DATAS SELECIONADAS

Datas Seleccionadas	Cotação do Dólar	
	Bolsa de Colônia (Trilhões de Marcos-Papel/Dólar)	Bolsa de Berlim (Bilhões de Marcos-Papel/Dólar)
1923:		
12 de novembro	—	630
13 de novembro	3,90	840
14 de novembro	6,85	1.260
15 de novembro	5,80	2.520
16 de novembro	6,50	
17 de novembro	6,70	
19 de novembro	9,85	
20 de novembro	11,70	4.200
22 de novembro	10,20	
23 de novembro	10,50	
24 de novembro	10,25	
26 de novembro	11,00	
27 de novembro	10,20	
28 de novembro	9,40	
29 de novembro	8,50	
30 de novembro	7,80	
1924:		
6 de dezembro	4,90	
10 de dezembro	4,20	

FONTE: Schacht (1927).

o fenômeno da substituição das moedas estrangeiras pode ser identificado no balanço do Banco Central, que registrou um aumento considerável da rubrica "outros ativos", na qual se incluía a posição das reservas cambiais, e que passou de 18,8 milhões de marcos-ouro em 15 de novembro para 285,8 em 7 de janeiro de 1924, 702,3 em 30 de junho e 1.183 bilhões em 31 de outubro de 1924. Isso demonstra como o público diminuiu sua demanda de cambiais e, juntamente com a queda em V, aumentou a de marcos, liquidando, assim, moedas entesouradas. Mesmo com esse resultado, o Banco continuou a racionar a distribuição de cambiais, não podendo ainda atender à demanda existente.

Concluimos que a especulação diminuiu não porque o Reichsbank pudesse suprir toda a demanda por cambiais à taxa oficial, mas porque a contração monetária relativa inviabilizava o entesouramento com esse fim.

A seguinte equivalência foi criada e mantida pelo Banco: 1 trilhão de marcos-papel = 1 marco-ouro = 1 Rentenmark = 10/42 de dólar.

Enquanto houve alguma variação cambial, o público demonstrou sua preferência explícita pelo Rentenmark, o que, no entanto, no início de dezembro já não ocorria mais.

O governo conseguiu equilibrar o seu orçamento já em janeiro de 1924, pela primeira vez no pós-guerra, o que teve como causas básicas um corte drástico nas despesas e a introdução de novos impostos (alguns recolhidos somente uma vez), ao lado da atualização dos já existentes. Em fevereiro desse mesmo ano, no entanto, os impostos especiais representavam somente 8,2% da receita total (ver Tabela 4).

A depreciação reduziu praticamente a zero o valor real dos débitos contraídos, tanto durante quanto após a guerra, junto ao público. O decorrente do desconto de títulos do Tesouro no Reichsbank chegou a 197 quintilhões de marcos-papel em 15 de novembro de 1923, sendo resgatado pela transferência ao Banco de 197 milhões de Rentenmarks.

Antes da estabilização, todas as tentativas de equilibrar o orçamento fracassaram, inclusive quando houve a cobrança de impostos extras. A grande inflação, além de elevar as despesas correntes, reduzia gradativamente a base real para a cobrança de novos impostos, que, quando chegavam a ser efetivamente recolhidos, eram imediatamente repassados aos preços, realimentando todo o processo.

As condições orçamentárias tornaram-se tão favoráveis ao longo de 1924 que, em novembro, o governo cedeu às pressões e reduziu o paga-

mento antecipado de impostos incidentes sobre a renda e sobre algumas atividades industriais, além de elevar o piso salarial sujeito a tributação através de um decreto de 10 de novembro de 1924.

Em fevereiro desse ano houve nova depreciação do marco em relação ao dólar, sendo que no dia 9 a Bolsa de Nova York cotava 1 trilhão de

TABELA 4
ORÇAMENTO DO GOVERNO

Anos — Meses	Receitas Correntes		Despesas Correntes	Saldo
	Total	Tributos		
1923 — novembro	68,1	63,2	—	—
dezembro	333,9	312,3	668,7	-334,8
1924 — janeiro	520,6	503,5	396,5	+124,1
fevereiro	445,0	418,0	462,8	-17,8
março	632,4	595,3	498,6	+133,8
abril	579,5	523,8	523,5	+56,0
maio	566,7	518,7	459,1	+107,6
junho	529,7	472,3	504,5	+25,2
julho	622,2	583,1	535,1	+86,9
agosto	618,2	592,0	597,6	+20,6
setembro	665,6	609,2	581,6	+84,0
outubro	714,3	686,7	693,0	+21,3

FONTE: Sargent (1983).

marcos-papel a 20,40 cents, o que equivalia a 4,9 trilhões de marcos-papel por dólar ao invés de 4,2 trilhões, que era a cotação oficial de Berlim. Paralelamente, os preços internos voltaram a subir depois de terem caído em janeiro de 1924.

Durante o primeiro semestre desse ano as condições monetárias ainda não estavam normalizadas. A taxa de câmbio oficial era, na prática, nominal, já que o Reichsbank só atendia a uma pequena proporção da demanda por cambiais. Em Colônia havia uma diferença de cerca de 10% acima da cotação oficial. O aumento da demanda em fevereiro é explicado, em parte, pelo temor, principalmente dos importadores, de não conseguirem a quantidade de cambiais necessária às suas atividades, o que

gerou uma tendência a acumular reservas acima das necessidades imediatas. A indústria e o comércio em pequena escala voltaram a cotar preços em moedas estrangeiras.

Essa instabilidade no câmbio e nos preços foi atribuída, na época, à política pouco rígida de crédito seguida pelo Reichsbank. A idéia era de que a excessiva concessão de créditos permitia, por um lado, que os detentores de cambiais pudessem conseguir os financiamentos de que necessitavam, sem vendê-las ao Banco Central, enquanto que, por outro lado, estimulava a compra de moedas estrangeiras com fins especulativos. Os créditos comerciais também ajudaram a criar uma prosperidade fictícia no setor industrial, chegando a forçar uma elevação nos preços.

No dia 7 de março de 1924 o Reichsbank decidiu limitar o crédito ao total alcançado ao final desse mês, por temer novas depreciações. Os efeitos positivos foram logo sentidos, tanto no câmbio quanto nos preços, e a 3 de junho, pela primeira vez em 1924, o Banco foi capaz de satisfazer totalmente a demanda por cambiais. Isso ocorreu por dois motivos principais, conforme explicado na época, a saber: a queda da demanda na Bolsa de Berlim e a volta à circulação de cambiais entesouradas e daquelas recebidas pelos exportadores.

Outra contribuição importante para a situação favorável foi dada pelos créditos externos obtidos pelo Banco de Descontos ou provenientes de fontes particulares, além do retorno, ao país, de parte do capital enviado ao exterior durante a inflação. O banco citado foi criado em 1924 para possibilitar negócios com o exterior, dadas as restrições e dificuldades ainda existentes. De qualquer forma, parece ter havido algum tipo de relação entre o comportamento da taxa de câmbio e a política de crédito do Banco Central.

O marco voltou a fortalecer-se frente ao dólar com sua cotação no exterior e nos territórios ocupados, voltando a convergir para a oficial, até que o prêmio do primeiro mercado sobre o segundo desapareceu. Em maio, a cotação média em Nova York era de 23,41, passando, em junho, a 23,94.

O controle sobre o mercado de câmbio foi diminuído gradativamente, restando, no entanto, algumas restrições baseadas em decretos de 31 de outubro e de 8 de novembro de 1924 e deliberando sobre: a compra de cambiais visando a pagamentos no exterior que deveriam ser efetivados por um banco autorizado; a proibição de contratos futuros com cambiais;

e a proibição de compra e venda fora da taxa oficial e sobre as informações que os bancos deveriam prestar ao governo a esse respeito.

Os empréstimos concedidos pelo Rentenbank através do Reichsbank ao setor privado passaram, em 1924, a conter uma cláusula de "valor constante", a fim de assegurar a restituição real das somas emprestadas. Com a entrada em vigor, em 11 de outubro de 1924, da lei monetária de 30 de agosto de 1924, essa cláusula deixou de ser aplicada com a intenção de demonstrar a estabilidade da moeda. De qualquer forma, na opinião do presidente do Rentenbank, ela havia contribuído para que a estabilidade fosse alcançada.

A lei monetária acima citada introduziu uma nova moeda legal no país: o Reichsmark. A sua taxa legal de conversão com o marco-papel foi fixada em um para um trilhão e com o Rentenmark em um para um. O marco-papel foi retirado de circulação gradativamente e deixou de ser considerado moeda legal em 5 de junho de 1925. O conteúdo de ouro da nova moeda era o mesmo fixado para o marco pela lei bancária de 14 de março de 1875 (1.392 marcos = 500 g de ouro fino). Apesar disso, as notas não eram conversíveis, e a estabilidade da taxa de câmbio tinha que ser mantida através de operações do Banco Central no mercado de câmbio. A lei determinou, também, a extinção do Rentenbank e o recolhimento dos Rentenmarks num período máximo de 10 anos. Em outubro de 1924 cerca de 2,07 bilhões de Rentenmarks circulavam na Alemanha. Ao final de novembro, o Reichsbank começou a pagar ao Rentenbank os empréstimos concedidos por este ao setor privado.

Nos anos seguintes as últimas restrições sobre o mercado de câmbio foram retiradas, e até 23 de agosto de 1926 o Reichsbank havia mantido a taxa de câmbio constante. A partir daí permitiu a sua flutuação de acordo com o mercado. Finalmente, em abril de 1930, foi reativado o artigo 31 da lei bancária de 30 de agosto de 1924, até então suspensa, que obrigava o Reichsbank a converter as suas notas em moedas ou lingotes de ouro, ou em moedas estrangeiras, dependendo das suas disponibilidades de ouro ou cambiais.

Entre 1925 e a Grande Recessão, o principal fator determinante do valor do marco frente a outras moedas foram os empréstimos externos concedidos à Alemanha. Através deles o Reichsbank recompôs rapidamente as suas reservas de ouro e o Reichsmark manteve-se, por vários períodos, apreciado em relação ao dólar.

5 — OBSERVAÇÕES FINAIS

Nesta seção final desejamos destacar alguns aspectos que nos parecem interessantes nesse processo.

No período da guerra foi relativamente lenta a depreciação do marco frente ao dólar, sendo mais relevante a elevação dos preços internos. Durante as negociações de paz a situação inverteu-se, havendo acentuada desvalorização do marco, o que persistiu até o início de 1920, quando houve certa estabilidade e até alguma apreciação cambial. Embora a tendência à queda permanecesse, esta só tornou-se efetivamente acelerada a partir de junho de 1922. A partir daí, tornaram-se comuns os fenômenos de fuga da moeda através da grande demanda por cambiais e por "moedas de emergência". Em julho de 1923 o índice do custo de vida elevou-se 39.000 vezes e, com isso, cada vez mais os reajustes salariais eram espontaneamente indexados ao dólar, chegando a ocorrer numa frequência de pelo menos duas vezes por semana em 1923.

Outro ponto interessante é a ligação de causalidade entre o câmbio, os preços, o orçamento fiscal e a emissão de moeda. Para realizar os Pagamentos de Reparação, o governo era obrigado a recorrer ao mercado para comprar grande quantidade de cambiais, sendo o custo desta operação determinado pela taxa de câmbio vigente, o qual, por sua vez, tendia a elevar-se com a própria transação e com a sua frequência. Ficava, assim, difícil estimar o fluxo necessário de receitas e, na falta de fontes de crédito alternativas, o governo tinha que recorrer às emissões do Reichsbank, via desconto de títulos do Tesouro. Por sua vez, as depreciações influenciavam fortemente os preços internos. Até maio de 1921 as forças aliadas ainda não tinham acertado o montante de tais pagamentos, e quando concluíram o seu cálculo o resultado foram 132 bilhões de marcos-ouro que seriam cobrados em espaço de tempo relativamente curto.

Em 9 de abril de 1924 o Comitê Dawes apresentou à Comissão de Reparações um novo plano para os pagamentos. Esse Comitê surgiu em outubro de 1923, juntamente com outros designados pelo Presidente dos Estados Unidos para estudar a situação alemã. Em 1.º de setembro de 1924 o Plano Dawes começou a ser implementado, depois de aprovado em julho numa conferência das Forças Aliadas em Londres. O plano reconhecia a necessidade de um período de recuperação para o país e tornava mais realista o montante exigido como Pagamento de Reparação.

BIBLIOGRAFIA

- BRESCIANI-TURRONI, C. *The economics of inflation*. George Allen & Unwin Ltd., 1937.
- BRY, G. *Wages in Germany, 1871-1945*. Princeton University Press, 1960.
- ELLIS, H. S. *German monetary theory, 1905-33*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1934.
- GRAHAM, F. D. *Exchange, prices and production in hyper-inflation Germany, 1920-1923*. Russel & Russel, 1967.
- LAURSEN, F., e PEDERSEN, J. *The German inflation, 1918-1923*. Amsterdã, North-Holland Co., 1964.
- LEWIS, W. A. *Economic survey 1919-1939*. University Books, 1970.
- RINGER, F. K., ed. *The German inflation of 1923*. New York, Oxford University Press, 1969.
- SARGENT, T. The ends of four big inflations. In: HALL, R., ed. *Inflation: causes and effects*. NBER, 1983.
- SCHACHT, H. *The stabilization of the mark*. Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1927.
- STOLPER, G. Economic crisis of the Early Weimar period. In: RINGER, F. K., ed. *The German inflation of 1923*. New York, Oxford University Press, 1969.

Uma Nota Introdutória ao Artigo “A Crise na Esfera do Emprego: Particularidades, Causas e Conseqüências”, de N. Gauzner

JOSUÉ ALMEIDA *

O artigo em foco foi publicado no número 10, de 1983, da revista *MEMO — Mirováia Ekonómika i Miedzunaródnie Otnochénia (Economia Mundial e Relações Internacionais)* —, que aparece mensalmente em Moscou, desde 1957, e tem uma tiragem de 30 mil exemplares. Editada pelo Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais da Academia de Ciências da URSS, sua circulação se dá sobretudo entre economistas dedicados ao estudo de problemas econômicos e políticos internacionais, figurando em todas as mais importantes listas de publicações periódicas soviéticas sobre economia, não obstante ser editada apenas na língua russa. Nas últimas páginas de cada número, porém, oferece uma resenha dos principais artigos, em inglês, e também traz um sumário do próprio número em inglês, francês, alemão e espanhol. Esse sumário, todavia, não abrange as principais seções permanentes, entre elas as de debates, esclarecimentos a leitores, de crítica de livros etc., e poucas vezes fornece indicações biográficas sobre os autores.

A circunstância de dedicar-se principalmente a problemas de política e economia fora do âmbito socialista não diminui o interesse pela revista. De fato, a publicação proporciona uma precisa visão sobre o enfoque dado pelos economistas e publicistas soviéticos aos problemas que preocupam os países capitalistas. Não obstante o caráter doutrinário e proselitista de que muitas vezes se revestem, os trabalhos são ricos em citações de fontes ocidentais, devidamente indicadas. De passagem, convém registrar que, em geral, os autores soviéticos defendem o ponto de vista de que em ciência social — como é o caso da economia — qualquer posição há de ser engajada, mesmo as que aparentam ou proclamam não sê-lo. A partir desta postura, os argumentos usados por vários deles, assim como

* Da FEA/UFRJ.

a fundamentação estatística de que se valem, destinam-se a corroborar opiniões e conceitos preestabelecidos. Parece nos, todavia, que uma formulação simplista disto que se chama *partidismo* (conceito usado em oposição ao de *objetivismo burguês*) facilmente escapa do domínio da análise científica e escorrega para o dogmatismo sem racionalidade.

Desemprego: Fenômeno Estável e Novo Custo Permanente

O artigo de N. Gauzner elege o desemprego como o principal problema social do capitalismo dos nossos dias. E vai buscar a fundamentação teórica para sua existência na teoria econômica marxista, notadamente nos conceitos de "superpopulação relativa" e "exército industrial de reserva". As observações mais importantes do trabalho em apreço podem ser resumidamente expostas, a nosso juízo, do seguinte modo:

a) apesar de o desemprego ser fenômeno assinalado em todos os momentos da história do capitalismo, agravando-se nos períodos de crise, o presente desemprego reveste-se da característica de fenômeno estável e duradouro, não conjuntural, e que, com o tempo, não importa a fase do ciclo econômico, tende a aumentar, e não a diminuir; e

b) o desemprego, dada a sua natureza estável, passou a constituir um custo adicional e permanente para o capitalismo — tanto pelo que deixa de ser produzido (reduzindo-se a capacidade instalada, ou aumentando-se a capacidade ociosa, em face da contração da demanda efetiva), como pelo dispêndio direto com os programas de amparo aos desempregados.

Gauzner relaciona o desemprego com uma ampla variedade de causas: econômicas e sociais, psicológicas e políticas, conjunturais (inclusive demográficas) e de longo prazo, internas e externas, "antigas" e relativamente novas, interagindo umas sobre as outras.

A competição capitalista impõe a introdução de métodos e equipamentos automáticos na economia. Ora, na esfera da produção de bens materiais, isto implica uma liberação absoluta de mão-de-obra que, para não se tornar ociosa, necessita de ser absorvida em outro segmento da economia. Efetivamente, diz Gauzner, o mesmo processo de modernização no domínio dos serviços faz com que surjam aí novos empregos, mas não em número suficiente para absorver toda a mão-de-obra que se viu alijada da produção material, daí resultando a tendência ao crescente desemprego. Esse quadro, sustenta, não pode ser entendido fora dos marcos do capitalismo monopolista de Estado.

De tal maneira, afirma Gauzner, o desemprego está se tornando um novo modo de vida para um grande número de pessoas, que se vêem constrangidas a suportar privações materiais — até alimentares — e também expostas a sofrimentos morais, a estresses etc. A partir de dados numéricos, refuta a afirmação de que o auxílio-desemprego pago nos países capitalistas desenvolvidos neutraliza os efeitos do desemprego e afirma que, ao contrário, o auxílio-desemprego, além de insuficiente em valor, alcança apenas uma fração daqueles que não trabalham por motivos independentes de sua vontade. Não obstante, reconhece que o auxílio-desemprego é uma conquista, uma vitoriosa reivindicação dos trabalhadores.

Também a introdução de uma nova tecnologia é reconhecida pelo autor como de considerável importância, tanto que ainda hoje assegura o desenvolvimento das forças produtivas mesmo em presença de relações de produção capitalistas. Essa nova tecnologia, que merece dos soviéticos a denominação de revolução — precisamente: Revolução Técnico-Científica —, cria colossais possibilidades de melhora da vida social.

Aparentemente, o autor não considera o desemprego no capitalismo como uma fatalidade incontornável, mas menciona cálculos segundo os quais o crescimento das economias capitalistas desenvolvidas deveria operar-se a taxas bem mais elevadas do que as atuais para prevenir e/ou reduzir o desemprego existente. Finalmente, Gauzner relaciona uma série de medidas programáticas que poderiam ensejar o crescimento das economias — medidas sugeridas por organizações ligadas aos trabalhadores —, como a modernização da economia, mas sem demissões, a ampliação dos serviços sociais e a elevação da demanda efetiva dos trabalhadores e dos desempregados. Os recursos para isso deveriam ser buscados dentre aqueles hoje utilizados para outros fins, principalmente as despesas com armamentos e também os recursos fiscais resultantes da taxação de grandes fortunas.

A Crise na Esfera do Emprego: Particularidades, Causas e Consequências

N. GAUZNER *

No emaranhado das agudas contradições econômico-sociais com que o capitalismo entrou na década de 80, o problema do desemprego ocupa o primeiro lugar. E isso, tanto por sua gravidade, como pelas consequências, que estão longe de se haver esgotado. O desemprego em massa abarcou todo o mundo capitalista, alcançando escala como não se conhecia no último meio século. Sente-se sua influência em todos os campos da vida da sociedade burguesa. A situação extraordinariamente aguda na esfera do emprego é uma das causas da acentuação da instabilidade política e, como consequência disto, da crescente intranquilidade dos círculos governamentais dos países capitalistas. Em conferência dos países da OCDE, dedicada a problemas do emprego, o então primeiro-ministro da Holanda, J. den Uil, assinalou: "Ninguém dentre nós pode ignorar o fato de que nenhum outro fenômeno social da nossa sociedade provocou ferida tão profunda quanto o difundido desemprego, com que hoje nos defrontamos. Destrói planos pessoais, introduz dificuldades na vida familiar e priva a jovem geração de quaisquer perspectivas".¹

O enorme efetivo do exército das pessoas "supérfluas", seu caráter persistente, mesmo quando simultaneamente existem empregos a preencher, indica que atualmente já não se trata apenas de reserva de força de trabalho, como ocorria no passado. O desemprego assume o caráter de custo improdutivo permanente da produção capitalista. O desemprego forçado de dezenas de milhões de pessoas tornou-se uma perda econômica sensível, relacionada com a produção perdida, com a desqualificação de trabalhadores e a ausência de saúde pelos que ficaram sem emprego, com os subsídios pagos a eles. Segundo estimativas de especialistas da OCDE, em 1981 somente nos países capitalistas desenvolvidos as perdas na pro-

* [Na tradução deste enfoque soviético sobre o desemprego, mantivemos os entre-títulos do original, sendo também do autor as notas de pé de página. (N. do T.)]

¹ *The OECD Observer*, mar. 1982, p. 7.

dução decorrentes do desemprego elevaram-se a 340 bilhões de dólares, equivalentes à metade do PNB de um país da dimensão da França.²

Nas atuais condições da economia capitalista, os problemas do emprego e do desemprego tornam-se consideravelmente complicados com o desenvolvimento da revolução técnico-científica (RTC): "... o imperialismo — assinalou I. V. Andrópov, na Reunião Plenária (Pleno) de junho (1983) do Comitê Central do PCUS — não é capaz de enfrentar e resolver as gigantescas e profundas consequências da Revolução Técnico-Científica, quando milhões e milhões de trabalhadores se vêem condenados ao desemprego e à miséria." Revelam-se novos aspectos no mecanismo de formação da população trabalhadora "excedente" para a produção capitalista. Tornam-se mais complexas e variadas as causas que condenam a população trabalhadora ao desemprego forçado.

O Desemprego Modelo 1980

A existência de um numeroso exército de reserva do trabalho não é fenômeno novo na história do capitalismo. O desemprego é imanente ao modo capitalista de produção. Todavia, a situação que atualmente se formou na esfera do emprego é substancialmente diversa da que havia nos decênios precedentes. Ritmos relativamente altos de crescimento econômico, a reconstrução estrutural da economia, relacionada com a revolução técnico-científica e também com a formação do Mercado Comum, em combinação com a pequena afluência das novas gerações ao mercado de trabalho, devido à baixa natalidade nos períodos de pré-guerra e de guerra, tudo isto conduziu a uma utilização dos recursos do trabalho em grau relativamente alto nos países capitalistas desenvolvidos, durante a maior parte dos anos 50 e 60. Alguns países (Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Suíça e outros) chegaram mesmo a apresentar *deficits* de força de trabalho, cobrindo-os com a imigração de trabalhadores estrangeiros originários de regiões com grande superpopulação agrária.³

² *Ibid.*, p. 11.

³ No início da década de 70, o número total de trabalhadores estrangeiros na Europa Ocidental elevava-se a quase 10 milhões. Eles constituíam 5,5% do total de pessoas assalariadas na Inglaterra, 7,2% na Bélgica, 10,5% na República Federal da Alemanha e 7,8% na França.

Mas, mesmo neste período de crescimento da produção a ritmos relativamente altos, observam-se focos de desemprego, sobretudo nas regiões economicamente atrasadas, existentes em todos os países capitalistas desenvolvidos. Elas assumem maiores proporções nas épocas de crise. Em 1958, o número de desempregados nos Estados Unidos era de 4,6 milhões de pessoas (6,8% da população economicamente ativa), e em 1961 era de 4,7 milhões (6,7%). Na RFA, em inícios de 1967, como resultado da crise, o desemprego abrangia 670 mil pessoas.

Ao mesmo tempo, no período dos anos 50 e 60 os círculos governamentais dos países capitalistas lograram manter o desemprego em nível consideravelmente baixo, relativamente aos anos de pré-guerra, usando o mecanismo de regulação estatal criado. Também era menor a amplitude das oscilações do nível de desemprego nas mudanças de fase dos ciclos econômicos. Extrapolando essa tendência para o futuro, economistas e sociólogos burgueses foram pródigos em prognósticos otimistas. Em pesquisa futurológica intitulada *O Ano 2000*, H. Kahn e A. Winer previram que o desemprego nos Estados Unidos, em 1975, seria, "no máximo", de 3,7%, e de 4,2% em 1985. Os autores da pesquisa publicada em 1964 e intitulada *Reflexões sobre 1985* previram para aquela época a irrupção de agudo deficit de força de trabalho na França.⁴

A realidade desmentiu semelhantes prognósticos: uma aguda piora das condições da reprodução capitalista nos anos 70 e no início dos 80 acarretou uma diminuição relativa e, em muitos casos, absoluta do emprego na indústria. Demissões em massa passaram a atingir um ramo após outro, alcançando até aqueles que ainda há pouco tempo eram considerados "prósperos". Entre estes últimos figura, antes de tudo, a indústria automobilística, onde trabalham, ao todo, cerca de 4 milhões de operários e empregados (além disso, da situação dos negócios neste ramo depende também o emprego de 25 milhões de outras pessoas de ramos correlatos). Já se passam vários anos sem que a indústria automobilística saia da situação de crise prolongada em que se acha. Em consequência, somente nos Estados Unidos, entre 1978 e 1982, mais de um terço das pessoas ocupadas neste ramo perderam seus empregos.

Uma conjuntura econômica desfavorável, redução dos investimentos e elevadas taxas de juros provocaram uma grande diminuição do emprego na construção civil. A reestruturação e a racionalização capitalista provo-

⁴ Cf. H. Kahn e A. Winer, *The Year 2000*, New York, 1968, p. 173; M. Albert, *Le Pari Français*, Paris, 1982, pp. 17-8.

caram demissões em massa de operários e empregados nas indústrias metalúrgica, de construção naval e têxtil.

Nos anos anteriores, a diminuição da quantidade de empregos na esfera da produção material era, em grande parte, compensada pela criação de empregos na esfera dos serviços. A situação, todavia, modificou-se nos anos 70: os ritmos de crescimento nesta esfera arrefeceram e, em alguns anos, observou-se até uma diminuição absoluta. Assim, nos Estados Unidos, entre junho de 1982 e janeiro de 1983, o número de empregos no setor de serviços diminuiu de 960 mil. Na Inglaterra, de 1979 a 1981, a redução foi de quase 400 mil.⁶

Desse modo, desde o início dos anos 70, o desenvolvimento econômico da maioria dos países capitalistas desenvolvidos transcorreu quase sem a incorporação de recursos complementares de trabalho ou, mesmo, com uma quantidade menor de força de trabalho. Um golpe particularmente forte sobre o emprego foi assestado pelas mais profundas e prolongadas crises dos anos do pós-guerra, quais sejam, as de 1974/75 e 1980/82. Nos Estados Unidos, por exemplo, a primeira delas determinou a perda de 2,3 milhões de empregos e a segunda de 2,9 milhões. Em todos os ramos da economia dos países do Mercado Comum foram suprimidos, em 1974/75, 1,2 milhão de empregos e, em 1980/82, cerca de 4 milhões.⁷

Tão grande diminuição do emprego num prazo inferior a um decênio, em combinação com outros fatores desfavoráveis, provocou um verdadeiro salto no desemprego em massa, como não se tinha visto no período de pós-guerra. Em 1975, a magnitude da população trabalhadora relativamente excedente nos países capitalistas desenvolvidos alcançou 15,3 milhões de pessoas, o que superou em quase duas vezes o nível de 1973. Nos últimos anos revelaram-se particularidades específicas de ação recíproca entre o ciclo industrial e o desemprego, de tal modo que o desemprego ou ocorre fracamente ou então não é absolutamente absorvido nos períodos de ascensão da atividade econômica, mas, em compensação, cresce rapidamente quando a economia está em queda. Em 1981, por exemplo, quando se observava nos Estados Unidos uma animação econômica de breve duração, o desemprego não apenas não diminuiu, como cresceu

⁶ Calculado a partir de *The Handbook of Basic Economic Statistics*, fev. 1983, p. 16; *Eurostatistik*, n.º 4, 1983, S. 25.

⁷ *Monthly Labour Review*, fev. 1983, p. 4; *Labour Force Statistics, 1969-1980*, Paris, OECD, 1982, p. 23; *Main Economic Indicators*, OECD, mar. 1983, p. 17.

ainda mais (foi a 8,3 milhões). Nas condições da última queda crítica da produção, saltou para 10,7 milhões de pessoas, em 1982.

Nos países do Mercado Comum, depois da crise de 1974/75, não obstante certa animação da atividade econômica, o alto nível de desemprego (acima de 6 milhões) de fato não baixou, e depois de 1979, em relação com a crise econômica, deu um novo salto e, em consequência, o exército das pessoas "supérfluas" quase duplicou, alcançando 11,5 milhões de pessoas. Desse modo, no curso do atual ciclo, surgiu a tendência à mobilidade unilateral do desemprego, no sentido do seu crescimento espasmódico, adquirindo o caráter de processo cumulativo.

Como resultado da última crise, o número global de pessoas deslocadas da produção social, de acordo com dados oficiais, elevava-se a 32 milhões em princípios de 1983, mais do que duplicando os indicadores de 1975. Em números absolutos, essa cifra se iguala a todos os empregados, em todos os ramos da economia, da Dinamarca, Holanda e República Federal da Alemanha reunidas.

Deve-se ter em conta que as estatísticas oficiais diminuem consideravelmente a dimensão real do desemprego. Consoante algumas estimativas, os dados estatísticos oficiais sobre o volume de desempregados devem ser multiplicados por 1,5. Tal é a magnitude do desperdício praticado atualmente pelo capitalismo na utilização da força produtiva fundamental — os recursos humanos. A tabela apresentada oferece uma representação da dinâmica das modificações na esfera do emprego.

A população trabalhadora relativamente excedente aumenta por toda parte: se durante os anos 50/60 os Estados Unidos superavam nitidamente os países da Europa Ocidental quanto ao número de desempregados, no início dos anos 80 tal diferença praticamente desapareceu. Assim, em fins de 1982 havia nos Estados Unidos 11,9 milhões de desempregados (10,6% da população economicamente ativa) e nos países do Mercado Comum havia 11,5 milhões (10,1%).⁷ Apesar de que no Japão a situação, no que se refere ao emprego, seja menos aguda em comparação com outros centros do imperialismo, nem por isso a proporção dos que não tinham trabalho em princípio dos anos 80 deixava de ser o dobro da de uma década atrás.

A larga escala do desemprego contemporâneo e seu caráter persistente são bastante evidentes, mas estão longe de constituir a única manifestação da profunda crise de emprego que abarca os países capitalistas. Eis aqui

⁷ *Employment and Earnings*, mar. 1983, p. 29; *Eurostatistik*, n.º 4, 1983, S. 28.

DINÂMICA DO DESEMPREGO NOS PRINCIPAIS PAISES CAPITALISTAS

(Em números absolutos e em percentagens da população economicamente ativa)

Anos	Inglaterra		Itália		EUA		RFA		França		Japão	
	1.000 Pessoas	(%)	1.000 Pessoas	(%)	1.000 Pessoas	(%)	1.000 Pessoas	(%)	1.000 Pessoas	(%)	1.000 Pessoas	(%)
1950	332	1,6	1.615	8,3	3,3	5,3	1.580	10,2	153	0,8	440	1,2
1955	244	1,1	1.913	9,8	2,9	4,4	928	5,1	159	0,8	680	1,6
1960	377	1,6	836	4,2	3,	5,5	237	1,2	131	0,7	500	1,1
1965	347	1,5	721	3,6	3,36	4,5	139	0,6	141	0,7	390	0,8
1970	612	2,6	609	3,2	4,088	4,9	149	0,7	262	1,3	590	1,2
1971	792	3,5	609	3,2	4,9	5,9	185	0,8	338	1,7	640	1,2
1972	876	3,8	697	3,7	4,8	5,6	246	1,1	384	1,9	730	1,4
1973	619	2,7	668	3,5	4,304	4,9	274	1,2	394	1,9	680	1,3
1974	615	2,6	56	2,9	5,0	5,6	583	2,6	498	2,4	730	1,4
1975	978	4,1	854	3,3	7,830	8,5	1.074	4,7	840	4,1	1.000	1,9
1976	1.359	5,7	732	3,7	7,2	7,7	1.060	4,6	934	4,5	1.080	2,0
1977	1.484	5,2	1.545	7,2	6,85	7,0	1.030	4,5	1.072	5,1	1.100	2,0
1978	1.475	6,	1,57	7,2	6,04	6,0	993	4,3	1.167	5,6	1,2	2,2
1979	1.227	5,1	1.698	7,7	6,138	5,8	876	3,8	1.350	6,0 ¹	65 *	2,1
1980	1.561	6,5	1,69	7,6	7,6	7,1	889	3,8	1,4	6,4 ¹	649	2,0
1981	2.420	10,2	1,913	8,4	8,273	7,6	1.272	5,5	1.773	7,9 ¹	731	2,2
1982	2.793	12,0	2,068	9,1	10,678	9,7	1.833	7,6	2,0	8,9 ¹	811	2,4

FONTES: Yearbook of Labour Statistics — 1957, Gêneve ILO, 1957, pp. 151, 153, 155, 156, 158; 1967 — Yearbook of Labour Statistics, Gêneve, ILO, 1967, pp. 377—9; 1979 — Yearbook of Labour Statistics, Gêneve, ILO, 1979, pp. 239-42; Main Economic Indicators, OECD, mar. 1983, pp. 84, 89, 116, 122, 134, 162; Eurostatistik, n.º 4, 1983, pp. S,28.

¹Estimativa da OCDE.

[*A partir de 1979, inclusive, os números absolutos relativos ao desemprego no Japão foram, evidentemente, transcritos com incorreção: tanto os percentuais respectivos, calculados sobre a RFA, apresentavam tendência lentamente ascendente. De fato, os números apresentados por fontes japonesas — e tal como reproduzidos pelo Monthly Bulletin of Statistics, das Nações Unidas — são os seguintes (em 1.000 pessoas): 1979 — 1.170 e 2,1%; 1980 — 1.140 e 2,0%; 1981 — 1.260 e 2,2%; e 1982 — 1.360 e 2,4%. Coincidem com os da tabela acima tanto os percentuais correspondentes a todos os anos, como os números absolutos referentes aos anos anteriores a 1979, apresentados pelo periódico supracitado. (N. do J.)]

outros dos seus sintomas: aumento da superpopulação oculta, devido à saída de um grande número de pessoas do mercado de trabalho, prolongamento do tempo sem encontrar trabalho e perda da esperança de encontrá-lo. E, também, passagem de parte daqueles com capacidade de trabalhar para a esfera da "economia subterrânea" ou do pequeno empregado, difusão das formas intermediárias — entre o pleno emprego e a completa desocupação — de trabalho assalariado (parcial, ocupação temporária ou ilegal, divisão física dos locais de trabalho), trabalho fora da especialidade, sobretudo no caso de pessoas com instrução superior, diminuição da mobilidade da força de trabalho, insatisfação ainda maior com o trabalho, etc.

O Problema mais Agudo

O desemprego forçado de milhões de pessoas capazes para o trabalho tornou-se hoje o problema social mais complexo e agudo do capitalismo. O chamado "estado da prosperidade", modelo difundido anos atrás pela propaganda burguesa, cedeu lugar a um outro: o "estado dos desempregados". As longas filas nas bolsas de trabalho, as zonas desertas em torno das fábricas e usinas, o crescimento da miséria, tudo isto suscita amargas lembranças da crise dos anos 30. Em alguns países, o número absoluto de pessoas que perderam o emprego supera todos os "recordes" do período anterior à guerra.

Ao mesmo tempo, a atual situação do mercado de trabalho distingue-se bastante daquela existente no referido período. Apesar da essência do desemprego permanecer a mesma de antes, ocorreram sérias mudanças nas formas e na composição da população trabalhadora "excedente" e nas condições econômico-sociais e psicológicas que as acompanham.

O desempregado típico dos anos 30 era, sobretudo, o trabalhador de meia-idade ou o mais idoso, desprovido de maior qualificação. Quadro diverso observa-se hoje, quando estão representadas no exército de muitos milhões de "supérfluos" todas as categorias, não importando idade, qualificação ou profissão. E faz-se sentir mais acentuadamente entre os jovens, as mulheres e as minorias nacionais, os trabalhadores estrangeiros, ou seja, entre os grupos de trabalhadores menos organizados e mais discriminados.⁸

⁸ Em princípio de 1983, os jovens de até 25 anos constituíam cerca de 40% dos desempregados dos Estados Unidos e 45% nos países da Europa Ocidental. Na maioria dos países capitalistas desenvolvidos (com exceção da Inglaterra e do Japão), as mulheres eram cerca da metade ou mais dos que não tinham trabalho.

Nos anos anteriores à guerra, o desemprego forçado estava relacionado principalmente com a perda do emprego em consequência de demissões. Apesar de que, nas condições da prolongada crise econômica atual, as demissões em massa constituam uma das principais causas do grande aumento do desemprego, um peso específico ponderável é representado por aqueles trabalhadores "supérfluos" que foram obrigados a deixar o trabalho por outras causas ou que, em geral, nunca encontraram emprego. O aumento da população trabalhadora "excedente" nos anos 30 relacionava-se com a queda dos preços, ao passo que nos anos 70 decorre do crescimento do custo de vida, devido à inflação. No período pré-guerra, um certo desemprego era fenômeno habitual, considerado por muitos como "um mal inevitável". Já a atual "explosão" de desemprego segue-se a um período bastante prolongado de alta taxa de ocupação, ensejando a difusão da ilusão da conquista do "pleno emprego". Finalmente, no período pré-guerra, o desemprego era considerado sobretudo como uma situação temporária, até o advento de "tempos melhores". Agora, quando o desemprego quase não diminui, mesmo nos períodos de animação da conjuntura, quando o trabalho vivo é cada vez mais frequentemente substituído pelo das máquinas automáticas, cria-se em muitos trabalhadores alijados do processo produtivo a impressão completa e acabada da própria inutilidade.

Os novos traços do desemprego estão intimamente associados com as mudanças no mecanismo de sua formação e com as particularidades do atual desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado.

As Causas do Desemprego em Massa

O surto de desemprego ocorrido nestes últimos anos naturalmente atrai sobre si a atenção dos estudiosos, dos políticos e estadistas do Ocidente. Empreendem-se todas as tentativas possíveis para encontrar uma explicação para o fenômeno. Neste particular, os representantes da tendência neoconservadora da economia política burguesa mostram-se particularmente ativos. Valorizando por todas as maneiras o mecanismo de "auto-regulação" da economia capitalista, os teóricos "neoconservadores" vêem a raiz do mal nas violações do seu funcionamento normal, provocadas pelas medidas sociais do Estado e pela atividade dos sindicatos. E apontam como causas do desemprego fatores como o nível supostamente

alto dos salários e sua insuficiente flexibilidade, falta da necessária divulgação sobre a existência de empregos e a grande duração do período de "procura de atividade" (atribuída, em sua opinião, principalmente ao subsídio ao desemprego), o desejo de encontrar trabalho acima de sua própria qualificação, a "desmedida expectativa" em relação a salário. É característico o fato de que os neoconservadores, diferentemente dos keynesianos, consideram o desemprego atual basicamente como "voluntário".

Estas "novas" teses do pensamento econômico burguês são a fundamentação teórica da política realizada pelos círculos governamentais dos Estados capitalistas, orientada no sentido de resolver as dificuldades econômicas às custas dos trabalhadores. Mas tais teses se encontram em contradição ainda maior com a realidade que elas pretendem mudar. De fato, a queda do nível do salário real numa série de países capitalistas desenvolvidos, ocorrida nos últimos anos, fez-se acompanhar não da redução, porém do aumento do desemprego. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde a queda do salário real foi particularmente sensível, verificou-se um crescimento mais intenso da força de trabalho "excedente".

A teoria econômica de Marx demonstrou irrefutavelmente que a superpopulação relativa é o resultado da ação de leis econômicas e de antagonismos de classe inerentes à sociedade burguesa. Essa superpopulação é a expressão concentrada das contradições da reprodução capitalista e, ao mesmo tempo, sua condição necessária. O excedente formado de força de trabalho possui um caráter relativo: sua existência se explica pelo fato de que, a uma dada taxa de exploração, a utilização de toda a população apta para o trabalho não proporcionaria uma taxa de lucro suficientemente elevada. O nível imediato de ocupação e desemprego é determinado pela correlação entre a demanda por força de trabalho e a oferta desta última, o que, por seu turno, depende de uma multiplicidade de circunstâncias diferentes: as oscilações cíclicas da produção, os ritmos de mudança em sua estrutura e da transferência do capital de um ramo para outro, a relação entre renovação e aumento do capital e outras.

Apesar de todas as diferentes situações no âmbito do emprego existentes em cada um dos países capitalistas, considerados isoladamente, é possível destacar aqui uma série de aspectos comuns.

A principal causa do aumento atual da superpopulação relativa tem suas raízes na acentuada piora das condições de funcionamento do capitalismo monopolista do Estado, ocorrida na segunda metade dos anos 70, quando o sistema capitalista mundial ingressou num espaço de abalos profundos e duradouros. Influência notadamente desestabilizadora sobre

o mercado de trabalho é exercida pelas modificações no ciclo econômico observadas nesse período, que acarretaram o aprofundamento e a maior frequência das crises. Entretanto, a persistência de elevado nível de desemprego nas fases de animação e ascenso, as conseqüências ainda mais acentuadas, no particular, da crise de 1980/82, em comparação com a não menos grave crise de 1974/75, testemunham o aumento da influência negativa de fatores de longo prazo sobre o trabalho. Trata-se, antes de mais nada, das crises estruturais (setoriais, energética, de matérias-primas, financeira e de divisas) que se superpõem e interagem sobre os ciclos. As crises estruturais influem no aumento do desemprego e o fazem tanto direta (demissões em massa nos setores em queda) como indiretamente (elevação dos custos de produção, queda da taxa de lucro e, em conseqüência, redução do pessoal com o objetivo de diminuir as despesas com a força de trabalho).

O agravamento das contradições da reprodução capitalista não detém o processo de ulterior desenvolvimento das forças produtivas, que se opera nas condições da nova etapa da revolução técnico-científica, relacionada com a introdução das gerações mais recentes de computadores eletrônicos, microprocessadores, maquinaria com orientação numérica programada, robôs industriais, biotecnologia, técnicas de *laser* e de plasma, impressoras eletrônicas, etc. O equipamento moderno integra-se em escala cada vez maior em sistemas complexos, sob a orientação de computadores. Em meio ao aguçamento da concorrência, à elevação dos gastos materiais de produção e ao aumento da instabilidade da economia, os monopólios tentam resolver seus problemas através da "economia" de trabalho vivo, substituindo-o por máquinas. E nesse terreno a moderna técnica abre possibilidades sem precedentes. Assim, o valor usual de um equipamento supera em dezenas e centenas de vezes o gasto anual com a mão-de-obra. Mas, já com a utilização de microprocessadores, tais gastos não vão além de uma pequena parte dos dispêndios com salários. Uma hora de utilização de um robô na indústria automobilística dos Estados Unidos é mais de três vezes mais barata do que uma hora de trabalho de um operário qualificado. Além disso, os robôs não fazem greve... e podem trabalhar 24 horas por dia.

Os atuais meios de automatização caracterizam-se não apenas pela sua relativa barateza, mas também pela considerável flexibilidade, segurança, universalidade e grande efeito poupador de trabalho. A "revolução dos microprocessadores" já provocou a redução do emprego numa série de ramos da indústria moderna. A ameaça é ainda maior no futuro. Se-

gundo estimativas de técnicos americanos, a atual geração de robôs, por suas possibilidades técnicas, já está capacitada a substituir um terço dos empregados na indústria de transformação. Assim, por exemplo, estimativas de técnicos da empresa Xerox prevêem que nos Estados Unidos, em 1990, a automatização afetará de 20 a 30 milhões de empregos de escritório.⁹ Na República Federal Alemã, na mesma época, espera-se que estejam automatizadas 40% das operações de escritório, com o que se reduzirá em 25 a 30% a necessidade de mão-de-obra.¹⁰ Os autores do relatório *Informatização da Sociedade*, elaborado por incumbência do Presidente da França (Relatório Nora), prevêem que nos próximos decênios o número de empregados em bancos, companhias de seguros, correios e no seguro social diminuirá em 30%, e que no fim do século 2,5 milhões de empregados em escritórios perderão seus lugares. Consoante especialistas norte-americanos da Rand Corporation, se utilizadas todas as possibilidades técnicas já criadas, no ano 2000 bastarão 5% da força de trabalho para o funcionamento da produção. Alguns autores burgueses chegam mesmo a afirmar que, com o advento da "era da microeletrônica", dar-se-á o pleno esvaziamento do trabalho, enquanto instituto social.¹¹

Este último ponto de vista é claramente errado. O progresso técnico-científico é seguido não apenas pela liberação de força de trabalho nas esferas da produção e dos serviços, mas também pela criação de novos empregos. Entretanto, para debilitar os efeitos sociais negativos da ampla introdução de técnicas poupadoras de trabalho, são necessários um progressivo aumento dos investimentos e a elevação dos ritmos de crescimento da produção. Na realidade, porém, o quadro que se apresenta é exatamente o oposto. Desde a segunda metade dos anos 70, os ritmos de crescimento econômico caíram sensivelmente e na presente década observa-se, mesmo em anos isolados, uma redução absoluta do PIB.¹²

As possibilidades de criação de novos empregos em setores relacionados com a produção da moderna tecnologia estão limitadas pela necessidade de altos investimentos de capital. Assim, em 1977/78, de acordo com dados pesquisados por um grupo de especialistas, o desenvolvimento da

⁹ Cf. *Monthly Labour Review*, set. 1982, pp. 11-2.

¹⁰ *Economic Notes*, nov. 1982, p. 5.

¹¹ Cf. C. Jenkins e B. Sherman, *The Collapse of Work*, London, 1980.

¹² Os ritmos médios anuais de crescimento do Produto Interno Bruto nos países da OCDE em 1973/79 caíram para 2,7%, em comparação com 5% em 1967/79. Em 1980 e 1981 aumentaram de 1,2% ao todo, e em 1982 a grandeza absoluta do PIB reduziu-se para 0,5% (*Mirovǎia Ekonomika i Miedzunaródnie Otnoshénia*, n.º 3, 1983, p. 103).

microeletrônica levará à criação de 60 mil novos empregos por ano nos Estados Unidos e de 40 mil nos países da Europa Ocidental. Mas são grandezas insignificantes se comparadas com os números que exprimem a força de trabalho liberada e o já existente exército de reserva do trabalho.

A introdução de modernas técnicas nos setores de serviços faz com que estes não somente percam seu papel de absorvente da força de trabalho deslocada da produção material, como se constituam, por si mesmos, em fornecedores de pessoas "supérfluas".

O aumento do desemprego também provoca o aprofundamento das contradições estruturais no desenvolvimento da economia capitalista e do mercado de trabalho. A atual etapa da revolução técnico-científica traz consigo uma reviravolta ainda maior no que se refere à manutenção e à divisão do trabalho. Cai verticalmente a necessidade de operários diretamente vinculados à produção, notadamente os pouco qualificados, e ao mesmo tempo cresce a necessidade de pessoal na esfera de serviços. Opera-se o rápido envelhecimento de uma série de profissões e especialidades, o que se faz acompanhar pelo afastamento de numerosas categorias de pessoas "desnecessárias", tanto ao trabalho físico como ao intelectual. Como resultado, surge uma grande desigualdade no grau de desemprego de diferentes grupos de qualificações profissionais. Em geral, quanto menor a qualificação dos trabalhadores, tanto mais elevada a parcela de desempregados entre eles.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o desemprego entre os trabalhadores não-qualificados é quase duas vezes maior do que entre os qualificados, e entre os ocupados em trabalhos físicos é quase três vezes maior do que entre os trabalhadores intelectuais.¹³ É também significativo que, mesmo em face da existência de milhões de desempregados nos países capitalistas, mantenha-se uma pequena demanda insatisfeita de força de trabalho (sobretudo de alta qualificação). Assim, em 1982 havia na Inglaterra 111 mil empregos vagos, na República Federal da Alemanha 105 mil e na França 84 mil.¹⁴

Um importante fator de desorganização do mercado de trabalho e de agravamento do problema do emprego tem sido, nos últimos anos, a ativi-

¹³ *Employment and Training Report of the President*, Washington, 1980, p. 257; *Employment and Earnings*, jan. 1983, p. 151.

¹⁴ *Main Economic Indicators*, OECD, jun. 1983, pp. 116, 122, 162.

dade dos monopólios internacionais que ocupam posições-chave na economia capitalista mundial. Como o demonstra a experiência existente, as companhias transnacionais aparecem freqüentemente como os iniciadores de baixas na produção, de diminuição do pessoal, do fechamento de empresas e de transferência da produção para outros países com custos de produção mais baixos. Igualmente, a perda de empregos é ocasionada também pela importação de bens produzidos por empresas pertencentes às companhias transnacionais e localizadas nas regiões menos desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, a crise atual na esfera do emprego não pode ser explicada partindo-se apenas da demanda existente por força de trabalho. É necessário levar também em conta que, ao mesmo tempo que diminui a capacidade de criação de novos empregos pela economia capitalista, cresce a ritmos mais rápidos a oferta no mercado de trabalho. Duas circunstâncias desempenham aqui o principal papel.

Em primeiro lugar, constata-se o *boom* de nascimentos no período do pós-guerra, que se prolongou nos Estados Unidos até o fim dos anos 50 (com uma nova, ainda que pequena, elevação em fins dos anos 60) e nos países da Europa Ocidental e do norte da Europa — com alguns desvios — aproximadamente até meados dos anos 60. Suas conseqüências se fizeram sentir na década dos anos 70 e início dos 80 sob a forma de considerável elevação do afluxo de jovens ao mercado de trabalho.¹⁵ Na complexa situação surgida, uma fração não pequena de jovens não achou aplicação para suas forças e capacidades e se transformou em geração "supérflua".

Em segundo lugar, a tendência observada, no curso de todo o período de pós-guerra, ao aumento da atividade econômica das mulheres manteve-se também nos anos de crise das décadas de 70 e 80. A ampla incorporação da metade feminina da população às esferas da produção e da distribuição é encorajada por uma série de fatores, como a diminuição do tamanho

¹⁵ Nos Estados Unidos, a população adulta (16 anos e mais) no período 1970/80 aumentou anualmente à taxa de 1,7% em comparação com a taxa de 1,6% nos anos 60 e de 1,1% nos anos 50. Nos anos 80, espera-se uma diminuição do crescimento para aproximadamente 1%. Nos países da Europa Ocidental os ritmos médios anuais de crescimento da população apta para o trabalho atingiram 1,2% em 1975/80 contra 0,8% em 1970/75 e 0,6% nos anos 60. Na Inglaterra, Itália, República Federal da Alemanha e França, na primeira metade dos anos 80 estima-se que haverá aumento dos ritmos de crescimento da população apta para o trabalho, em comparação com o quinquênio anterior.

da família, o aumento do número de mães solteiras, a elevação do nível de instrução das mulheres, o surgimento de diferentes comodidades que aliviam o trabalho doméstico e a difusão dos empregos em tempo parcial. Entretanto, como o demonstra uma série de pesquisas sociológicas, a principal causa estimulante do trabalho assalariado feminino é a necessidade econômica.¹⁶ A importância desse fator aumenta diante da inflação e da tendência revelada nos últimos anos, numa série de países, à queda do salário real, situação em que, freqüentemente, o salário recebido por apenas uma pessoa da família se revela insuficiente para fazer face às necessidades. Por um lado, a continuação da tendência ao aumento da atividade feminina e, por outro, a contração da demanda de força de trabalho, inclusive nas principais esferas de aplicação do trabalho feminino (setor de serviços, instituições estatais), fazem com que aumente o desemprego das mulheres. Em meados de 1982, nos países capitalistas desenvolvidos, contavam-se 12,5 milhões de mulheres desempregadas. A proporção de desemprego entre a metade feminina da população atingiu 6,8%, em 1981, contra 5,2% entre os homens.¹⁷

As mudanças operadas na segunda metade da década de 70 na política econômica e social dos governos burgueses tiveram séria influência no agravamento do problema do emprego: a introdução de medidas protecionistas e de restrição, cortes nos programas sociais, "mudanças" nos programas militares reduzindo em algumas vezes o emprego de mão-de-obra.¹⁸

De tal maneira o surgimento da atual crise na esfera do emprego é condicionado por uma multiplicidade de diferentes fatores que interagem uns sobre os outros: econômicos e sociais, psicológicos e políticos, conjunturais e de longo prazo, internos e externos, "antigos" e relativamente novos. Todos eles, de um modo ou de outro, estão vinculados ao aguçamento das contradições do capitalismo monopolista de Estado contemporâneo e ao aprofundamento de sua crise geral. Em ligação com isto, qual a correlação entre o desemprego "tradicional" e o "não-tradicional"?

Uma idéia aproximada a respeito pode ser formulada com base nos dados referentes às causas imediatas do desemprego publicados pela Secre-

16 Cf. *Labour and Society*, out./dez. 1982, p. 325.

17 Cf. *The OECD Observer*, mar. 1983, pp. 27-8.

18 Um dos comitês interpartidários da Câmara dos Comuns do Parlamento inglês chegou à conclusão de que mais de metade do crescimento do desemprego na Inglaterra, nos últimos quatro anos, deve ser debitado à política do governo de M. Thatcher (ver *Morning Star*, de 25-5-83).

taria do Trabalho dos Estados Unidos. No início dos anos 70, 44% do exército de reserva do trabalho representavam os que se tornaram desempregados em consequência de demissões e de outras causas mais ou menos tradicionais. Mais da metade perdeu o emprego por força de circunstâncias de caráter não-tradicional, ou não totalmente tradicional: eram os que retornavam ao mercado de trabalho (principalmente mulheres casadas), os que procuravam trabalho pela primeira vez (predominantemente jovens), os que deixaram o emprego anterior e tentavam achar um novo trabalho. Nos anos de crise mais recentes, elevou-se a proporção do primeiro grupo e, em 1982, pela primeira vez desde que se iniciou em 1967 a coleta de tais informações, superou os 60%.¹⁰ Não obstante, é bastante alto o peso específico do desemprego não-tradicional. Consequentemente, uma análise das causas do agravamento da situação atual do desemprego não pode cingir-se apenas às categorias de mercado, demanda e oferta de força de trabalho. Como mostram as pesquisas sociológicas, o desenvolvimento social e pessoal da classe operária determinou uma elevação substancial de suas necessidades, adquirindo crescente importância as necessidades não-materiais. Cresceu o significado do conteúdo do trabalho, dos seus aspectos qualitativos. Ao mesmo tempo, também aumentou a insatisfação com o caráter monótono, impessoal e rigidamente especializado do trabalho na empresa capitalista. Esta contradição se agravou com a sensível piora da conjuntura econômica e com freqüentes casos de recidivas do *taylorismo*. Demonstra-o o fato de que, entre os desempregados, uma categoria bastante numerosa é constituída por aqueles que deixaram o emprego "por desejo próprio" (nos Estados Unidos, em princípios dos anos 80, eles somavam de 11 a 13% dos desempregados registrados na bolsa de trabalho). Apesar das afirmações dos teóricos neoconservadores, a existência dessa categoria testemunha não a existência do elemento "voluntário" no desemprego de hoje, mas sim a profunda insatisfação pelas condições de trabalho na empresa capitalista, que impele as pessoas a deixar o emprego, mesmo em presença de uma situação extremamente aguda no mercado de trabalho.

A maior complexidade e a intensificação do mecanismo de formação da superpopulação relativa, assim como o papel crescente que nele desempenham os fatores de longo prazo, pressagiam um futuro agravamento da situação no mercado de trabalho. No particular, os prognósticos das organizações e dos especialistas econômicos dos países capitalistas oferecem

¹⁰ Cf. *Monthly Labour Review*, fev. 1983, p. 9.

rara unanimidade. Assim, de acordo com um deles, em 1985 o desemprego nos países do Mercado Comum alcançará 15 milhões, ou 13% da força de trabalho, e, em todos os países da Europa Ocidental, 20 milhões de pessoas.²⁰ Segundo estimativa do economista inglês H. Shutt, como resultado da ampla introdução da microeletrônica e também da moderna técnica que isso ensejará, em 1990 o desemprego nos países da OCDE pode alcançar o nível de 65 a 70 milhões de pessoas (18 a 19% da força de trabalho) e até mais alto.²¹

É possível que haja certo exagero nestas estimativas, mas é lícito esperar que, devido ao futuro aperfeiçoamento qualitativo dos meios e técnicas de produção, a ampla utilização de técnicas poupadoras de trabalho conduzirá a uma liberação ainda maior da força de trabalho e a profundas alterações em sua estrutura. Ao mesmo tempo, a julgar inclusive pelas estimativas dos especialistas burgueses, não há fundamento para esperar a aceleração dos ritmos de desenvolvimento econômico, o que poderia aliviar a situação na esfera do emprego. Consoante cálculos de especialistas da OCDE, somente para prevenir o ulterior aumento do desemprego, é necessário um crescimento anual de 3% no PNB, enquanto que, para reduzi-lo, exige-se um crescimento desse indicador de pelo menos 4%. Mas, em realidade, o que se espera é que o efetivo crescimento talvez não vá além dos 2%.²²

Nos anos vindouros, na maioria dos países capitalistas (exceto a Austrália e o Japão) a geração que veio à luz no período de baixa natalidade entrará na faixa etária apta para o trabalho e, devido a isso, se enfraquecerá a corrente de jovens demandando o mercado de trabalho. Por outro lado, porém, mantém-se a tendência ao aumento do peso específico das mulheres que buscam trabalho assalariado. Além disso, diminuirá o número de pessoas idosas, que se encaminham para a aposentadoria. Tudo considerado, haverá aumento dos recursos do trabalho (conquanto seja mais lento o ritmo de seu crescimento, notadamente na segunda metade dos anos 80) e, simultaneamente, uma diminuição das possibilidades de seu aproveitamento pela economia. Desse modo, por toda a evidência, o problema do desemprego maciço e da instabilidade da situação do mercado de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos não

²⁰ *U. S. News and World Report*, 31-1-83, p. 82.

²¹ H. Shutt, *The Job's Crisis*, London, 1980, p. 64.

²² *The OECD Observer*, mar. 1982, p. 12.

perderá seu caráter agudo nos anos vindouros, o que se constituirá em fonte de aumento das tensões sociais.

Mitos e Realidades do Desemprego

Os teóricos burgueses, principalmente os da corrente conservadora, aspiram não apenas a transformar as vítimas do desemprego nos culpados por sua ocorrência, mas também a minimizar por todos os meios as proporções e a gravidade dessa desgraça social. Apresentam o desemprego ora como um estado "temporário", ora como uma temporária "troca do trabalho pelo ócio". Consideram-no, também, como a sorte, o destino de pequenos grupos marginais. Afirmando que os custos sociais e humanos do desemprego são "insignificantes", os economistas burgueses de orientação conservadora queixam-se da "prodigalidade do estado de abundância" na prestação de auxílio aos que não acham trabalho.

Semelhante gênero de especulações falsifica a verdadeira situação. Como já foi assinalado anteriormente, a estatística oficial diminui consideravelmente a verdadeira dimensão do desemprego. Mas um testemunho sobre a magnitude da superpopulação relativa oculta é dado particularmente pelo fato de que, habitualmente, o desemprego diminui em grau significativamente menor do que aumentam os empregos, quando ocorre aumentarem. Além disso, os dados estatísticos retratam o número de pessoas "supérfluas" em determinada data, enquanto que, se for considerado um lapso de tempo algo maior, os desempregados serão um número bem mais elevado de pessoas. Nos Estados Unidos, por exemplo, no decurso do ano de 1982, o número total de pessoas privadas do trabalho elevou-se a cerca de 30 milhões, ou mais de um quarto da população economicamente ativa.

Os dados estatísticos também mostram acentuado aumento da duração média do desemprego. Nos Estados Unidos, passou de 8,8 semanas em 1970 para 15,1 semanas em 1982. Na Inglaterra, Holanda e França a duração média do desemprego alcançou, em fins de 1982, 10 meses; na República Federal da Alemanha, sete meses. Em princípios de 1983, na Inglaterra, acima de um milhão, ou 34% dos desempregados, não conseguiam emprego há mais de um ano e 480 mil há mais de dois anos. Todavia, mesmo estes dados estão longe de refletir plenamente a situação real, porque um grupo bastante numeroso entre os desempregados é constituído

por aqueles que, possuindo habilidades diversas, encontram trabalho durante certo tempo, novamente perdem o emprego e voltam a engrossar as fileiras das pessoas "supérfluas".²³

Um dos mitos difundidos pelos meios de comunicação de massa dos países capitalistas consiste em que as conseqüências negativas do desemprego atual são neutralizadas pelo sistema de auxílio social. O problema da ajuda estatal àqueles que, sem qualquer culpa, viram-se privados do emprego e, portanto, dos meios de sobrevivência, é objeto de uma longa e aguda luta de classes. No curso desta última, a classe operária dos países capitalistas logrou obter o sistema de auxílio social ao desemprego, entre outras conquistas sociais.

Entretanto, não obstante toda a importância desse sistema para os trabalhadores, ele apresenta sérios defeitos, que se tornam particularmente visíveis à luz das transformações, quantitativas e qualitativas, por que passou a população trabalhadora tornada "excedente" pela produção capitalista e de que falamos antes. Para tal, no curso do assalto do capitalismo monopolista de Estado às conquistas dos trabalhadores, numa série de países capitalistas desenvolvidos os gastos com o auxílio-desemprego foram substancialmente cortados, e isso quando mais se fazia sentir a aguda necessidade de aumentá-los. Na prática, isto se manifesta na redução da ajuda, na taxação da mesma com impostos, na imposição de condições mais rigorosas para sua prestação, etc. Assim, o Governo de M. Thatcher, em 1982, cortou o aumento na tarifa básica de auxílio, paga de acordo com a magnitude do salário, e introduziu a tributação sobre o auxílio-desemprego. Na República Federal da Alemanha foram privados da ajuda os que recusavam empregos por não corresponderem à sua qualificação. Nos Estados Unidos, o sistema de seguro-desemprego foi prejudicado devido aos cortes substanciais das despesas específicas no orçamento federal, na administração Reagan.

Em conseqüência das mudanças na composição e na duração do desemprego, por um lado, e de numerosos cortes no sistema do seguro-desemprego, por outro, uma parte significativa e crescente de desempregados ficou privada de qualquer ajuda. Por exemplo, nos Estados Unidos, em 1982, apenas 39,4% dos desempregados oficialmente registrados tive-

²³ Investigação realizada na Grã-Bretanha por uma comissão para a força de trabalho revelou que, dentre aqueles que se achavam desempregados em maio de 1980, 60% encontraram emprego depois de 10 meses, mas um terço deles viu-se novamente sem trabalho no decorrer de todo um ano.

sem direito à percepção de auxílio. Além disso, de 30 a 40% dos que recebiam auxílio perderam tal direito na medida em que demonstravam que podiam encontrar trabalho. Na República Federal da Alemanha, a proporção dos que recebiam auxílio baixou de 76,1% em 1975 para 67,5% em 1981. Na Inglaterra, nos últimos 10 anos, o número de desempregados que deixou de receber auxílio por já haver expirado o prazo máximo de recebimento, cresceu, aproximadamente, de um quarto a mais de um terço.

Mas, mesmo para aqueles que recebem a ajuda, na maioria dos casos ela se mostra de todo insuficiente para a satisfação das necessidades essenciais da família. Consideradas todas as diferenças internas e internacionais, a ajuda representa freqüentemente cerca de 50% de salário médio, e nos Estados Unidos e Inglaterra ainda menos. Em 1982, o valor médio do auxílio-desemprego nos Estados Unidos era de 35,8% do salário de um operário da produção da indústria de transformação. Na Inglaterra, o desempregado com família (tendo uma família de quatro pessoas) recebia um auxílio equivalente a 30-50% da receita média.

Não há dúvida de que o desemprego significa uma grande redução do nível de vida, diminuição das despesas, mesmo para as necessidades mais essenciais, alimentação insuficiente, com freqüente impossibilidade de efetuar os pagamentos permanentes (aluguel de casa, prestações de crediário, etc.). A maioria dos desempregados pesquisados considera que o pior em sua situação são os problemas financeiros.²⁴ Na medida em que se dilata o período de desemprego, mais penosos se tornam os apertados laços dos compromissos não pagos, e as pessoas se vêem cada vez mais num beco sem saída.

Confirmam-se plenamente, na situação atual, os vínculos entre desemprego e pobreza. Ao lado de outros fatores indesejáveis para os trabalhadores (prolongado aumento do custo de vida, em decorrência da inflação, diminuição das despesas sociais dos Estados burgueses), o desemprego favoreceu o crescimento, nos últimos anos, da pobreza e da miséria. Em 1982, nos Estados Unidos, segundo dados oficiais, 34,4 milhões de pessoas, ou 15% da população, estavam na categoria de pobres. Em fins de 1982, nos países da Comunidade Econômica Européia, contavam-se cerca de 40 milhões de pobres, entre eles trabalhadores (juntamente com os membros de suas famílias) com rendas iguais ou inferiores à metade dos salários

²⁴ Cf. A. Sinfield, *What Unemployment Means*, Oxford, 1981, p. 52.

médios nacionais. O Comissário para Assuntos Sociais da CEE, A. Richard, considerou esse número "impressionante".²⁵

O desemprego torna-se, para milhões de trabalhadores, um modo de vida bem diferente daquele que conheciam até o momento em que se sentiram como pessoas "supérfluas", modo de vida associado não apenas a sérias privações materiais, como também a penosos estresses psicológicos e sofrimentos físicos e morais. Como foi ressaltado no relatório do Conselho Nacional Americano para Possibilidades Econômicas, a "perda de trabalho pode acarretar uma reação em cadeia de catástrofes pessoais, muito difíceis de serem suportadas por pessoas privadas de recursos materiais e emocionais e carentes de um trabalho decente e estável".²⁶

Afastadas da atividade produtiva, freqüentemente as pessoas perdem valiosas relações sociais, vêm-se isoladas. Investigações realizadas numa série de países capitalistas revelam uma ligação direta entre a inatividade forçada e a piora do estado de saúde e aumento da mortalidade. O estado de esgotamento nervoso (estresse) baseia-se, aqui, no aumento da morbidade e da mortalidade em decorrência do desemprego.

Em parte dos desempregados observa-se uma tendência à apatia e ao fatalismo, falta de compreensão das reais causas de sua situação. Os protestos contra um sistema que impele para a margem da vida social milhões de pessoas plenamente aptas para o trabalho não raro assumem formas irracionais (sobretudo entre os jovens, inexperientes na luta de classes), como explosões de violência, extremismos de esquerda e de direita, aumento da criminalidade, do alcoolismo e de toxicomanias.

Os círculos governamentais dos países capitalistas valem-se da aguda crise do emprego para a exacerbação do "chauvinismo" e do racismo, o lançamento de negros contra brancos, a contraposição dos "seus" trabalhadores aos trabalhadores estrangeiros, dos desempregados jovens a outros mais maduros e aos que têm emprego.

Outra noção errônea, introduzida na consciência social com ajuda dos meios de informação de massa dos países capitalistas, é a de que, diferentemente da inflação, as consequências do desemprego somente se refletiriam, supostamente, sobre uma parte insignificante dos trabalhadores, daqueles que se tornaram suas vítimas diretas. Todavia, hoje mais do que nunca torna-se evidente que, em plena correspondência com a lei geral

²⁵ *Morning Star*, 21-12-82.

²⁶ *The AFL-CIO American Federationist*, jan. 1982, p. 7.

da acumulação capitalista, que Marx descobriu, à medida que aumenta a população operária "excedente", aumenta a polarização na sociedade burguesa, acentua-se a subordinação do trabalho ao capital e piora a situação de toda a classe operária.

O capitalismo monopolista do Estado aproveita-se, ativamente, da pressão exercida pela superpopulação e pela ameaça de novas demissões para uma ofensiva contra as conquistas que a classe operária obteve nos primeiros anos do pós-guerra. Em consequência, pela primeira vez após a última guerra, não apenas diminuiu bruscamente o aumento do salário real, como ainda, em anos isolados, sofreu uma queda absoluta. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1982, o salário real semanal nos setores não-agrícolas era 17,3% mais baixo do que em 1978. Casos de redução do salário real ocorreram, nos últimos tempos, na Itália, no Canadá e na República Federal da Alemanha.

Os monopólios utilizam-se da aguda crise do emprego como pretexto para "disciplinar" a classe operária e para elevação da taxa de exploração. Vem tendo ampla difusão a "racionalização sem capital", orientada no sentido do aumento da intensificação do trabalho. Realizando uma política de "rígido pragmatismo", suprimem muitas experiências de "humanização do trabalho" que vinham sendo implementadas.²⁷ Principalmente no âmbito da "economia subterrânea" são revividos métodos de exploração os mais bárbaros, tomados de empréstimo às práticas do século passado.

A desgraça do desemprego em massa e suas dolorosas consequências para a classe trabalhadora constituem hoje em dia o fator mais importante para o aumento da tensão social nos mais importantes centros do imperialismo. Camadas cada vez mais numerosas adquirem a consciência de que a responsabilidade pelo ócio forçado, pelas privações materiais, os sofrimentos físicos e morais de milhões de pessoas recai sobre o capitalismo, como sistema social. Também tomam crescente consciência da ligação entre o desemprego e a militarização da economia, a exacerbação da tensão internacional e a corrida armamentista, que coloca o mundo à beira da catástrofe nuclear.

A luta contra as demissões e pelo direito ao trabalho ocupou um lugar central em numerosas greves que eclodiram nos países capitalistas. Têm

²⁷ Como escreveu uma revista financeira inglesa, "o presente nível elevado de desemprego fez retroceder o movimento por formas menos hierarquizadas de organização do trabalho e por maior 'democracia' nos locais de trabalho" (*National Westminster Quarterly Review*, fev. 1983, p. 41).

tido ampla difusão as "greves às avessas", com a ocupação das empresas pelos trabalhadores. Uma característica auspiciosa destes últimos tempos é o aumento da organização e da atividade combativa dos próprios desempregados. Em julho de 1983, realizou-se um congresso de âmbito nacional dos desempregados norte-americanos, quando foi criado o Congresso Nacional das Organizações de Desempregados dos Estados Unidos.

Em suas ações em defesa do direito ao trabalho, o movimento operário tem que superar grandes dificuldades, decorrentes do enfraquecimento das posições dos sindicatos, devido à diminuição do emprego em muitos setores da indústria, ao isolamento dos desempregados, à ruptura dos seus vínculos com as organizações sindicais, à necessidade de elaboração de novos enfoques e reivindicações, consentâneas com a situação atual do problema do emprego.

Em contraposição às medidas limitadas e de pequeno alcance dos Estados burgueses, o movimento operário, as organizações de classe dos trabalhadores e, em primeiro lugar, os partidos comunistas lançam programas visando a uma significativa expansão do emprego e de redução substancial do desemprego. Trata-se, antes de tudo, da cessação das demissões em massa e radical melhoria dos que permanecem sem emprego. O aumento do emprego está associado ao estímulo ao desenvolvimento econômico baseado na ampliação da demanda solvente e na elevação do nível de vida dos trabalhadores, prevê a modernização da economia sem demissões e atribui importante papel ao desenvolvimento dos serviços sociais. Os recursos para isso podem ser obtidos através da redução das imensas despesas militares, eliminação de todas as formas possíveis de desperdício e forte taxação das grandes fortunas e das rendas não provenientes do trabalho.

Um programa democrático de criação de empregos dá grande importância à exigência de aperfeiçoamento do sistema de instrução, em geral, e de preparação profissional. Dado o atual grau de maturidade da classe operária, os trabalhadores reclamam que lhes seja proporcionado não um trabalho qualquer, mas um trabalho criativo, que abra a possibilidade de uma ampla utilização de sua qualificação e do ulterior desenvolvimento profissional. Ao mesmo tempo, camadas cada vez mais numerosas da classe operária se conscientizam de que a plena solução do problema do desemprego relaciona-se com uma reorientação da economia e do desenvolvimento social que tenha como premissa a restrição do poder dos monopólios e a instauração do controle democrático sobre a produção nos setores mais avançados da economia.

Notas sobre Algumas Fontes Primárias Estrangeiras para a História Econômica Brasileira *

MARCELO DE PAIVA ABREU **

1 – INTRODUÇÃO

Entre as conclusões a que chegou o Seminário sobre a Disponibilidade de Fontes e de Dados para a Pesquisa em História Econômica Brasileira patrocinado pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), no Rio de Janeiro, em 26 e 27 de outubro de 1983, está incluída uma recomendação relativa à eventual elaboração de um guia sobre materiais de interesse para a história econômica do Brasil depositados em arquivos estrangeiros utilizando como base inicial os guias já publicados.

Com a redação deste artigo pretende-se oferecer subsídios preliminares à elaboração de tal guia, com base, para o período até 1914 e para os principais países europeus exclusive o Reino Unido, na magnífica série de guias publicados sob o patrocínio da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos e, no caso dos Estados Unidos e do Reino Unido, em leque mais amplo de guias relativos a fontes de materiais de pesquisa.

A série de guias publicados ou a publicar no contexto do projeto UNESCO/Conselho Internacional de Arquivos engloba os seguintes países: República Federal da Alemanha,¹ República Democrática Alemã,² Bélgica,³ Holanda,⁴ Espanha,⁵ Estados Unidos,⁶ França,⁷ Itália,⁸ Por-

* O autor agradece a decisiva ajuda de Tomaz Schneider na leitura dos guias alemães.

** Do Departamento de Economia da PUC/RJ.

¹ Hauschild-Thiessen e Bachmann (1972).

² Ministerrat der DDR (1971).

³ Liarge e Baerten (1967).

⁴ Roessingh (1968).

⁵ Dirección General de Archivos y Bibliotecas (1966 e 1969).

⁶ Ulibarri e Harrison (1974), que substitui Harrison (1961).

⁷ Dois volumes não publicados.

⁸ Lodolini (1976). O segundo volume não foi ainda publicado.

tugal,⁹ Reino Unido,¹⁰ Santa Sé,¹¹ Suécia e Dinamarca¹² e Suíça.¹³ Além disto, está programada a publicação de um volume introdutório e de um índice geral.

Em todos os casos, exclusive Estados Unidos e Reino Unido, há conformidade com os critérios estabelecidos no projeto original em termos cronológicos, sendo o grosso da documentação referente ao período pré-1914. Nos casos de Estados Unidos e Grã-Bretanha existem informações detalhadas pelo menos até 1945.

Nesta nota optou-se por tratar, na seção inicial, dos arquivos da República Federal da Alemanha, República Democrática Alemã, Bélgica, Holanda, Espanha, Itália, Santa Sé e Suécia, na segunda seção, dos arquivos norte-americanos e, na seção final, dos britânicos.

2 — MATERIAIS EXISTENTES NOS ARQUIVOS DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ, BÉLGICA, HOLANDA, ESPANHA, ITÁLIA, SANTA SÉ E SUÉCIA

2.1 — República Federal da Alemanha

Os documentos relevantes estão distribuídos entre os diversos departamentos do Arquivo Federal, o Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores e diversos arquivos provinciais em Baden-Württemberg, Baviera, Bremen, Hamburgo, Hesse, Baixa Saxônia, Reno Setentrional-Vestfália, Renânia-Palatinado, Sarre e Schleswig-Holstein.¹⁴

⁹ Não publicado.

¹⁰ Walne, ed. (1973).

¹¹ Pásztor (1970).

¹² Archivo Nacional de Suecia (1968).

¹³ Não publicado.

¹⁴ Existem, além disto, extensos arquivos da Igreja Evangélica na Alemanha que devem ter importância para a história religiosa do Brasil. Ver, para detalhes, Hauschild-Thiessen e Bachmann (1972, pp. 34-9).

2.1.1 – Arquivo Federal¹⁵

2.1.1.1 – Arquivo Federal em Coblença

Documentos nas seguintes séries: Ministério das Finanças do Reich, 1919/45 (acordos comerciais e alfandegários – Brasil; relações comerciais, 1896/1913); Ministério das Relações Exteriores (seção II – Política Comercial: Estradas de Ferro, 1904/20; Telégrafos, 1913/21; Organizações Sindicais, 1912/20).

2.1.1.2 – Arquivo Federal em Frankfurt sobre o Meno

Documentos diversos referentes à emigração e navegação para o Brasil (1826, 1856/58) e as relações políticas no período de transição 1848/49.

2.1.2 – Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores

Documentos no repertório IA (1867/1919): Alemanha (Missões Estrangeiras em Berlim – Legação Brasileira, 1890/1917; Missões Alemãs no Exterior – Legação no Brasil, 1890/1917), Brasil (Situação Interna, 1866/79; Assuntos Brasileiros – Geral, 1879/1919; Finanças, 1882/1908; Representações Brasileiras no Exterior, 1888/1919; Relações com a Alemanha, 1888/1920; Relações com outros países, 1890/1918). Existem também documentos relativos a consulados alemães: Bahia, Blumenau, Porto Alegre, Rio Grande, São Paulo.

2.1.3 – Arquivos Provinciais

Em vista do volume de material de possível relevância nos arquivos provinciais (especialmente sobre emigração para o Brasil), da precária classificação por assunto dos referidos arquivos e das restrições impostas pelo idioma alemão, é impossível traduzir todas as referências incluídas no guia alemão.¹⁶ Recomenda-se aos interessados na documentação alemã a consulta direta à publicação referida.

¹⁵ No Arquivo Militar, departamento do Arquivo Federal em Freiburg, estão depositados documentos relevantes para a história militar brasileira. Ver Hauschild-Thiessen e Bachmann (1972, pp. 26-9).

¹⁶ Hauschild-Thiessen e Bachmann (1972).

2.2 — República Democrática Alemã

Os arquivos da República Democrática Alemã que contêm materiais de interesse são o Arquivo Central Alemão e os arquivos provinciais.

2.2.1 — Arquivo Central Alemão

O Arquivo Central Alemão está dividido em duas seções: a primeira, em Potsdam, inclui os materiais relativos ao *Reich* alemão, isto é, *grosso modo*, pós-unificação, enquanto na segunda, em Merseburg, estão depositados os documentos relativos à Prússia.

2.2.1.1 — Primeira Seção

2.2.1.1.1 — Ministério das Relações Exteriores

Inclui as seguintes séries de interesse: *Política* (1870/1918), *Missões* (Relatório de Legações, Brasil, 1855/90), *Consulado* (Relatórios Consulares, Brasil, 1867/1900; Assuntos referentes a consulados estrangeiros, Brasil, 1871/1900); *Política Comercial* (1885/1918) (*Organismos de Emissão*, 1911/17, *Estradas de Ferro*, 1876/1913, *Comércio — Geral* (Ultramar), 1904/18, *Comércio — Países*, 1884/1918, *Comércio Exterior*, 1825/1917, *Comércio e Navegação — Geral*, 1883/1908, *Comércio e Navegação — Países*, 1850/1906, *Economia Agrícola*, 1892/1918, *Navegação — Geral*, 1899/1912, *Navegação — Países*, 1882/1913, *Telégrafos*, 1897/1913, *Seguros*, 1907/16, *Economia — Geral*, 1906/16, *Economia — Países*, 1887/1918, *Assuntos Alfandegários e de Tributação — Países*, 1910/17); *Assuntos Legais* (*Emigração Geral*, 1892/1911, *Emigração — Países*, 1868/1918).

2.2.1.1.2 — Representações Diplomáticas no Exterior

Têm interesse alguns papéis provenientes dos arquivos da embaixada alemã na China (1869/1912) referentes à economia e ao comércio e da legação da Suécia (1891/1906) relativos a assuntos políticos.

2.2.1.1.3 — Gabinete do Chanceler

Documentos sobre emigração (Brasil, 1867/77).

2.2.1.1.4 — Ministério do Interior

Série *Registros Antigos*: Emigração, 1868/1917, Bancos, 1875/1917, Relações com o Exterior (especialmente econômicas), 1868/1917, Greves, 1891/1914 e Comércio, 1902/16.

2.2.1.1.5 — Ministério das Finanças

Documentação sobre assuntos financeiros e econômicos relativos ao exterior, 1877/1918.

2.2.1.1.6 — Banco Central

Câmbio, 1891/1914, Bancos, 1889/1914, Ouro, 1902/14, Curso do Câmbio, 1897/1918, Instituições financeiras, 1906/14, Organismos financeiros, 1898/1914, Relatório anual sobre a situação financeira no exterior, 1899/1913, Comércio, Indústria e Sindicatos, 1898/1914, Crises, 1898/1913.

2.2.1.1.7 — Ministério da Economia

Série *Registros Antigos*: Relações com o Exterior — Geral, 1916/18, Relações com o Exterior — Estados Estrangeiros, 1902/18, Transição para a Economia de Paz, 1918, Comércio, 1913/18, Indústria Têxtil, 1918.

2.2.1.1.8 — Berliner Handelsgesellschaft

Arquivo de informações econômicas (relatórios de empresas, informes de imprensa), 1880/1918.

2.2.1.2 — Segunda Seção

2.2.1.2.1 — Landtag Prussiano

Documentos sobre: Emigração, 1858/1907 e Acordos Comerciais e de Navegação, 1855/1904.

2.2.1.2.2 – Gabinete Civil Secreto Prussiano

Documentos sobre acordos de navegação e assuntos econômicos diversos, 1842/1910.

2.2.1.2.3 – Ministério das Relações Exteriores da Prússia

Documentos nas séries: *Politica* (Correspondência Política – Brasil, 1817/67; Brasil, principalmente documentos de interesse político, 1816/65; Notas, 1816/86; Missões, 1816/73; Acordos, 1827/34), *Politica Comercial* (Assuntos de comércio, navegação e alfândegas, 1814/86; Comércio Externo, 1824/1918; Consulados Prussianos – Rio de Janeiro, Bahia, Fortaleza, Pará, Pernambuco, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Santos, Desterro, 1816/75; Consulados Latino-Americanos na Prússia, Brasil, 1837/87), *Assuntos Legais* (Emigração, 1818/1906; Relatórios consulares e de legações sobre assuntos econômicos, 1827/86).

2.2.1.2.4 – Representações Diplomáticas e Consulares da Prússia no Exterior

Documentos depositados nas legações em Darmstadt e Dresden (relações com Zollverein, 1843/46), na residência em Frankfurt sobre o Meno (Tratados, 1845/65), nas representações em Haia, Hamburgo, Lisboa e Viena (Assuntos diversos).

2.2.1.2.5 – Ministério do Interior da Prússia

Documentos sobre Organizações Sindicais, 1895/1918; Situação Política, 1892/1912; Comércio e Navegação, 1900/15; Emigração e Imigração, 1816/1915.

2.2.1.2.6 – Ministério das Finanças da Prússia

Documentos na Seção de Alfândega (assuntos relativos a comércio, tarifas, alfândegas, 1826/1918).

2.2.1.2.7 – Ministério do Comércio e Trabalho da Prússia

Documentos relativos a comércio exterior, navegação, tarifas, assuntos econômicos em geral, patentes e emigração (1822/1917).

2.2.2 — Arquivos Provinciais

Os seguintes arquivos provinciais incluem documentação de interesse brasileiro: Arquivo Estatal de Dresden, Arquivo Histórico Estatal de Gotha, Arquivo Histórico Estatal de Greiz, Arquivo Estatal de Meiningen, Arquivo Estatal de Rudolstadt, Arquivo Estatal de Schwerin e Arquivo Estatal de Weimar.

2.2.2.1 — Arquivo Estatal de Dresden

Inclui documentos referentes ao Ministério de Relações Exteriores da Saxônia (em especial correspondência com consulados na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, 1828/1904, das representações latino-americanas na Saxônia, 1831/90, e relativa a relações comerciais, 1827/1918) e ao Ministério da Economia da Saxônia (Relações comerciais, acordos comerciais e de navegação, 1840/1917).

2.2.2.2 — Arquivo Histórico Estatal de Gotha

Inclui nas suas várias seções documentos sobre relações diplomáticas e consulares de Coburgo e Gotha com o Brasil, 1862/92, sobre a família imperial brasileira e sobre a emigração para o Brasil.

2.2.2.3 — Arquivo Histórico Estatal de Greiz

Inclui nas diferentes seções papéis sobre tratados de amizade, comércio e navegação e protocolos consulares do Zollverein com o Brasil, 1833/1915, relações comerciais, 1876/1904.

2.2.2.4 — Arquivo Estatal de Meiningen

Documentos sobre relações comerciais (1907/8) e emigração (1837/69).

2.2.2.5 — Arquivo Estatal de Rudolstadt

Documentos sobre relações consulares de Schwarzburg-Sonderhausen e Schwarzburg-Rudolstadt (1875/1921) e emigração (1851/72).

2.2.2.6 – Arquivo Estatal de Schwerin

Documentos nas séries Gabinete de Mecklenburg-Schwerin (Emigração, Brasil, 1824/29) e Ministério de Relações Exteriores de Mecklenburg-Schwerin. (Relações com o Reich, 1869/1920; Relações com o Exterior, especialmente emigração, 1857/1920; Legações e Consulados, 1806/1918; Comércio e Navegação, 1838/1918).

2.2.2.7 – Arquivo Estatal de Weimar

Documentos na série *Novos Arquivos* sobre emigração da Saxônia-Weimar Eisenach para o Brasil, 1858/1902.

2.3 – Bélgica

Os documentos belgas de interesse para a história econômica brasileira estão depositados principalmente nos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores. Existe alguma documentação de interesse nos Arquivos Gerais do Reino e, em menor medida, nos Arquivos do Estado em Antuérpia, nos Arquivos da Cidade de Antuérpia e na Biblioteca Real.

2.3.1. – Arquivo do Ministério das Relações Exteriores

Os arquivos do Ministério das Relações Exteriores de interesse estão concentrados nas séries *Dossiers politiques et économiques* e *Dossiers filmés*, *P* (*politique*), *B* (*économique*), *Pr* (*presse*), catalogadas por país e por assunto.

No catálogo por país encontram-se pastas sobre: Diversos (p. ex.: 1. Estradas de ferro, 1891/1914; 2. Bondes, 1902/12; 3. Portos e vias navegáveis, 1905/06, 11. Relatórios Consulares, 1898/1914. Informações comerciais do consulado de Manaus, 1904/08. Terras diamantíferas de Salebro, ditas de Cannavical (sic), Relatório do Cônsul na Bahia, 1891); Brasil, 1850/1927 (Centenário da Independência: missão especial, 1922; Belgas no Brasil: Straunard, Barão J. de Neubourg); Cunhagem de moedas brasileiras de bronze na casa da moeda de Bruxelas, 1869.

No catálogo por assunto as seguintes entradas são de interesse especial: Correspondência Política – Legações: Brasil, 1833/1917; Alfândegas – Relações Econômicas, Brasil, 1889/1913; Emigração: Brasil, 1886/1914;

Missões, explorações e colonizações: Missões ao Brasil: Mary (1833), Hanquet (1841/42), Carolus (1846/48), Lannoy (1848/49), Selys Longchamps (s/d); Explorações comerciais e consulares: Brasil, 1892/1913; Negociações Comerciais: Bélgica-Brasil (1891/1913), Impressos. Relatórios consulares desde 1839, Consulados belgas no Brasil, 1886/1920; Informações Econômicas: Relatórios de bolsistas do governo; Brasil — Informações comerciais e diversos (especialmente décadas de 1830 e 1840); Sociedades Anônimas: Sociedades belgas no exterior.

2.3.2 — *Arquivos Gerais do Reino*

Os Arquivos do Reino reúnem documentação esparsa referente ao Brasil em quase todas as coleções. Os documentos de maior interesse são parte das coleções *Câmaras de Comércio*: Bruges (documentos sobre comércio referentes ao período 1825/41 principalmente), Bruxelas (Rio de Janeiro, Bahia, Santos e Pará, 1839/40) e Verviers (Comércio, 1839/40); e *Arquivos de Famílias*: coleção d'Ursel (papéis da família Schetz, proprietária do engenho São Jorge na ilha de São Vicente, 1561/1615).

2.3.3 — *Outros Arquivos Belgas*

Menor número de documentos relevantes está depositado nos Arquivos do Estado de Antuérpia (Arquivos da Província de Antuérpia e Tribunal de Comércio, principalmente dados de natureza comercial, século XIX), Arquivos da Cidade de Antuérpia (comércio, século XVII) e Biblioteca Real (manuscritos do século XVIII).

2.4 — *Holanda*

Em virtude da ocupação de parte substancial do território brasileiro por holandeses no século XVII, o caso dos arquivos holandeses é certamente especial. Não apenas o volume relativo da documentação é mais importante do que no caso da maioria dos outros países — embora basicamente limitado ao século XVII —, mas também os arquivos holandeses já foram objeto da atenção de especialistas que elaboraram guias específicos aparentemente bastante completos e, em muitos casos, copiaram os materiais relevantes depositando-os em bibliotecas nacionais ou mesmo os reproduziram em publicações especializadas.¹⁷

¹⁷ Ver, por exemplo, Rodrigues (1949 e 1969) e Mello Neto (1947).

2.4.1 — Arquivos Gerais do Estado

1.^a Seção

Compreende os arquivos dos Estados Gerais (1576/1796), do Almirantado (1586/1795), da Companhia Unida das Índias Ocidentais, da Primeira Companhia das Índias Ocidentais (1621/74), uma coleção de miscelânea referente às Índias Ocidentais, além das coleções Van Voshol, Radermacher, De Ruyter, Sweers e diversas aquisições que contêm rico material referente à história econômica do Brasil no século XVII.¹⁸

2.^a Seção

A segunda seção inclui os arquivos da administração central do Estado a partir da sua unificação em 1795. Têm especial interesse para estudos sobre o Brasil: os Arquivos da Secretaria Geral do Estado e do Gabinete do Rei [Brasil (Rio de Janeiro), 1815/21, 1827/30, duplicatas de relatórios consulares; Brasil (Rio de Janeiro), 1833/40, Pernambuco, 1825/30, 1834, 1837] e, especialmente, os Arquivos do Ministério das Relações Exteriores.

Nos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores merecem menção as séries: *Arquivos do Departamento I* (Relatório Consular, Rio de Janeiro, 1826; Negociações Comerciais com o Brasil, 1839/48; Negociações Comerciais com o Brasil, 1849/60); o V (Ratificação de Tratados com o Brasil, 1820, 1828, 1879, 1881, 1884, 1898, 1908), *Legações Holandesas* (Grã-Bretanha e Irlanda: Emigração para o Brasil, 1891/1908; Portugal e Brasil, 1815/21, Brasil, 1820/33) e *Consulados Holandeses* (Lisboa, 1814/61, e Rio de Janeiro, 1826/31).

Algumas coleções arquivadas na segunda seção têm interesse brasileiro: Baud (Exportação do Rio de Janeiro, 1836/42; Memória sobre o meio circulante do Brasil de Wijlep, 1836), Conde von Hagendorp (Cartas, Diário, Contabilidade de sua fazenda Novo Sion, 1813/22) e Pleyte (Cartas de Pleyte, Embaixador no Brasil, para Van Karnebeek, Ministro das Relações Exteriores, 1922/25).

3.^a Seção

A terceira seção contém os arquivos do condado da Holanda e das províncias da Holanda e Holanda do Sul.

¹⁸ Os leitores interessados em história econômica do século XVII devem consultar Roessingh (1968, pp. 36-92).

Diversos documentos sobre o Brasil no século XVII podem ser encontrados nas coleções relativas aos Estados da Holanda e Frisia Ocidental e seus Conselhos Delegados, 1572/1795.

2.4.2 – *Arquivo do Ministério das Relações Exteriores*

A parte dos arquivos referente ao Brasil inclui: Embaixada no Rio de Janeiro, 1916/39 e 1937/45; Consulado em São Paulo, 1925/44.

2.4.3 – *Outros Arquivos Públicos*

Diversos arquivos provinciais guardam documentação relevante para a história econômica do Brasil, especialmente no século XVII: Arquivos do Estado da Holanda do Norte, de Utrecht e da Zelândia, Arquivos das Cidades de Amsterdam e de Rotterdam.¹⁹

2.4.4 – *Arquivos Privados*

O Arquivo do Sínodo da Igreja Reformada Holandesa inclui alguns documentos interessantes para o Brasil: reuniões dos *classis*, 1636/44. Os Arquivos da Nederlandsche Handel-Maatschappij também podem conter materiais interessantes para o início do século XIX, da mesma forma que a Biblioteca Real (Descrições de localidades brasileiras, 1.^a metade do século XVII; Cartas e relatórios ao Brasil Holandês); Biblioteca da Universidade de Leyden (manuscrito de "Diálogos das Grandezas do Brasil").²⁰

2.5 – *Espanha*

Os grandes arquivos espanhóis – Arquivo General de Simancas, Arquivo General de Indias e, em menor medida, Arquivo Histórico Nacional – contém grande volume de documentação relevante para a história econômica brasileira, especialmente nos séculos XVI e XVII. Os leitores interessados devem usar os guias específicos citados por Rodrigues (1969),²¹ em particular Melo (1895), Maior (1918) e Melo Neto (1966).

¹⁹ Ver Roessingh (1968, pp. 130-50).

²⁰ Para referência sobre mapas, ver Roessingh (1968, pp. 177-94).

²¹ Rodrigues (1969, p. 217).

Documentos mais modernos referentes à história diplomática são encontrados no Arquivo Histórico Nacional, Seção de Estado (Embaixadas, legações e consulados: 1809/33) e no Arquivo Geral do Ministério das Relações Exteriores, séries Política Exterior (Brasil, desde 1851) e Correspondência de Embaixadas e Legações (Brasil, desde 1834).

2.6 — Itália

Apenas os arquivos romanos foram objeto de publicação de guia até o momento.²²

É desapontador, mesmo em relação às expectativas mais modestas, o quadro relativo à disponibilidade de materiais de interesse brasileiro pelo menos nos arquivos romanos.

Os principais arquivos que contêm materiais de interesse brasileiro são o Arquivo Central do Estado, o Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores e o Arquivo Estatal de Roma. Certamente existe volume considerável de documentos de interesse dispersos por outras fontes em Roma citadas por Lodolini, especialmente na Biblioteca Nacional, em particular documentos relevantes para a história da Igreja Católica.

O Arquivo Central do Estado abriga apenas documentação muito parca sobre serviços de navegação, exposições e tratados.

O Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores divide-se em duas coleções: a da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Reino de Sardenha (1799/1861) e a do Ministério das Relações Exteriores do Reino da Itália (a partir de 1861). Na descrição do arquivo relativo ao período pré-1861, em geral não se discrimina em Lodolini (1976) o material relativo ao Brasil, as referências são freqüentemente à América Latina, quando não ao mundo. Recomenda-se, portanto, que os leitores interessados consultem diretamente a fonte citada.²³ Há, especialmente no caso da correspondência diplomática e consular, bastante material de interesse para a história econômica do Brasil.

As deficiências do sistema de classificação pré-1861 continuam, após 1861, a dificultar a descrição dos materiais relativos aos arquivos do Reino da Itália até 1887: a seção II parece incluir rica correspondência diplo-

²² Lodolini (1976).

²³ Lodolini (1976, pp. 29-37).

mática e consular trocada entre o Ministério, Embaixada Italiana no Rio, Embaixada Brasileira e Consulados Italianos e a série V da coleção relevante de tratados.

Para a correspondência (1888 a 1914) existem listas de fascículos para os subperíodos 1888/92 e 1891/1916. Além dos fascículos de interesse latino-americano,²⁴ podem ser citados os seguintes de interesse para a história econômica brasileira:

- Exposição Rio, 1888;
- Convenção Sanitária: Argentina, Brasil, Uruguai, 1888/90;
- Brasil. Relatórios Políticos, 1888/91;
- Sociedade Socorro Mútuo (Amparo), 1888;
- Abolição da Escravatura no Brasil, 1888;
- Exposição Comercial de Pernambuco, 1888/90;
- Câmara de Comércio Italiana do Rio de Janeiro, 1888;
- Brasil. Comércio, finanças e navegação;
- Sociedade Operária Príncipe Amedeo, Ribeirão Preto, 1888;
- Sociedade Italiana de Beneficência, Rio de Janeiro, 1888/89;
- Exposição de vinhos no Rio de Janeiro, 1889;
- Brasil, diversas leis, 1889/91;
- Sociedade Operária Italiana "Príncipe di Napoli", em Casa Branca;
- Repressão ao contrabando no Brasil, 1888;
- Exposição universal no Rio de Janeiro, 1890;
- Negociações comerciais com o Brasil;
- Brasil. Relatório Político, 1891/92;
- Brasil, 1905/14;
- Conflito entre colonos italianos e fazendeiros em Rio das Pedras.

Finalmente, no Arquivo Estatal de Roma são conservados os documentos da administração do Estado Pontifício até 1870. O interesse geral deste arquivo é limitado, embora obviamente seja de grande importância para os estudiosos da história da Igreja Católica e seu poder temporal.²⁵

²⁴ Ver Lodolini (1976, pp. 66-86).

²⁵ Ver Lodolini (1976, pp. 101-249).

2.7 — Santa Sé

Os Arquivos da Santa Sé e os arquivos eclesiásticos italianos certamente abrigam farta documentação de interesse para os estudiosos da história brasileira. Entretanto, boa parte deste material tende a concentrar-se no período anterior à independência brasileira e, de maneira geral, não parece ser grande a proporção dos documentos relevantes para a história econômica. Recomenda-se que os interessados consultem Pásztor (1970), que contém um excelente índice.

Dentre os arquivos mencionados por Pásztor (1970), parecem ter interesse especial no Arquivo Secreto Vaticano as coleções: *Secretaria de Estado* (Parte Moderna: 1814/33, séries 251. Rio de Janeiro, nuncio acreditado à Corte Portuguesa, 264. Brasil, Ministro (depois de 1825); 1833/47, série 24. Brasil e 1848/1913, série 264. Brasil; *Arquivos de Ordens Religiosas* (Jesuítas); *Arquivos de Papas, Cardeais, Prelados e Funcionários da Cúria* (Coleção Caleppi, nuncio em Portugal e no Brasil, 1801/17); *Arquivos de Nunciaturas* (Lisboa). Fora do Arquivo Secreto Vaticano, diversos arquivos de ordens religiosas: Franciscanos, Lazaristas e, muito especialmente, o Arquivo Geral da Companhia de Jesus.²⁸

2.8 — Suécia

Os documentos suecos de interesse para a história econômica do Brasil estão em sua grande maioria depositados no Arquivo Nacional e no Ministério das Relações Exteriores. Além disto, existe documentação relevante no Arquivo Militar, no Arquivo da Família Bernardotte, no Arquivo Provincial de Härnösand e no Arquivo da firma Uddeholms A. B., em Uddeholm.

2.8.1 — Arquivo Nacional

As coleções que contêm documentos de interesse são preponderantemente o Arquivo do Gabinete para Correspondência com o Exterior (a partir de 1809), a Diplomática até 1809 e o Arquivo da Diretoria Geral de Comércio. Há outras seções que incluem menor volume de material

²⁸ Os leitores especificamente interessados em história da Igreja devem consultar Pásztor (1970).

de interesse, como, por exemplo, o arquivo de Sjöholm, que inclui cartas de Pedro II a Oscar II.

O Arquivo do Gabinete para Correspondência com o Exterior contém as seguintes principais séries de interesse brasileiro: *Cartas de Embaixadas Suecas* (Brasil: Westin, 1826/30; Ankarloo, 1830/32; Morsing, 1845/60; Hyltén – Cavallius, 1861/62; cartas da Embaixada no Rio, 1881/85), *Correspondência Consular até 1880* (Brasil: Bahia, 1828, 1847, 1847/80; Pernambuco, 1853/80; Rio de Janeiro, 1810/88, e Santos, 1887), *Escritos Consulares a partir de 1880* (vol. 4: Bahia, 1881/85, Pernambuco, 1881/91, Rio de Janeiro, 1881/92; vol. 5: Rio de Janeiro, 1893/1900), *Memórias e Notas de Embaixadas Estrangeiras* (Notas de Embaixadores Brasileiros, 1829/86), *Escritos de Chefes de Estado Estrangeiros* (Cartas de Chefes de Estado Brasileiros, 1826/74), *Documentos Classificados segundo o Assunto (Expedientes)* (vol. 188, negociação de tratados comerciais, Brasil, 1816/49), além de outras séries menos importantes.

A coleção Diplomática inclui pouco material relevante para o Brasil. Têm, entretanto, interesse as notas de J. A. Kantzow, enviado sueco em Lisboa que se transferiu para o Brasil em 1808 e permaneceu no Rio até 1811.

O Arquivo da Diretoria Geral de Comércio inclui no seu Arquivo Principal: *Informes de Cônsules* (vol. 37, Bahia, 1827/84; vol. 373, Pernambuco, 1834/68, 1869/89; vols. 394-400, Rio de Janeiro, 1809/51, 1852/70, 1871/79, 1880/87, 1887/90, 1891/96, 1897/1902, 1903/4, 1905/6), *Informes de Vice-Cônsules* (vol. 2: Maranhão (?), 1842/43, 1853; Santos, 1905), *Informes Anuais de Cônsules e Vice-Cônsules* (Bahia, 1849/85; Pernambuco, 1844/88; Rio de Janeiro, 1844/1904).

2.8.2 – Arquivos do Ministério das Relações Exteriores

Têm algum interesse as seguintes séries de documentos: Grupo 1: Política (Questão do Acre, 1899/1903; Informes da Embaixada do Rio de Janeiro, 1919), Grupo 12: Consulados da Suécia (Informes de adidos comerciais, 1913/15), Grupo 54: Imigração e Emigração (documentação sobre a catastrófica imigração de suecos para o Brasil: F.1: I-III, IV-V, VI), Grupo 111: Brasil (documentação sobre tratados comerciais, comércio em geral, marinha mercante).

2.8.3 — Outros Arquivos Suecos

O Arquivo Militar guarda entre outros documentos o Arquivo de Nils A. G. R. Fock, com documentação relativa à guerra civil no início da década de 1890, quando foi comandante da canhoneira legalista *Destroyer*. O Arquivo da Família Bernardotte também inclui alguns documentos de interesse brasileiro (vol. 81. Documentos sobre a sucessão da Imperatriz do Brasil e sua filha D. Maria Amélia). No Arquivo Provincial de Härnösand guardam-se documentos relativos à emigração sueca para o Brasil.

Entre os arquivos privados, o da Uddeholms A. B., em Uddeholm, inclui correspondência desse conglomerado de empresas metalúrgicas e madeireiras com seus agentes no Brasil: Holmer & Co., Rio de Janeiro, 1893/98, e Jakob Walter & Co., Londres, 1897.

2.9 — Dinamarca

Os documentos relevantes depositados no Arquivo Nacional Dinamarquês²⁷ que têm interesse para o Brasil são os depositados nos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores antes de 1848 e depois de 1848.

As séries pré-1848 de interesse são: *Specialia* (f: Portugal e Brasil: Correspondência de natureza política e comercial), *Registros Consulares do Ministério do Comércio* (Relatórios Consulares provenientes do Brasil, 1818/30), *Departamento das Alfândegas e Ministério do Comércio*, (Correspondência oriunda do Consulado no Rio de Janeiro, 1831/48).

As séries pós-1848 de interesse são: *Arquivos do Ministério das Relações Exteriores, 1848/56* e *Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, 1856/1909*. De especial interesse podem ser os arquivos consulares (Rio de Janeiro, a partir de 1830; Porto Alegre, a partir de 1860; Bahia, a partir de 1877; Florianópolis, a partir de 1895; Santos, a partir de 1896; e São Paulo, a partir de 1920).

²⁷ Em *Archivo Nacional de Suecia* (1968), na pequena seção sobre a Dinamarca, não são mencionados outros arquivos além do Arquivo Nacional. Presume-se que nos arquivos departamentais estejam depositados outros documentos relevantes.

3 — ESTADOS UNIDOS

3.1 — *Arquivo Nacional*

Mesmo que o livro de Ulibarri e Harrison (1974) fuja ao padrão dos demais guias da série promovida pela UNESCO e tenha escopo muito mais restrito, incluindo apenas os materiais relevantes para o estudo da América Latina depositados no Arquivo Nacional norte-americano, existe volume tão considerável de material relevante que é impossível dentro dos limites desta nota descrever adequadamente os materiais disponíveis de interesse para a história econômica brasileira.²⁸

Os materiais de maior interesse estão depositados nos seguintes arquivos:

3.1.1 — *Agências Presidenciais*

3.1.1.1 — Arquivos do Gabinete do Assessor Especial do Presidente para Comércio Exterior (Record Group — RG 20), 1934/35

Documentos sobre comércio e políticas comercial e cambial.

3.1.2 — *Departamentos Executivos*

3.1.2.1 — Departamento de Estado

— Arquivos Gerais (RG 59)

- Instruções diplomáticas (Brasil, 1833/1906)
- Despachos recebidos dos Ministros dos Estados Unidos no Exterior (Brasil, 1809/1906)
- Despachos recebidos dos Cônsules dos Estados Unidos no Exterior (Salvador, 1850/1906, Maranhão, 1817/76, Belém, 1831/1906, Pernambuco, 1817/1906, Rio Grande, 1829/97, Rio de Janeiro, 1811/1906, Santa Catarina, 1831/74, Santos, 1831/1906)

²⁸ Em particular, existem, para praticamente todos os arquivos departamentais, guias específicos não publicados. Ver Ulibarri e Harrison (1974, *passim*). Hirst (1978) baseia-se em Ulibarri e Harrison (1974), embora omita alguns departamentos de interesse.

- Notas de missões estrangeiras (Brasil, 1824/1906)
- Notas a missões estrangeiras (Brasil, 1834/1906)
- Instruções consulares
- Relatórios consulares sobre comércio, 1926/50 (existem índices por posto e ano)
- Arquivos Centrais, 1906/44 (documentação classificada de acordo com sistema decimal próprio)
- Arquivos de Postos no Exterior (RG 84)²⁹
- Postos diplomáticos (Brasil, 1809/1935)
- Postos consulares (Aracaju, 1883/1905; Belém, 1831/1939; Belo Horizonte, 1942/46; Ceará, 1849/1934; Curitiba, 1918/19; Florianópolis, 1940/44; Maceió, 1912/13; Manaus, 1882/1928; Natal, 1880/1947; Pernambuco, 1818/1936; Porto Alegre, 1917/41; Rio de Janeiro, 1833/1936; Rio Grande, 1829/1911, 1913/40; Salvador, 1819/1935; Santa Catarina, 1833/74; Santos, 1880/1935; São Paulo, 1907/35; Vitória, 1890/1932)
- Arquivos de Conferências, Comissões e Exposições Internacionais (RG 43)
- Arquivos relativos a Conferências Internacionais entre Estados Americanos, 1889/1938

3.1.2.2 – Departamento do Tesouro³⁰

- Arquivos Gerais (RG 56)
- Arquivos por assunto do Gabinete do Secretário, 1917/32 (material limitado sobre problemas financeiros de interesse brasileiro)

3.1.2.3 – Departamento do Interior

- Arquivos do Serviço Geológico (RG 57)
- Documentos relativos a minerais estratégicos no Brasil, 1943/46
- Arquivos do Serviço de Irrigação (RG 115)

²⁹ Trata-se dos arquivos locais de embaixadas e consulados, transferidos posteriormente para o Arquivo Nacional.

³⁰ A maior parte dos arquivos do Departamento do Tesouro ainda não havia sido transferida para o Arquivo Nacional, pelo menos até meados da década de 70.

3.1.2.4 – Departamento de Agricultura

- Arquivos do Gabinete do Secretário (RG 16)
 - Correspondência do Secretário, 1893/1959 (Exposição do Centenário de Independência no Rio de Janeiro, 1921/23; Alimentos, 1942; Relações Exteriores, América Latina, 1941/42)
- Arquivos do Serviço de Agricultura para o Exterior (RG 166)
 - Relatórios agrícolas, 1904/54 (Informação sobre praticamente todos os aspectos da agricultura internacional: produtos agrícolas, estimativas de safra, fertilizantes, inseticidas, produção animal, tendências de mercado, importações e exportações, acordos internacionais, legislação comercial, situação econômica, política relativa a terras agrícolas, condições climáticas)
 - Arquivos do Serviço de Colaboração Técnica, 1942/53 (Documentos sobre as áreas de produção de borracha, Brasil, 1942/45)
 - Arquivos Florestais sobre a América Central e do Sul, 1911/41 (América do Sul: Brasil, 1919/39, cera de carnaúba e indústria madeireira)
- Arquivos do Serviço de Economia Agrícola (RG 83)
 - Correspondência Geral do Serviço de Mercados e do Serviço de Economia Agrícola, 1912/52 (Brasil: Informações sobre pecuária, agricultura no Rio Grande do Sul e exportações e importações agrícolas, 1913/19)
- Arquivos do Serviço de Comercialização Agrícola (RG 136)
 - Correspondência sobre algodão brasileiro, 1927/38

3.1.2.5 – Departamento do Comércio

- Arquivos Gerais (RG 40)
 - Correspondência Geral, 1903/50 (há índice por assunto detalhado; contém, por exemplo, documentos sobre: necessidades brasileiras de importação, 1941/42; transações externas do governo norte-americano); existe, além disto, uma série de relatórios de circulação restrita dividida em dois blocos sobre "Transações externas do governo dos Estados Unidos" e "Ajuda externa concedida pelo governo dos Estados Unidos" para o período 1944/45 que inclui documentação sobre empréstimos em geral, inclusive via *Lend Lease*

- Arquivo do Serviço de Comércio Exterior e Doméstico (RG 151)
- Arquivos Gerais, 1914/45 (Geral: há índice por assunto; Executivo: alguns relatórios de adidos comerciais, Rio de Janeiro, 1922/39); *Commodities*: há índice por assunto e inclui, por exemplo, documentação sobre a Fordlândia, 1927/29, e minério de ferro, 1921/41; Agricultura, Alimentos e Florestas: organizado por produto e país, como, por exemplo, Café, Brasil, 1918/44; Promoção Comercial; Transporte; Finanças e Investimentos; Instituições; Guerra (principalmente I Guerra Mundial)
- Relatórios de Adidos Comerciais, 1931/40 (Rio de Janeiro, 1931/40; São Paulo, 1931/33)

3.1.3 – *Agências Independentes*

3.1.3.1 – Agências Criadas na I Guerra Mundial

- Arquivos da Comissão de Navegação dos Estados Unidos (RG 32)
- Arquivos Gerais classificados por assunto, 1916/36 (existem índices por assunto)
- Arquivo Geral da Divisão de Operações, 1917/34
- Arquivo de Ricardo de Villafranca, 1918/21
- Arquivos da Comissão de Comércio de Guerra (RG 182)
- Estudos por país mantidos pelo Serviço de Pesquisa e Estatísticas, 1917/19 (Brasil; Arquivo executivo por país, 1917/19; Correspondência com governos estrangeiros, 1917/19; Arquivo por país, 1917/19; Relatórios sobre situação econômica externa, 1911/19; Arquivos de firmas em países estrangeiros, 1917/19)

3.1.3.2 – Agências Criadas na II Guerra Mundial

- Arquivos do Serviço de Assuntos Interamericanos (RG 229)
- Arquivos relativos à economia básica e programas de desenvolvimento, 1940/45 (Documentação externa sobre todos os aspectos da economia brasileira no período, especialmente sobre produtos de exportação, em particular borracha)
- Arquivos relativos a transporte, 1940/47 (Documentos sobre transporte marítimo e fluvial e listas negras)

- Arquivos da Administração dos Assuntos Econômicos Externos (RG 169)
- Arquivos da Seção Pan-Americana, 1941/46 (Divisão Brasileira, 1942/45: índice por assunto, mica, equipamento ferroviário e missões ao Brasil, 1943/45)
- Correspondência e monografias, 1939/47 (Arquivo geográfico do Administrador, 1941/43, documentação sobre *Lend-Lease* e programas de compra dos Estados Unidos, monografias sobre transporte e *Lend-Lease* durante a guerra)
- Arquivos do Comitê de Comunicações de Guerra (RG 259)
- Arquivos do Comitê Assessor Interdepartamental de Comunicações no Hemisfério
- Arquivos da Administração do Petróleo durante a Guerra (RG 253)
- Arquivos do Serviço de Administração de Preços (RG 188)
- Arquivos do Serviço de Mobilização e Reconversão (RG 250)
- Arquivos da Divisão de Operações Externas e Estocagem, 1945/47
- Arquivos do Comitê Interagências sobre Política relativa à Borracha, 1945/46
- Arquivos do Serviço de Estabilização Econômica, 1943/46
- Arquivos da Corporação de Financiamento de Reconstrução (RG 234)
- Arquivos da Corporação de Desenvolvimento da Borracha, 1943/47
- Arquivos da Companhia Comercial dos Estados Unidos, 1942/51 (Documento sobre a compra de materiais estratégicos e alimentos: Arquivo Central por País; Arquivo por Produto; Minerais no Exterior; Relatórios de missões no exterior)
- Arquivos do Banco para Exportação e Importação dos Estados Unidos (RG 275)
- Documentos sobre a concessão de créditos a países estrangeiros e firmas domésticas e estrangeiras, 1934/51
- Arquivos da Comissão Federal de Comércio (RG 122)

3.2 — *Arquivos Presidenciais*

As bibliotecas presidenciais norte-americanas — Hoover, Roosevelt, Truman, Eisenhower, Kennedy e Lyndon Johnson — são administradas pelo Arquivo Nacional, embora os documentos ali depositados sejam considerados propriedade pessoal dos presidentes.³¹

³¹ Os documentos de presidentes anteriores a Hoover estão depositados na Biblioteca do Congresso e em outros arquivos.

A documentação aberta ao público nestes arquivos parece ser de interesse essencialmente político, à exceção da importante coleção Morgenthau depositada na Biblioteca Franklin Roosevelt em Hyde Park, Nova York (especialmente registros de reuniões e telefonemas).

4 – REINO UNIDO

Cabe dividir para fins de apresentação os arquivos britânicos em arquivos do Public Record Office, outros arquivos em Londres, arquivos fora de Londres e arquivos de empresas.³²

4.1 – *Public Record Office*

O PRO abriga uma considerável massa de documentos de grande relevância. Existem documentos esparsos pelos arquivos de diversos departamentos britânicos – por exemplo, na Chancelaria, na Alta Corte do Almirantado e no Gabinete –, mas o grosso dos papéis se concentra nos departamentos mencionados abaixo.³³

4.1.1 – *Almirantado*

Nos *Station Records*, África (Adm. 123), 1797/1932, está depositada documentação relativa ao tráfico de escravos.

4.1.2 – *Ministério das Relações Exteriores (Foreign Office)*

– Correspondência Geral anterior a 1906;

Séries Brasil (F.O. 13), 1825/1905; antes de 1825, ver F.O. 63 (Portugal e Tráfico Escravo (F.O. 84), 1816/92).³⁴

Além de papéis isolados, como, por exemplo, nas coleções Aston (F.O. 355) e Howard de Walden (F.O. 360), existe documentação de

³² Ver Walne (1973).

³³ Uma descrição minuciosa da documentação existente relativa ao período mais moderno, a partir de 1919 até 1945, pode ser encontrada em Swann e Turnbull (1971) e Public Record Office (1972). Note-se que diversas séries de documentos do Gabinete têm importância crescente: por exemplo, CAB 134 reúne para a segunda metade dos anos 40 a documentação do Overseas Negotiations Committee, básica para a história financeira do Brasil.

³⁴ Ver Public Record Office (1969).

grande interesse para a indústria econômica do Brasil nas seguintes classes de registro:

– Correspondência Geral posterior a 1906:

Séries Comercial (F.O. 368) e especialmente Política (F.O. 371). Existem índices detalhados por assunto que permitem identificar e localizar documentos específicos de interesse. A documentação referente ao Brasil corresponde ao número terminal 6.

– Impressos Confidenciais

Séries América, Sul e Central (F.O. 420) até 1941, América (F.O. 461) de 1942 a 1946 e Brasil (F.O. 467), 1947/51.

– Arquivos de Embaixadas e Consulados no Exterior

Séries Brasil (F.O. 128-131), 1808/1913 e 1932/42; Bahia (F.O. 268-272), 1812/1915; Pernambuco (F.O. 843), 1823, 1864/1912; Recife (F.O. 865), 1927, 1931; Porto Alegre (F.O. 587-589), 1868/1935; Rio de Janeiro (F.O. 743), 1815/1938, 1942; São Paulo (F.O. 867), 1919, 1932/36.

– Arquivos de Comissões

Séries Pleitos Britânicos e Brasileiros (F.O. 306) e Tráfico de Escravos – Sierra Leone (F.O. 315)

4.1.3 – Departamento de Comércio (Board of Trade)

Têm interesse as séries BT11 (Departamento Comercial: Correspondência e Papéis, 1866/1953: classificados por assunto e por país a partir de 1931), BT41 (Arquivos de firmas registradas, 1844/60), BT31 (Firmas liquidadas, 1856/1948), BT34 (Firmas liquidadas, Contas de liquidantes, 1890/1932) e BT60 (Departamento de Comércio Ultramarino: Correspondência e Papéis, 1918/45).

4.1.4 – Tesouro³⁵

A série T160 (Pastas Financeiras do Tesouro, 1890/1948), para a qual existe um índice detalhado por assunto, é a que concentra a do-

³⁵ A partir de meados da década de 1940, novas séries foram criadas na documentação do Tesouro: a série T236 (Divisão de Finanças de Ultramar) reúne documentação especialmente relevante para a história financeira do Brasil.

cumentação mais relevante do ponto de vista brasileiro. Papéis esparsos podem ser encontrados também nas coleções Niemeyer (T176) e Leith-Ross (T188).

4.2 — *Outros Arquivos em Londres*

Papéis de interesse estão depositados no Museu Britânico, Departamento de Manuscritos (entre outros, Coleção Sloane, século XVII; Manuscritos Adicionais, diversos;³⁶ Papéis originais e Correspondência da South Sea Company, 1711/1856; Papéis sobre a Guiana Britânica; Coleção Aberdeen, assuntos anglo-brasileiros, especialmente década de 1840), Arquivos Broadland — Registro Nacional de Arquivos (Coleção Palmerston, décadas de 1840 e 1850), no Museu Marítimo Nacional (diários de oficiais que serviram no Atlântico Sul), na Biblioteca do University College³⁷ (Coleção Brougham, meados do século XIX). Devem ser ainda mencionados os arquivos depositados no Arquivo da Casa dos Lordes: Diários das Casas do Parlamento, Minutas das Casas do Parlamento, Registro dos Debates Parlamentares, Registro de Comissões, Documentação Parlamentar (Sessional Papers ou Parliamentary Papers).³⁸

4.3 — *Arquivos fora de Londres*

4.3.1 — *Inglaterra*

Documentos de interesse, mas na maioria dos casos em número bastante limitado, podem ser encontrados na Biblioteca da Universidade de Cambridge (correspondência de C. B. Mansfield, 1852), em Magdalene College, Cambridge (descrição do Amazonas, cerca de 1670), em Melbourne Hall, Derby, Coleção do Marquês de Lothian (Coleção Coke, sobre o Norte do Brasil, século XVII), na Biblioteca do Município de Dagenham (Coleção Fanshaw, século XVII), em Cirencester Park, Ciren-

³⁶ Ver Walne (1973, pp. 69-77).

³⁷ Os arquivos de empresas estão listados em seção especial adiante.

³⁸ Existem diversos índices referentes a esta documentação. Ver Walne (1973, pp. 135-47). Em particular, no caso dos Parliamentary Papers, ver Walford (1971).

cester, Coleção do Conde de Bathurst (papéis sobre o início século XIX), em Hatfield House, Hatfield, Coleção do Marquês de Salisbury (documentos sobre o início do século XVII), Arquivo do Condado de Hereford (diário do tenente Pateshall, 1803/4), Arquivo de Hampshire (Coleção Blackford, correspondência de C. B. Mansfield, 1852/53), na Biblioteca da Universidade de Liverpool (Coleção Grenfell, papéis de J. P. Grenfell, que prestou serviços como oficial da Marinha Brasileira, 1630/1860), na Biblioteca Bodleiana (Coleção de Manuscritos de Clarendon, documentos da década de 1850; Coleção Clarendon, documentos do século XVII), na Biblioteca da Rhodes House (documentos sobre campanha contra a escravidão, Brasil, 1840/88) e na Biblioteca de Christ Church College (Coleção Salisbury, décadas de 1880 e 1890).

4.3.2 – *Escócia e Irlanda do Norte*

Na Escócia, além da documentação no Departamento de História Econômica da Universidade de Glasgow (correspondência comercial de J. Wylie, 1809/20), na Biblioteca Nacional (Coleções Watson e Cochrane) e no Registro Nacional de Arquivos (referência aos Manuscritos Sommeville, 1795), existe, no Arquivo Escocês, a Coleção Dundonald (papéis de T. Cochrane, comandante naval no Brasil na década de 1820), de grande interesse do ponto de vista da história da independência.

Na Irlanda do Norte existe um número limitado de documentos de interesse depositados no Arquivo Público (diários e correspondência, diversos, 1809/21).

4.4 – *Arquivos de Empresas*³⁹

Os seguintes arquivos de empresas podem conter material relevante:

4.4.1 – *Bancos*

- Conselho dos Detentores de Títulos Estrangeiros (Minutas do Conselho e de Comitês, Correspondência e Recortes de Jornais, a partir de 1868)⁴⁰

³⁹ Muitos destes arquivos estão depositados na Biblioteca do University College de Londres. Ver Walne (1973, pp. 286-8 e 442-93).

⁴⁰ Em 1974 o Conselho informava haver destruído a correspondência anterior a 1989 referente ao Brasil.

- Morgan Grenfell & Co. Ltd. (Merchant bankers), 1908/14
- Kleinwort, Benson Ltd. (Merchant bankers), 1866/1924
- Baring Brothers & Co. Ltd. (Merchant bankers), a partir de 1763
- N. M. Rothschild & Co. Ltd. (Merchant bankers)
- Bank of London & South America, 1922/35 (incorporando London and Brazilian Bank, 1868/1927; London and River Plate Bank, 1891/1930; British Bank of South America, 1886/1927)
- J. Henry Schröder Wagg & Co. Ltd., 1897/1930

4.4.2 — *Firmas de Engenharia*

- S. Pearson & Sony Ltd. (porto do Pará, 1906/08)
- Freeman, Fox & Partners (Southern São Paulo, 1912)

4.4.3 — *Exportação e Importação*

- Churchill & Sim Ltd. (exportação de madeira, 1812/14)
- F. S. Hampshire & Co. Ltd. (exportação de café, 1899/)
- Edward Johnston & Co. Ltd. (exportação de café, 1884/1904)
- Naumann Gepp & Co. Ltd. (exportação de café, 1897/)
- Norton Megaw & Co. Ltd. (importação de equipamento ferroviário, 1883/)
- Wilmot Papers (sobre John Moore & Co. Ltd., exportação e importação)
- Wilson, Sons. & Co. Ltd. (agente de navegação e empreiteiro, 1877/)

4.4.4 — *Seguros*

- Alliance Assurance Co. Ltd., 1825/
- Phoenix Assurance Co. Ltd. (dados estatísticos sobre suas atividades no Brasil)
- Royal Insurance Group (desde antes de 1914)
- Sun Insurance Office Ltd. (a partir da década de 1830)

4.4.5 – Desenvolvimento Urbano

- City of São Paulo Improvements and Freehold Land Co. Ltd. (1911/)

4.4.6 – Indústria

- Babcock & Wilcox Ltd. (caldeiras, livros de encomendas, 1884/)
- Vickers Ltd. (Armamentos e navios, 1867/)

4.4.7 – Alimentos

- Rio de Janeiro Flour Mills (1886/)

4.4.8 – Empresas de Serviços Públicos

- Manaus Harbour Ltd. (1901/)
- Manaus Tramways and Light Co. Ltd. (1909/50)

4.4.9 – Ferrovias

- State of Bahia South Western Railway Co. Ltd. (1912/)
- São Paulo (Brazilian) Railway Co. Ltd. (1859/1946)

4.4.10 – Comércio

- Clark & Co. (diário, 1841/54)

4.4.11 – Navegação

- Messrs. Alfred Booth & Co. (1863/)
- Rio de Janeiro Lighterage Co. Ltd. (1912/)
- Royal Mail Steam Packet Co. (1826/)

4.4.12 – Bolsa

- Departamento de Ações e Empréstimos, Bolsa de Valores de Londres (arquivo referente a empresas, 1698/)

4.4.13 – Comunicações

- Cable and Wireless Ltd. (incorporando a Western Telegraph Co.)

5 — REFERÊNCIAS

- ARCHIVO NACIONAL DE SUECIA. *Guia de fuentes para la historia de Ibero-América Escandinavia*. Estocolmo, 1968.
- DIRECCIÓN GENERAL DE ARCHIVOS Y BIBLIOTECAS. *Guia de fuentes para la historia de Ibero-América conservadas en España*. 2 volumes. Madri, 1966 e 1969.
- HARRISON, J. P. *Guide to materials on Latin America in the National Archives*. Washington, General Services Administration, The National Archives and Records Service, The National Archives, 1961.
- HAUSCHILD-THIESSEN, R., e BACHMANN, E. *Führer durch die quellen zur geschichte Lateinamerikas in der Bundesrepublik Deutschland*. Bremen, Veröffentlichungen aus dem Staatsarchiv der Freien Hansestadt Bremen, Band 38, Carl Schünemann Verlag, 1972.
- HIRST, M. *Fontes primárias americanas para o estudo das relações Brasil-EUA*. Mimeo. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1978.
- LIARGE, L., e BAERTEN, J. *Guide des sources de l'histoire d'Amérique Latine conservées en Belgique*. Bruxelas, Archives Générales du Royaume, 1967.
- LODOLINI, E. *Guida delle fonti per la storia dell'America Latina esistenti in Italia*. Vol. I. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Pubblicazioni degli Archivi di Stato LXXXVIII, 1976.
- MAIOR, P. S. Nos arquivos de Espanha. Relação dos manuscritos que interessam ao Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 81, 1918.
- MELLO NETO, J. A. G. *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.
- MELO, A. J. T. de. Subsídios existentes na Biblioteca Nacional para o estudo da questão de limites do Brasil com o Oiapoque. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 17, pp. 41-9, 1895.
- MELO NETO, J. C. *O arquivo das Índias e o Brasil. Documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*. Rio de Janeiro, 1966.

- MINISTERRAT DER DEUTSCHEN DEMOKRATISCHEN REPUBLIK. Ministerium des Innern. Staatliche Archiverwaltung. *Übersicht über quellen zur geschichte Lateinamerikas in Archiven der Deutschen Demokratischen Republik*. Potsdam, 1971.
- PÁSZTOR, L. *Guida delle fonti per la storia dell'America Latina negli archivi della Santa Sede e negli archivi ecclesiastici d'Italia*. Vaticano, Collectanea Archivi Vaticani 2, Archivio Vaticano, 1970.
- PUBLIC RECORD OFFICE. *The records of the Foreign Office, 1782-1939*. Public Record Office Handbooks n.º 13. Londres, HMSO, 1969.
- . *The Second World War. A guide to documents in the Public Record Office*. Public Record Office Handbooks n.º 15. Londres, HMSO, 1972.
- RODRIGUES, J. H. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2.^a ed.; São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1949.
- . *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. 2.^a ed.; Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.
- ROESSING, M. P. H. *Guide to the sources in the Netherlands for the history of Latin America*. Haia, General State Archives, Government Printing Office, 1968.
- SWANN, B., e TURNBULL, M. *Records of interest to social scientists 1919 to 1939. Introduction*. Public Record Office Handbooks n.º 14. Londres, HMSO, 1971.
- ULIBARRI, G. S., e HARRISON, J. P. *Guide to materials on Latin America in the National Archives of the United States*. Washington, National Archives and Records Service, General Services Administration, Government Printing Office, 1974.
- WALFORD, A. J. *British Parliamentary Papers on Central and South America. An introduction to the Central and South American set*. Irish University Press Area Studies. Blackrock, 1971.
- WALNE, P., ed. *A guide to manuscript sources for the history of Latin America and the Caribbean in the British Isles*. Londres, Oxford University Press in collaboration with the Institute of Latin American Studies, University of London, 1973.

LIVROS

Esta seção informa sobre livros de economia, editados nos últimos três anos, recém-adquiridos pelas bibliotecas do IPEA, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da FGV-Rio de Janeiro. As publicações apresentam-se agrupadas por assunto, segundo o sistema de classificação para livros do Journal of Economic Literature. A sigla abaixo de cada referência designa o local onde a obra se encontra disponível para consulta ou empréstimo. O sinal ● indica que consta uma súmula do trabalho em "Resumos Informativos".

Relação Classificada

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

SILVA, Raimundo Avelino e. *Estudo de problemas brasileiros campo econômico.* — Fortaleza : Imp. Oficial do Ceará, 1982. 208 p.
FGV LE 85-110

020 *Teoria Geral da Economia*

- BEGG, David K. H. *The rational expectations revolution in macroeconomics : theories and evidence.* — Baltimore : The Johns Hopkins University Press, 1982. 291 p. : gráf. Inclui bibliografia.
INPES; FGV LE 85-111

DORNBUSCH, Rudiger. *Macroeconomics* / Rudiger Dornbusch, Stanley Fischer. — 3. ed. — New York : McGraw-Hill, 1984. 723 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-112

- FISCHER, Stanley. *Economics* / Stanley Fischer, Rudiger Dornbusch. — New York : McGraw-Hill, 1983. 955 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-113

050 *Sistemas Económicos*

- JOBIM, Antonio Jaime Gama. *A macrodinâmica de Michal Kalecki* / Antonio Jaime Gama Jobim [prefácio de Júlio Gomes de Almeida]. — Rio de Janeiro : Graal, 1984. 123 p. — (Biblioteca de economia ; 10).
INPES LE 85-114

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*

- CARDOSO, Eliana A. *A economia brasileira ao alcance de todos*. — São Paulo : Brasiliense, 1985. 136 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-115
- RUIZ DUENAS, Jorge. *Sistema económico, planificación y empresa pública en México*. — Azcapotzalco : Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, 1982. 121 p.
FGV LE 85-116

130 *Flutuações, Projeções Econômicas e Inflação*

Ver também: 111

- RAMOS, Joseph. *Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur*. — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 193 p. : tab. gráf. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 38).
INPES LE 85-117
- RECESSÃO e desemprego nas regiões brasileiras / Gustavo Maia Gomes, Carlos Osório, José Ferreira Irmão ; consultores Jorge Jatobá, Maurício Costa Romão, Ricardo Infante. — Recife : Univ. Federal de Pernambuco, 1985. 108 p.
INPES LE 85-118

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos

CHOW, Gregory C. *Econometrics*. — New York : McGraw-Hill, 1983. xiii, 432 p.

FGV

LE 85-119

GREENBERG, Edward. *Advanced econometrics : a bridge to the literature* / Edward Greenberg, Charles E. Webster Jr. — New York : John Wiley & Sons, 1983. 344 p. — (Wiley series in probability and mathematical statistics).

INPES

LE 85-120

- TEIXEIRA, Joânilio Rodolpho. *Ideologia e construção de modelos econômicos : fundamentos para a política e programação do desenvolvimento econômico*. — Brasília, D.F. : ESAF, 1984. 248 p. : il.

INPES

LE 85-121

220 Estatísticas Sócio-Econômicas

Ver também: 171

- ENDO, Seiti Kaneko. *Pesquisa de orçamentos familiares no município de São Paulo* / Seiti Kaneko Endo, Heron Carlos Esvaldo do Carmo. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 131 p. : tab. — (Série relatórios de pesquisa ; 20). Inclui anexo e bibliografia.

INPES

LE 85-122

INDICADORES sociais do Nordeste, 1970-80 / SUDENE. — Recife, 1983. 603 p. : il.

CENDEC; FGV

LE 85-123

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

310 Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras

OLIVEIRA, Miguel Delmar Barbosa de. *Introdução ao mercado de ações*. — Belo Horizonte : Comissão Nacional de Bolsas de Valores, 1983. 294 p. : il.

FGV

LE 85-124

Ver também: 160

- LONGO, Carlos Alberto. *Em defesa de um imposto de renda abrangente*. — São Paulo : FIPE : Pioneira, 1984. 160 p. Bibliografia.
INPES; IPLAN LE 85-125

400 ECONOMIA INTERNACIONAL

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

- ESTRELLA VINTIMILLA, Pablo. *América Latina : las razones de la ira*. — Cuenca : Universidad de Cuenca, Instituto de Investigaciones Sociales, 1983. 332 p.
FGV LE 85-126

- LAFER, Celso. *Paradoxos e possibilidades : estudos sobre a ordem mundial e sobre a política exterior do Brasil num sistema internacional em transformação*. — Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982. 188 p.
FGV LE 85-127

- POLÍTICA comercial do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento Econômico. — Brasília, 1982. 104 p.
IPLAN LE 85-128

- WORLD economic interdependence and the evolving North-South / OCDE. — Paris, 1983. 83 p. : tab., gráf.
IPLAN LE 85-129

430 *Balanço de Pagamentos, Finanças Internacionais*

- ADJUSTMENT and financing in the developing world : the role of the International Monetary Fund / edited by Tony Killick. — Washington, D. C. : International Monetary Fund ; London : Overseas Development Institute, 1982. 232 p. Papers of a seminar jointly sponsored by the IMF and the ODI, held at Addington Palace, near Croydon, England, Oct. 1981.
INPES LE 85-130

BRASIL programa econômico : ajustamento interno e externo, ou carta de intenções e memorandum técnico de entendimento / Banco Central do Brasil. — Brasília, 1983. 77 p.

IPLAN

LE 85-131

KRAFT, Joseph. *The Mexican rescue*. — New York : Group of Thirty, 1984. 66 p.

INPES

LE 85-132

440 *Investimentos Internacionais e Ajuda Externa*

Ver também: 130

CHEVRON, Jean-Jacques. *Empresas multinacionales, formación profesional y desarrollo económico* / Jean-Jacques Chevron ... [et alii.] — Ginebra : OIT, 1983. iv, 162 p.

FGV

LE 85-133

OMAN, Charles. *New forms of international investment in developing countries*. — Paris : OECD, 1984. 139 p. : tab., gráf. — (OCDE. Development Centre Studies).

INPES

LE 85-134

500 ADMINISTRAÇÃO; FINANÇAS DAS EMPRESAS; COMERCIALIZAÇÃO; CONTABILIDADE

510 *Administração*

ARAÚJO, Luís Cesar Gonçalves de. *Organização e métodos : integrando comportamento, estrutura, estratégia e tecnologia*. — São Paulo : Atlas, 1983. 265 p. : il.

FGV

LE 85-135

MAYER, Raymond R. *Production and operations management*. — 4. ed. — New York : McGraw-Hill, 1982. xvii, 654 p. : il.

FGV

LE 85-136

SOUZA, Aldemir do Vale. *Apoio a microempresas : limites do possível : um estudo da expansão subordinada de pequenos negócios urbanos no Grande Recife* / Aldemir do Vale Souza e Tarcísio

Patrício de Araujo. — Recife : SUDENE : FUNDAJ, Ed.
Massangana, 1983. 250 p.

IBGE

LE 85-137

520 *Finanças e Investimentos das Empresas*

A VERDADE sobre o "caso Coroa-Bastel" / Banco Central do Brasil. — Brasília, 1984. 156 p.

INPES

LE 85-138

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

610 *Organização Industrial e Política do Governo*

Ver também: 116

ASPECTOS metodológicos para implantação do tróleibus em corredores urbanos / FINEP. — Rio de Janeiro, 1983. 393 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-139

CABIESES, H. *Industrialization and regional development in Peru* / H. Cabieses ... [et alii]. — Amsterdam : Cedla, 1982.

171 p.

FGV

LE 85-140

CORREDORES de exportação e abastecimento / Ministério dos Transportes. — Brasília, 1982.

IPLAN

LE 85-141

HOLANDA, Roberto Torres. *Descentralização industrial*. — Brasília : Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1983. 118 p. : il.

FGV

LE 85-142

RUIZ DUENAS, Jorge. *Eficacia y eficiencia de la empresa pública mexicana : análisis de una década*. — México : Trillas, 1982.

180 p.

FGV

LE-85-143

- TREBAT, Thomas J. *Brazil's state-owned enterprises : a case study of the state as entrepreneur.* — Cambridge : Cambridge Univ. Press, 1983. 294 p. : tab., gráf. — (Cambridge Latin American studies ; 45). Inclui bibliografia.
INPES LE 85-144

VELLINGA, M. *Industrialization and regional development in Colombia* / M. Vellinga, D. Kruijt. — Amsterdam : Cedla, 1983. 183 p. : il.
FGV LE 85-145

630 *Estudos Industriais*

A INDÚSTRIA de produtos alimentares, 1980/81 / Conselho de Desenvolvimento Industrial, Sistema Integrado de Informações Setoriais. — Brasília, 1983. 711 p. : tab., gráf. — (Análise dos setores industriais : estrutura, desempenho, problemas).
INPES LE 85-146

- TIGRE, Paulo Bastos. *Computadores brasileiros : indústria, tecnologia e dependência.* — Rio de Janeiro : Campus, 1984. 193 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-147

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

710 *Agricultura*

AGRONOMIC — economic research on soils of the tropics, 1980-1981 : technical report / edited by J. J. Nicholaides III, W. Couto, M. K. Wade. — Reileigh : North Carolina State University, Soil Science Department, 1983. 139 p.
INPES LE 85-148

- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe : fundamentos de uma economia dependente.* — Petrópolis : Vozes, 1984. 276 p. Inclui glossário e bibliografia.
IPLAN LE 85-149

BRAZILIAN agriculture and agricultural research / Brazilian Agricultural Research Corporation-EMBRAPA; edited by Levon Yeghianantz. — Brasília : Department of Diffusion of Technology, 1984. 307 p.

IBGE

LE 85-150

BROMLEY, Daniel W. *Improving irrigated agriculture : institutional reform and the small farmer.* — Washington, D. C. : The World Bank, 1982. 85 p.

IBGE

LE 85-151

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul, 1950-75.* — Porto Alegre : FEE, 1984. 114 p.

IBGE

LE 85-152

EWELL, Peter T. *Intensification of peasant agriculture in Yucatan.* — Ithaca : Cornell University, 1984. 233 p. : tab., gráf.
— (Cornell University. International agricultural economics study).

INPES

LE 85-153

- GARCÍA ELIZALDE, Pedro. *La agricultura campesina en sus relaciones con la industria* / Pedro García Elizalde, Gunther Klingerber. — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 120 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 33)

INPES

LE 85-154

- IRMÃO, José Ferreira. *Agricultural policy and capitalist development in Northeast Brazil.* — Recife : Univ. Federal de Pernambuco, 1984. 361 p. : tab., gráf. — (PIMES. Série estudos ; 7).
Thesis submitted in partial fulfillment of Ph.D requirements of the Univ. of London.

INPES; IPLAN

LE 85-155

PLANEJAMENTO da propriedade agrícola : modelos de decisão / Elisio Contini ... [et alii]. — Brasília : EMBRAPA, Departamento de Difusão de Tecnologia, 1984. 300 p. : il.

IBGE

LE 85-156

WERLEIGH, Georges E. *La agricultura campesina y el mercado de alimentos : el caso de Haity y el de la República Dominicana.* — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 255 p. : tab. — (Estudios y informes de la CEPAL ; 39).

INPES

LE 85-157

720 Recursos Naturais

FONTES alternativas de energia / Ministério das Minas e Energia, Secretaria de Tecnologia. — Brasília, 1983. 88 p.

IPLAN

LE 85-158

NATURAL environmental and land use in Northeast Brazil. — [Ibakari, Japan] : Centro de Estudos Latinoamericanos, The University of Tsukuba, 1984. 1. v.

IBGE

LE 85-159

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

820 Mercado de Trabalho, Política do Governo

Ver também: 118; 170

- PREALC, Santiago. *El efecto empleo de la inversión pública.* — Santiago, 1984. 89 p. : tab. — (Investigaciones sobre empleo ; 23).

INPES

LE 85-160

RECCHINI DE LATTES, Zulma L. *Dinámica de la fuerza de trabajo femenina en la Argentina.* — [Paris] : UNESCO, 1983. 109 p.

IBGE

LE 85-161

840 Demografia Económica

GROSS, Stephen C. *Long-range estimates of the financial status of the old-age, survivors, and disability insurance program, 1983.* — Washington, D. C. : U. S. Dept. of Health and Administration, Office of the Actuary, 1984. 97 p.

IBGE

LE 85-162

POPULAÇÃO de baixa renda : origens e aspirações / Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba, Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. — João Pessoa, 1983. 264 p. : il.

FGV

LE 85-163

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

Ver também : 162

EXPERTON, William. *Techniques de base pour l'analyse et la gestion financière de l'éducation*. — Paris : UNESCO, Division des Politiques et de la Planification de l'Éducation, 1983. iv, 114 p. : il.

FGV

LE 85-164

- POLÍTICA e financiamento do sistema de saúde brasileiro : uma perspectiva internacional / William Paul McGreevey... [*et alii*] ; Saúde para poucos ou para muitos : o dilema da zona rural e das pequenas localidades / Vitor Gomes Pinto. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, 1984. 214 p. — (IPEA/IPLAN. Série estudos para o planejamento ; 26). — A obra contém duas partes com títulos e autoria distintos.

INPES

LE 85-165

SAÚDE e produtividade. — Salvador : Fundação Emílio Odebrecht, 1984. 224 p. Prêmio Fundação Emílio Odebrecht 1983.

Conteúdo : 1. Pimenta, João de Deus [*et alii*]. Plano de saúde materno-infantil para a comunidade Açominas ; 2. Leite, Celso Barroso & Carvalho, Jairo Jesus M. A saúde na vida e na produtividade do brasileiro.

IPLAN

LE 85-166

DO SEBASTIANISMO aos "grassroots" : novas estruturas e formas de organização no Brasil / Organizador Claudio de Moura Castro. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, Centro Nacional de Recursos Humanos, setembro de 1983. 80 p.

INPES

LE 85-167

Ver também: 139

- FAVA, Vera Lucia. *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 203 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaaios econômicos ; 37). Originalmente apresentada como tese de doutorado ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP em 1984.

INPES

LE 85-168

NEVES, Edna Loureiro. *O município e a Constituição Federal : comentários*. — Belém : Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 1983. 142 p. — (Estudos e pesquisas ; 1).

IPLAN

LE 85-169

- VIEIRA, Cláudio Afonso. *Urbanização e custo de reprodução da força de trabalho*. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 175 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaaios econômicos ; 38). Originalmente apresentado como tese de doutorado ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP em 1983.

INPES

LE 85-170

940 *Economia Regional*

Ver também: 140; 145; 155

ALONSO, José Antonio Fialho. *Evolução das desigualdades inter-regionais da renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70*. — Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística, 1984. 160 p.

IBGE

LE 85-171

MATO GROSSO DO SUL : uma opção de investimento de baixo risco / Fundação Instituto de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. — Campo Grande, 1983. 1 v.

IPLAN

LE 85-172

PROPOSIÇÃO de política social para o Nordeste / SUDENE, Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-estrutura — Recife, 1983. 98 p.

IPLAN

LE 85-173

UM REEXAME da questão nordestina / Secretaria de Estudo do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação João Pinheiro. — Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1984. 91 p.

IBGE

LE 85-174

Resumos Informativos

Esta seção é redigida por Antonio de Lima Brito e a seleção e a revisão técnica a cargo da Editoria.

ADJUSTMENT and financing in the developing world : the role of the International Monetary Fund / edited by Tony Killick. — Washington, D. C. : International Monetary Fund ; London : Overseas Development Institute, 1982. 232 p. Papers of a seminar jointly sponsored by the IMF and the ODI, held at Addington Palace, near Croydon, England, Oct. 1981.

INPES

LE 85-130

Trata-se de coletânea de versões revisadas dos estudos apresentados originalmente no seminário organizado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Overseas Development Institute, em Croydon, Inglaterra, em outubro de 1981. Dividido em três partes, o volume apresenta, na primeira, um breve retrospecto factual do conteúdo do estudo como um todo, o qual se organiza através de tabelas-chave mostrando as várias dimensões dos desequilíbrios globais; a segunda faz um sumário geral dos estudos levados a debate; por último, a terceira examina, segundo a interpretação dos autores, algumas das principais questões surgidas a partir das discussões travadas. De acordo com o organizador, em nenhum momento a coletânea intenta fornecer um registro sistemático da ata do seminário, nem tam-

pouco os debates representam conclusões conjuntas dos participantes, os quais apresentam seus pontos de vista de forma ampla e sem qualquer interferência de outrem.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe : fundamentos de uma economia dependente*. — Petrópolis : Vozes, 1984. 276 p. Inclui glossário e bibliografia.

IPLAN

LE 85-149

O trabalho é resultado de pesquisa sobre aspectos da produção açucareira que definiu a vida econômica da Província de Sergipe no século XIX, época em que se afirma o seu ritmo de desenvolvimento. Segundo a autora, o período analisado — principalmente o dos anos compreendidos entre 1823, quando se efetivou a independência econômica do Estado, e 1890, época das reformulações propostas pela República — coincidiu com as transformações da força de trabalho disponível, recém-liberada da escravidão. Mostra como a definição do desenvolvimento sergipano naquele século torna o período bastante complexo, pois a par do crescimento demográfico e do sensível progresso técnico-cultural a Província passa a comunicar-se mais com regiões brasileiras e estrangeiras, mediante a fixação de sua atividade agrícola voltada para a exportação, principalmente no que diz respeito ao açúcar e ao algodão. Assim, ao longo de suas três partes, o estudo dá uma idéia nítida da economia sergipana: na primeira trata de assuntos gerais relativos à navegação, na segunda discorre sobre o comércio, incluindo produtos e mercados, e, por fim, na terceira propõe temas decorrentes das duas iniciais, já que foi através da navegação e do comércio que Sergipe pôde crescer graças à sua participação no setor exportador.

BEGG, David K. H. *The rational expectations revolution in macroeconomics : theories and evidence*. — Baltimore : The Johns Hopkins University Press, 1982. 291 p. : gráf. Inclui bibliografia.

INPES; FGV

LE 85-111

O autor centra sua análise na discussão de modelos macroeconômicos, à luz da revolução introduzida nesta questão pela teoria das Expectativas Racionais. Considera que os economistas empíricos, ao construírem mo-

delos econométricos de longo prazo, devem modelar a formação de expectativas como um processo ou regra de decisão, de forma que a estrutura econômica subjacente possa ser compreendida e testada, sem o que as avaliações de política econômica correm alto risco de induzir a erros. Discute, nos dois primeiros capítulos, as teorias adotadas antes que a hipótese de Expectativas Racionais se tornasse famosa. A maioria das teorias pós-keynesianas é vista como tentativa de responder ao desafio proposto por Keynes de elaboração de uma teoria explícita de revisão de expectativas, revendo em particular a hipótese de Adaptação de Expectativa, cuja importância e limitações são discutidas. No Capítulo 3 trata da Teoria das Expectativas Racionais no contexto de um modelo de "certeza perfeita" e depois de "previsão perfeita" antes de introduzir as dificuldades adicionais provenientes da admissão de "incerteza", concluindo por uma crítica da plausibilidade desta teoria como modelo de formação de expectativas reais. Discute, em seguida, a questão da identificação estatística e apresenta a crítica de Lucas (1976), a avaliação convencional da política econômica, apresentando alternativas das possibilidades de encontrar uma solução satisfatória para o dilema criado por esta crítica. Esta apresentação constitui a principal contribuição do autor à questão central da possibilidade da avaliação econométrica da política econômica. Este tema é tratado no Capítulo 4 de forma a prescindir de conhecimentos prévios do leitor sobre a teoria econométrica, sendo abordado com maior rigor no capítulo seguinte, ao estender a teoria econométrica convencional aos modelos de Expectativas Racionais. Os Capítulos 6 a 8 tratam das aplicações específicas desta teoria e destes novos modelos, na macroeconomia moderna, à política monetária e fiscal, à teoria do investimento e aos mercados de títulos. Por fim, o último capítulo apresenta as consequências preliminares da revolução de Expectativas Racionais na macroeconomia e sugere áreas para pesquisas futuras neste campo.

CARDOSO, Eliana A. *A economia brasileira ao alcance de todos*. —
São Paulo : Brasiliense, 1985. 136 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-115

A autora, que é Doutora em Economia pelo MIT e esteve ligada até recentemente às atividades de ensino e pesquisa em economia no Brasil e nos Estados Unidos, objetiva principalmente tornar compreensível a linguagem e os conceitos utilizados pelos economistas. Desmistifica a economia, nega ser a mesma um assunto reservado aos teóricos e procura

trazer ao leitor, leigo ou iniciante, um livro acessível, dando uma visão geral do crescimento econômico, da inflação, da distribuição de renda e do balanço de pagamentos do Brasil. O trabalho é ilustrado com várias estatísticas e comparações internacionais relevantes, sendo interessante para quem se deseja crítico e pensante frente ao complexo quadro de nossa economia. Assim, examina, inicialmente, o conceito de Produto Interno e discute os problemas do crescimento e da distribuição de renda e o comportamento dos salários. Trata, a seguir, da inflação e das controvérsias entre monetaristas e keynesianos, bem como examina o orçamento do Governo, os déficits e a dívida externa, e discute a política fiscal. Subseqüentemente, estuda a política monetária e sua relação com as taxas de juros e o mercado financeiro e, ao final, focaliza a política cambial, o balanço de pagamentos e a dívida externa. As estatísticas brasileiras, assim como as comparações internacionais relevantes, estão presentes ao longo de todo o volume.

ENDO, Seiti Kaneko. *Pesquisa de orçamentos familiares no município de São Paulo* / Seiti Kaneko Endo, Heron Carlos Esvael do Carmo. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 131 p. : tab. — (Série relatórios de pesquisa ; 20). Inclui anexo e bibliografia.

INPES

LE 85-122

Composto de duas partes, este relatório discorre, na primeira, sobre a importância de pesquisas de orçamentos familiares para a montagem e revisão de sistema de cálculo de índices de preços ao consumidor. Subdividida em três capítulos, esta parte faz inicialmente uma conceituação de índices de custo de vida, em seguida um detalhamento da metodologia — em complementação ao que foi apresentado ao IPEA em relatório anterior, encerrando-se com uma apresentação dos processos de crítica, imputação e processamento das informações coletadas. Na segunda parte, faz um relato das aplicações e dos principais resultados da pesquisa. Esta parte engloba dois capítulos, respectivamente o quarto e o quinto, além de um anexo. O quarto apresenta as definições da metodologia a ser utilizada na revisão do índice de preços ao consumidor no município de São Paulo, enquanto o quinto oferece uma discussão dos principais resultados das pesquisas, comparativamente aos resultados das pesquisas anteriores. Por fim, o anexo mostra a composição da cesta de consumo das unidades de consumo paulistanas, discorrendo sobre a marca, o tipo, o modelo e o local de compra.

FAVA, Vera Lucia. *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 203 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaio econômico ; 37). Originalmente apresentada como tese de doutorado ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP em 1984.

INPES

LE 85-168

Nesta sua tese de doutorado, a autora procura investigar possíveis deseconomias urbanas, associando pobreza e custo de vida com o tamanho da cidade. Mostra como a urbanização nas sociedades modernas não só é fruto do desenvolvimento, como contribui para o mesmo, já que aumenta a produtividade dos fatores de produção alocados no espaço urbano. Discute os aspectos da apropriação dos benefícios e custos monetários e não-monetários pelos diversos segmentos sociais e a elevação do custo de vida oriundo do aumento dos preços de bens e serviços (Capítulo 1). Analisa os gastos das famílias brasileiras, por classes de renda, a nível regional, com desdobramento rural, urbano e metropolitano (Capítulo 2). Verifica a importância dos diferenciais de preços na explicação das alterações devidas à influência da urbanização sobre o custo das cestas de consumo (Capítulo 3). Investiga se as remunerações oferecidas às famílias crescem com o tamanho da cidade, de forma a compensar os respectivos custos de vida mais elevados, razão por que procura avaliar a magnitude das famílias e pessoas com renda insuficiente para as necessidades básicas de consumo (Capítulo 4). Avalia a renda dos pobres, aliada ao custo de vida crescente com o tamanho da cidade, com implicações sérias sobre o estado nutricional e sobre a esperança de vida (Capítulo 5). Procura discernir as principais políticas de combate à pobreza realizada pelo Governo e pela sociedade brasileira (Capítulo 6), encerrando o trabalho com comentários sobre as principais conclusões da tese.

FISCHER, Stanley. *Economics* / Stanley Fischer, Rudiger Dornbusch. — New York : McGraw-Hill, 1983. 955 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-113

Trata-se de livro-texto para cursos introdutórios em Economia escrito por autores consagrados por suas contribuições teóricas nas áreas de macroeconomia, teoria monetária e economia internacional, e amplamente conhecidos pelo sucesso de seu livro-texto em macroeconomia, também

co-autorado. Com a estrutura clássica de um texto introdutório para Economia, o livro se encontra dividido em cinco partes, iniciando-se com uma introdução de caráter basicamente metodológico, tratando, subseqüentemente, de microeconomia, macroeconomia, economia internacional e, por fim, de algumas questões como economias subdesenvolvidas e distribuição de renda e sistemas econômicos comparados. A novidade do livro estaria, segundo os próprios autores, na noção de que a moderna análise econômica é mais interessante e mais prontamente aplicável aos problemas do mundo real do que os enfoques tradicionais sugerem. Trata-se, portanto, mais de uma questão de ênfase e estilo do que propriamente de conteúdo. A espinha dorsal do texto encontra-se nas partes que tratam de microeconomia e macroeconomia, sendo que no primeiro caso o ponto de partida é oferta e demanda, aprofundando-se a análise no sentido das curvas de custos, estruturas de mercado e mercados de fatores. No segundo caso, macroeconomia, o trabalho parte da contabilidade nacional para a análise de demanda agregada, política fiscal, moeda e bancos e política monetária. Mesmo aqui os autores procuram, sempre que possível, mesclar teoria, aplicações e discussões dos problemas de política econômica da atualidade. A ênfase na relevância da economia como um instrumento de entendimento dos problemas do mundo real aparece mais claramente, contudo, nos capítulos mais especificamente preocupados com aplicações e extensões da teoria micro e macroeconômica. Discute, assim, entre outros aspectos, regulamentos antitruste, capital humano e discriminação, sindicatos, papel do governo na alocação de recursos, economia urbana e os problemas das cidades e as incertezas econômicas.

GARCÍA ELIZALDE, Pedro. *La agricultura campesina en sus relaciones con la industria* / Pedro García Elizalde, Gunther Klingenberg. — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 120 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 33).

INPES

LE 85-154

O estudo busca analisar a organização e o funcionamento dos mercados de insumos tecnológicos e sua adequação, ou não, à demanda da agricultura familiar tradicional. Define, inicialmente, o que se entende por agricultura familiar, estuda sua dinâmica interna e os mecanismos através dos quais ela se relaciona com o restante da sociedade. Aborda os mercados de insumos tecnológicos da perspectiva de um modo específico de combinação dos fatores de produção, definindo também um quadro

tecnológico e estudando as variáveis que exercem influência sobre a tecnologia dentro de um estilo determinado de desenvolvimento. Assim, o trabalho apresenta, inicialmente, um quadro teórico de análise do mundo agrícola familiar, mostra os diferentes pontos de vista a respeito e faz um rápido estudo do atual estado do debate acerca da matéria. Discorre, em seguida, sobre a economia agrícola familiar, ressaltando seus aspectos qualitativos. Procura interpretar o estilo de desenvolvimento da região, situando a tecnologia em geral e a agropecuária em particular como resultantes do referido estilo e inserindo a supracitada economia na abordagem apresentada. Por fim, mostra as características dos mercados de insumos tecnológicos e analisa o grau de acesso que os camponeses têm a estes, adicionando, no caso de cada mercado, algumas recomendações de ação.

IRMÃO, José Ferreira. *Agricultural policy and capitalist development in Northeast Brazil*. — Recife : Univ. Federal de Pernambuco, 1984. 361 p. : tab., gráf. — (PIMES. Série estudos ; 7).
Thesis submitted in partial fulfillment of Ph.D requirements of the Univ. of London.

INPES; IPLAN

LE 85-155

O livro trata do processo de transição de uma economia predominantemente agrária a uma economia dominada por relações capitalistas de produção e relações voltadas para o mercado. O estudo refere-se especificamente às transformações ocorridas na economia agrícola do Sertão no Nordeste do Brasil, enfatizando o papel do Estado e as atividades dos diferentes tipos de capital. A análise das transformações relacionadas com as mudanças da estrutura agrária no uso da terra, na combinação de culturas e no processo de trabalho rural. O papel do Estado é analisado através de uma avaliação das políticas agrícolas do período posterior a 1970, caracterizado pela modernização e pela integração da agricultura da expansão capitalista da economia brasileira. A penetração capitalista na agricultura é pesquisada mediante a análise de diferentes formas de capital, especialmente o mercantil, o produtivo e o institucional financeiro. No estudo da transição agrária, dá-se ênfase especial à análise da diferenciação social do campesinato. Com este objetivo é desenvolvido um trabalho teórico visando classificar unidades de produção em diferentes classes econômicas com base nas relações de produção, tendo sido identificadas quatro classes econômicas: o semiproletariado, o camponês, o capitalista e o latifúndio. Uma análise da organização social da produção e do pro-

cesso de trabalho foi feita com base em uma pesquisa de campo onde se coletaram informações para mais de 2.000 propriedades. O resultado do estudo indica: a) um aumento da integração da agricultura na expansão capitalista da economia brasileira; b) diversas formas de transformação capitalista da agricultura; c) a existência de diferentes formas de diferenciação social e de relações de produção; e d) uma participação importante do Estado no processo de transição agrária.

JOBIM, Antonio Jaime Gama. *A macrodinâmica de Michal Kalecki* / Antonio Jaime Gama Jobim [prefácio de Júlio Gomes de Almeida]. — Rio de Janeiro : Graal, 1984. 123 p. — (Biblioteca de economia ; 10).

INPES

LE 85-114

O livro tem por objetivo o estudo da dinâmica das economias capitalistas modernas, destacando e discutindo os aspectos mais relevantes da obra de Michal Kalecki. Apresenta, no primeiro capítulo, a visão de Rosa Luxemburgo, Tugan-Baranovski e Marx, que originaram o pensamento de Kalecki, enfatizando as diferenças entre os agregados marxistas e kaleckianos, bem como as alterações de Kalecki para dinamizar os esquemas de reprodução de Marx. Desenvolve, no segundo capítulo, o princípio da demanda efetiva através dos esquemas de reprodução, comenta a teoria da distribuição de renda com o caráter oligopólico da economia e o poder dos sindicatos e trata do "modelo genérico", incluindo o déficit orçamentário, o saldo da balança comercial e a poupança dos trabalhadores como determinantes adicionais da demanda e dos lucros. Analisa o modo como a poupança dos trabalhadores poderia ter sido tratada por Kalecki e discute possibilidades e limites da redistribuição de renda via política tributária. Discute, no terceiro capítulo, o princípio da demanda efetiva em termos globais através de multiplicadores, estudando por este ângulo os efeitos de alterações na taxa de salários sobre o emprego e a produção, de onde surgem os limites da política salarial como forma de alterar a distribuição de renda. Destaca, no quarto capítulo, a teoria do investimento e do ciclo econômico, onde discute as condições de crescimento equilibrado, mostrando como para Kalecki o crescimento a longo prazo se encontra dissociado das causas que provocam as flutuações cíclicas. No último capítulo, Jobim apresenta suas considerações finais a respeito da importância do estudo de Kalecki para a macrodinâmica das economias capitalistas.

LONGO, Carlos Alberto. *Em defesa de um imposto de renda abrangente*. — São Paulo : FIPE : Pioneira, 1984. 160 p. Bibliografia.
INPES

LE 85-125

O livro em epígrafe é uma contribuição à reforma tributária que se impõe com relativa urgência no País e, como indica o título, trata exclusivamente do imposto de renda e, portanto, da questão de recursos a nível federal. Distribuído em sete capítulos e uma introdução em que é enfatizada a necessidade da reforma e a inadequação das atuais práticas de elevação da receita, começa com uma exaustiva discussão sobre o conceito de base tributária e suas alternativas, abordando a seguir os objetivos da reforma. A seguir, examina a questão da base legal do imposto de renda, fornecendo uma importante comparação internacional, com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Analisa a relação entre o IRPJ e o IRPF, concluindo pela necessidade de uma maior integração entre ambos, de modo a não se protegerem os ganhos de capital, como vem ocorrendo. O trabalho se encerra com um claro requerimento de uma reforma: "... o Governo Federal ... tributa, pesadamente, o rendimento do trabalho assalariado; aleatoriamente, o rendimento do capital, e exclui de sua base tanto o consumo financiado com rendimentos não tributados, como os ganhos reais auferidos em bens transferidos entre gerações." Completam o volume dois Apêndices: o primeiro com tabelas complementares e o segundo procurando medir a importância dos incentivos concedidos aos investimentos em relação ao custo do capital.

POLÍTICA e financiamento do sistema de saúde brasileiro : uma perspectiva internacional / William Paul McGreevey ... [*et alii*] ; Saúde para poucos ou para muitos : o dilema da zona rural e das pequenas localidades / Vitor Gomes Pinto. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, 1984. 214 p. — (IPEA/IPLAN. Série estudos para o planejamento ; 26). A obra contém duas partes com título e autoria distintos.

INPES

LE 85-165

Trata-se de um volume apresentando dois ensaios com enfoques diferentes para o serviço de assistência básica de saúde no Brasil. O primeiro trabalho analisa os gastos, confrontando-os com seus efeitos, e discute de que forma esses dispêndios são realizados. Focaliza, ainda, dois aspectos que

podem estar contribuindo para o aumento da despesa com saúde: a crescente participação estatal, principalmente no controle geral do sistema e nos custeios, estes realizados pelo INAMPS, que financia mais de 80% das internações, e a alta sofisticação tecnológica, com procedimentos terapêuticos como a cirurgia cardíaca, a diálise renal e a tomografia computadorizada, dentre outros. Para os autores, esses dispêndios crescentes não são, em princípio, perversos, a não ser que se desvirtuem e deixem de contribuir para melhorar o nível de saúde, seja porque se direcionem para prioridades equivocadas ou porque os serviços não atendam às aspirações mais prementes dos usuários. O segundo ensaio focaliza o dilema da zona rural e das localidades menores, totalizando uma população de 65 milhões de pessoas (Censo de 1980), que viu serem tentadas, sem sucesso, duas táticas objetivando a implantação de serviços de saúde: a interiorização da saúde no modelo previdenciário e a implantação de um programa de ações primárias de saúde a partir do nível central. De acordo com o autor, o trabalho busca conhecer e entender a situação vigente com relação a quatro fatores: a população e suas condições de trabalho e de vida, a oferta de serviços de saúde, os recursos alocados e o modelo do financiamento. Propõe, sobre este alicerce, um sistema de saúde para a zona rural, cidades de até 20 mil habitantes e vilas, incluindo desde o desenho da concepção geral que rege o modelo sugerido, até um elenco de medidas concretas acompanhado dos respectivos custos e da exposição das fontes de custeio possíveis ou viáveis.

PREALC, Santiago. *El efecto empleo de la inversión pública*. — Santiago, 1984. 89 p. : tab. — (Investigaciones sobre empleo ; 23).

INPES

LE 85-160

O estudo é fruto da preocupação do PREALC com o investimento público nos países da América Latina, já que o mesmo tem tido um papel fundamental na dinamização do processo de desenvolvimento e, particularmente, na geração de emprego produtivo. Assim, a finalidade é contribuir, a partir do ponto de vista da ocupação, com uma alocação eficiente dos recursos do Estado. Sob esta perspectiva, apresenta uma síntese dos aspectos metodológicos que o referido órgão vem desenvolvendo para avaliar o impacto dos projetos de investimento sobre o emprego junto com um grupo representativo de casos, nos quais foram utilizados procedimentos elaborados pelo PREALC e, por último, os principais resultados

que se derivam da consideração do conjunto de projetos analisados em diversos países da região. Estes resultados não são necessariamente generalizáveis, visto que provêm de situações particulares. Têm, no entanto, um valor ilustrativo para indicar magnitudes relativas do efeito sobre o nível de emprego dos diferentes tipos de projetos e as características específicas quanto à ocupação de mão-de-obra que tende a derivar-se destes.

RAMOS, Joseph. *Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur*. — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 193 p. : tab., gráf. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 38).

INPES

LE 85-117

O estudo analisa, através de um enfoque comparativo, as políticas monetaristas e neoliberais aplicadas no chamado Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) na década de 70, as quais, no entender do autor, se constituíram em um dos feitos mais importantes do período na América Latina. Mostra como tal estratégia deu bastante ênfase à iniciativa privada e ao funcionamento natural das forças de mercado como motores do crescimento, e como, dados os êxitos iniciais na redução do índice inflacionário e na aceleração do crescimento, surgiram esperanças de que ela poderia constituir-se em um modelo a ser seguido por outros países em vias de desenvolvimento. Explica de que maneira os sérios revezes ocorridos colocaram por terra essas esperanças e procura, de forma equilibrada, responder às interrogações sobre as razões do fracasso. As hipóteses vão desde uma evolução desfavorável da economia mundial a partir de 1980, às falhas intrínsecas do modelo neoliberal, ou ainda à possibilidade de serem essencialmente efêmeros os êxitos logrados para colocar tal modelo em prática, dando origem aos problemas que acabaram por impedir a materialização de um processo de crescimento contínuo e estável. Dividido em duas partes, o estudo descreve, de início (Capítulos 2 a 5), as experiências de cada um dos citados países, avaliando-as de forma comparativa em termos de seus principais resultados quanto ao crescimento, distribuição, inflação e equilíbrio externo. Em seguida (Capítulos 6 a 8), analisa e avalia a eficácia das políticas propriamente ditas de estabilização, abertura comercial externa e liberalização financeira. Por último (Capítulo 9), apresenta algumas reflexões acerca dos méritos relativos do mercado e da intervenção estatal no funcionamento das economias em desenvolvimento.

RECESSÃO e desemprego nas regiões brasileiras / Gustavo Maia Gomes, Carlos Osório, José Ferreira Irmão ; consultores Jorge Jabotá, Maurício Costa Romão, Ricardo Infante. — Recife : Univ. Federal de Pernambuco, 1985. 108 p.

INPES

LE 85-118

O trabalho avalia principalmente os impactos das políticas de estabilização postas em prática no País no período 1981/84 nas cinco macrorregiões brasileiras relativamente ao nível, à composição e à estrutura do emprego. Proporciona uma interpretação do caráter e das consequências das mencionadas políticas, das quais procura dar uma interpretação unificada de sua gênese, indo, por conseguinte, além de uma simples avaliação numérica dos seus efeitos sobre o emprego regional. Estruturado em quatro capítulos, o estudo trata, inicialmente, da política brasileira de estabilização e seus efeitos mais globais. Em seguida retoma a discussão, sumariando alguns efeitos regionais dessa política, observa os ajustamentos regionais dos mercados urbanos de trabalho, com base nas quatro principais fontes disponíveis: a RAIS, com painel fixo com dados dos anos iniciais da crise; o sistema SINE/MTb (Lei 4.923/65), com dados mensais do final do período em observação; a PNAD, cobrindo os anos de 1981 e 1983; e a PME, que focaliza os anos mais recentes. Finalmente, conclui fazendo uma síntese da evolução dos mercados regionais durante a crise e alinhando as principais relações entre as políticas de ajustamento e os fatos observados principalmente no terceiro capítulo, que focaliza os ajustamentos dos mercados urbanos de trabalho na crise de 1981/84.

TEIXEIRA, Joãnílio Rodolpho. *Ideologia e construção de modelos econômicos : fundamentos para a política e programação do desenvolvimento econômico*. — Brasília, D. F. : ESAF, 1984. 248 p. : il.

INPES

LE 85-121

O livro analisa os problemas metodológicos que estão na base da construção de modelos econômicos, salientando, de início, a importância do conhecimento de pontos essenciais e de limitações de várias escolas de pensamento econômico. Caracteriza os elementos ideológicos dos chamados *paradigmas dominantes*, a fim de discutir questões ligadas a percepções da realidade. Enfatiza a importância da utilização do instrumento matemático na construção de modelos de planejamento econômico, quando

destaca as raízes e o estilo lógico-matemático de alguns economistas influentes no final do Século XX, e considera algumas proposições relevantes do pensamento econômico de Marx, Keynes, Kalecki e Sraffa. Classifica modelos econômicos relevantes, com a utilização de critérios alternativos, analisando alguns dos fundamentos da programação econômica e temas associados ao planejamento econômico, tais como defasagens, crescimento desequilibrado, alocação física *versus* alocação financeira dos recursos. Por último, sugere algumas relações matemáticas entre modelos de inspiração marxista e keynesiana, tecendo comentários sobre as contribuições de Feldman, Mahalanobis e Kalecki.

TIGRE, Paulo Bastos. *Computadores brasileiros : indústria, tecnologia e dependência*. — Rio de Janeiro : Campus, 1984. 193 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-147

A meta principal do livro, que se divide em uma parte técnica e outra analítica, é explorar o processo de desenvolvimento da tecnologia eletrônica digital no Brasil e, em particular, examinar a conexão entre as estratégias tecnológicas e o comportamento competitivo das firmas. Assim, ao longo de 10 capítulos, o trabalho discute, inicialmente, o processo de concentração e internacionalização do capital e suas implicações para os países em desenvolvimento e apresenta políticas de empresas multinacionais em relação à propriedade e controle de subsidiárias no exterior. Em seguida, analisa as vantagens comparativas na geração de tecnologia e trata dos acordos de licenciamento com ênfase na atividade das EMN em relação à venda de tecnologia, além de rever recentes estudos sobre mecanismos de controle usados por fornecedores de tecnologia e suas implicações para decisões estratégicas nas empresas licenciadas. Apresenta o panorama da indústria — incluindo a definição dos equipamentos de processamento de dados, a avaliação do tamanho do mercado no Brasil e a política nacional de informática —, avalia o comportamento competitivo dos fabricantes brasileiros de equipamentos de processamento de dados e estuda as estratégias tecnológicas, inclusive pesquisa e desenvolvimento e licenciamento e utilização de componentes nacionais. Examina, também, as estratégias de entrada das EMN de computadores no Brasil, avalia a natureza e extensão das práticas de controle e *packaging* em acordos de licenciamento entre fabricantes de computadores nacionais e estran-

geiros e, no capítulo final, apresenta uma revisão com as principais conclusões do trabalho.

TREBAT, Thomas J. *Brazil's state-owned enterprises : a case study of the state as entrepreneur*. — Cambridge : Cambridge Univ. Press, 1983. 294 p. : tab., gráf. — (Cambridge Latin American studies ; 45). Inclui bibliografia.

INPES

LE 85-144

O trabalho em epígrafe consiste em um minucioso levantamento e em uma análise sistemática das origens e do funcionamento das empresas estatais brasileiras. Distribuído em nove capítulos (um introdutório e um com as conclusões), Trebat analisa: a) o papel econômico do Estado no Brasil; b) as origens das estatais; c) a importante questão do controle da empresa pública; d) a inter-relação do desempenho das estatais com o crescimento econômico da nação; e) as fontes do crescimento das estatais e a sua rentabilidade; f) as políticas de preços praticadas pelas estatais; e g) as fontes de financiamento do investimento dessas empresas. Trata-se de trabalho com farta documentação (cerca de 60 tabelas) em que emergem diversas conclusões sérias e importantes. Destas, poder-se-ia destacar: as estatais foram substitutas eficazes das empresas privadas em diversos setores industriais estratégicos; na sua ausência, o crescimento da economia brasileira teria sido menos intenso; e o último desempenho das estatais brasileiras é visivelmente superior ao das estatais de outros países em desenvolvimento. Completam o volume dois apêndices informativos sobre a natureza e a qualidade das informações utilizadas.

VIEIRA, Cláudio Afonso. *Urbanização e custo de reprodução da força de trabalho*. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 175 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaios Econômicos ; 38). Originalmente apresentado como tese de doutorado ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP em 1983.

INPES

LE 85-170

O texto tenta identificar os efeitos da urbanização sobre o custo de reprodução da força de trabalho, visando investigar, no Estado de São Paulo, o comportamento da taxa de salário pela categoria de mão-de-obra,

na medida em que varia o grau de urbanização. Reavalia as teorias dos salários segundo sua evolução histórica, partindo dos *Princípios*, de Ricardo. Em sequência, examina as concepções marxistas e neoclássicas sobre os determinantes dos salários, analisa as concepções de Keynes e Kalecki, enfatizando mais a posição deste último, e focaliza alguns aspectos contemporâneos sobre a relação salário/preço/lucro (Capítulo 2). A teoria da renda da terra agrícola é abordada, a seguir, já que as teorias atuais da renda fundiária, no contexto urbano, são construídas a partir da teoria ricardiana ou marxista da renda da terra agrícola (Capítulo 3). Os determinantes da renda do solo urbano são também examinados, tema que só aparece na literatura econômica ao longo dos anos 60 (Capítulo 4), retomando-se em seguida a problemática desenvolvida nos capítulos anteriores, sob o ponto de vista espacial, isto é, a determinação dos salários e da renda do solo urbano segundo o tamanho dos centros urbanos (Capítulo 5). Analisa ainda os resultados empíricos quanto às despesas familiares, os preços e salários e a urbanização na cidade de São Paulo (Capítulo 6), encerrando-se o volume com as conclusões reagrupadas em dois conjuntos, reunindo observações de caráter teórico e evidências empíricas no teste das hipóteses teóricas analisadas (Capítulo 7).

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Esta seção relaciona principalmente textos inéditos e edições de circulação dirigida considerados de difícil acesso. Divide-se em três partes: (i) "Publicações Seriadas", cobrindo cerca de 100 títulos normalmente registrados na Biblioteca do INPES; (ii) "Estudos e Pesquisas", focalizando não só contribuições da área acadêmica mas uma série de outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da articulação de políticas e da formulação do planejamento; e (iii) "Referência", divulgando obras que compilam informações de natureza numérica ou descritiva. A sigla abaixo das citações, nas duas últimas partes, indica a coleção à qual a mesma pertence.

Publicações Seriadas

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington, D. C.

World Bank. Development Research Department. Discussion paper.

BALASSA, Bela. *Adjusting to external shocks : the newly industrializing developing economies in 1974-76 and 1979-81.* — 1984. 34 p. : tab. n. 89.

BALASSA, Bela. *Comparative advantage in manufactured goods : a re-appraisal.* — 1984. 30 p. : tab., gráf. n. 90.

BALLASA, Bela. *The determinants of intra-industry specialization in United States trade.* — 1984. 22 p. : tab. n. 86.

BALASSA, Bela. *External shocks and adjustment policies in twelve less developed countries : 1974-76 and 1979-81.* — 1984. 32 p. : tab. n. 80.

BALASSA, Bela. *Intra-industry among exporters of manufactured goods.* — 1984. 24 p. : tab. n. 87.

BALASSA, Bela. *Intra-industry specialization : a multi-country perspective.* — 1984. 24 p. : tab., gráf. n. 82.

- BALLASSA, Bela. *The problem of the debt in developing countries*. — 1984. 39 p. : tab. n. 88.
- CORBO, Vittorio. *International prices, wages and inflation in the open economy : a Chilean model*. — 1983. 29 p. : gráf. n. 69.
- CORBO, Vittorio. *Measuring technical efficiency : a comparison of alternative methodologies with census data* / Vittorio Corbo, Jaime de Melo. — 1983. 41 p. : tab., gráf. n. 68.
- FINGER, J. Michael. *Ideas count, words inform*. — 1984. 32 p. : tab. n. 75.
- MELO, Jaime de. *Market structure and performance : the role of international factors in a trade liberalization* / Jaime de Melo, Shujiro Urata. — 1984. 34 p. + anexo : tab., gráf. n. 71.
- MELO, Jaime de. *Sources of growth and structural change in Korea and Taiwan : some comparisons*. — 1983. 33 p. : tab., gráf. n. 74.
- MITRA, Pradeep K. *Accounting for adjustment in selected semi-industrial countries*. — 1983. 118 p. : tab. n. 70.
- MOHAN, Rakesh. *The economic determinants of urbanisation : the regional pattern of urbanisation in India explained*. — 1984. 55 p. : tab. n. 78.
- ROBINSON, Sherman. *Yugoslav economic performance in the 1980s : alternative scenarios* / Sherman Robinson, Laura D. Tyson, Mathias Dewatripont. — 1984. 32 p. : tab. n. 72.
- WESTPHAL, Larry E. *Reflections on Korea's acquisition of technological capability* / Larry E. Westphal, Linsu Kim, Carl J. Dahlman. — 1984. 62 p. : tab. n. 77.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro.

Ensaio econômico da EPGE.

- BARBOSA, Fernando de Holanda. *Ensaio sobre inflação e indexação*. — 1984. pag. irreg. : tab. n. 43.
- EKERMANN, Raul José. *Salário real e inflação : teoria e ilustração empírica*. — 1984. 62 f. : tab. n. 39.

FARO, Clovis de. *Sobre o novo plano do BNH : "SIMC"*. — 1984. 30 f. : tab. n. 44.

FARO, Clovis de. *Taxas de juros efetivamente pagas por tomadores de empréstimos junto a bancos comerciais*. — n. 1984. 78 f. : tab., gráf. n. 40.

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto. *Processo de desinflação*. — 1984. 32 f. + anexo : gráf. n. 46.

MAGALHÃES, Uriel de. *Regulamentação e decisões de capital em bancos comerciais : revisão da literatura e um enfoque para o Brasil*. — 1984. 183 f. : tab. n. 41.

SILVEIRA, Antonio Maria da. *Indexação e ambiência geral de negócios*. — 1984. 124 f. n. 42.

THE HUNGARIAN ACADEMY OF SCIENCES. Institute for World Economics, Budapest.

Studies on developing countries.

KISS, Judit. *What kind of future for Africa? (lessons from an econometric world trade model for Africa)*. — 1984. 70 p. : tab. n. 113.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Pesquisas, Rio de Janeiro.

Textos para discussão interna.

ANDRADE, Thompson Almeida. *Política tarifária das empresas de saneamento : uma avaliação da progressividade dos preços*. — Fev. 1984. 24 p. : tab., gráf. n. 66.

CONTADOR, Cláudio Roberto. *A economia brasileira : uma interpretação econométrica*. — Mar. 1984. 99 p. : tab., gráf. n. 67. Versão 4.

CONTADOR, Cláudio Roberto. *Insumos modernos na agricultura brasileira* / Cláudio Roberto Contador, Léo da Rocha Ferreira. — Jan. 1984. 159 p. : tab., gráf. n. 65.

RESENDE, Marcelo de Moura Lara. *Comentários sobre o livro de William R. Cline, "International debt and the stability of the world economy"*. — Maio 1984. 23 p. n. 68.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. Centro Nacional de Recursos Humanos, Brasília, D. F.

CNRH. *Textos para discussão*.

CAMARGO, Lísio F. B. *Suavização do impacto dos cortes de dispêndios governamentais sobre o nível geral de emprego* / Lísio F. B. Camargo, Maurício Galinkin. — Jan. 1983. 14 p. : tab. n. 4.

MARQUES, Antonio Emílio. *Despesas federais com educação : a loteria sem perdedores*. — Jan. 1984. 24 p. : tab. n. 10.

MARTINE, George. *Crescimento e distribuição da população brasileira : tendências recentes* / George Martine, Lísio F. B. Camargo. — Mar. 1983. 51 p. : tab. n. 5.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT CENTER OF JAPAN, Tokyo.

IDCJ. *Working paper series*.

FABAYO, A. *Technology transfer and industrialization in the developing countries : some lessons from the Japanese experience in the textile sector* / A. Fabayo, L. G. Gatuguta. — 1984. 33 p. : tab. n. 29.

KASAI, Nobuyuki. *International competitiveness and the price factors of the Korean textile industry : a comparative analysis*. — 1984. 31 p. : tab., gráf. n. 27.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, Geneva.

World employment programme research. Working paper.

DAVIES, Omar. *Technology adaptation and employment in the bauxite/alumina industry of Jamaica.* — 1984. 128 p. : tab. n. 128.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, Rio de Janeiro.

PUC-RJ. Texto para discussão.

BACHA, Edmar Lisboa. *Latin America's debt : a reform proposal.* — 1984. 12 f. : tab. n. 74.

RESENDE, André Lara. *A moeda indexada : uma proposta para eliminar a inflação inercial.* — 1984. 14 f. n. 75.

WERNECK, Rogério Ladeira Furquim. *Uma análise do financiamento e dos investimentos das empresas estatais federais no Brasil, 1980-83.* — 1984. 35 f. : tab. n. 79.

LA TROBE UNIVERSITY, Melbourne.

Economics discussion papers.

HAZARI, Bharat R. *An analysis of capital under utilization in less developed countries : a trade theoretic approach* / Bharat R. Hazari, S. Bakalis. — 1984. 25 f. : gráf. n. 3/84.

KENNEDY, John. *The impact of Australian quotas on the Southern bluefin tuna fishery* / John Kennedy, Jim Watkins. — 1984. 35 p. : tab., gráf. n. 1/84.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo.

IPE/USP. Trabalho para discussão interna.

BONELLI, Regis. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos : O Brasil dos anos 70 aos anos 80* / Regis Bonelli, Pedro Sampaio Malan. — 1983. 76 f. : tab., gráf. n. 20/83.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Distribuição de renda entre segmentos sociais : o caso do município de São Paulo*. — 1984. 42 p. : tab. n. 14/84.

CAMARGO, José Marcio. *Indexação salarial no Brasil*. — 1983. 11 f. n. 10/83.

CAMPINO, Antonio Carlos Coelho. *Uma avaliação sobre o programa de alimentação do trabalhador* / Antonio Carlos Coelho Campino, Denise Cavallini Cyrillo, Maria Cristina Cacciamali. — 1983. 42 f. : tab. n. 21/83.

A COMPETITIVIDADE das importações brasileiras e os instrumentos de política comercial. — 1983. 94 f. : tab., gráf. n. 1/83.

LONGO, Carlos Alberto. *Imposto de renda abrangente ou medidas compensatórias?* — 1983. 42 f. : tab. n. 22/83.

MELO, Fernando Bento Homem de. *Instabilidade da renda e estabilização de preços agrícolas*. — 1983. 38 f. : tab. n. 23/83.

OLIVEIRA, João do Carmo. *Medida de transferência de renda do setor agrícola : Brasil 1950-1974*. — 1983. 26 f. : tab. n. 25/83.

RIZZIERI, Juarez A. B. *Análise do comportamento anticíclico da construção residencial*. — 1984. 47 p. : tab., gráf. n. 18/84.

SINGER, Paul Israel. *Projeto de pesquisa sobre o Brasil na economia mundial e a economia mundial no Brasil*. — 1983. 26 f. : tab. n. 6/83.

TIGRE, Paulo Bastos. *Computadores brasileiros : os desafios da crise*. — 1984. 13 p. : tab. n. 15/84.

VIEIRA, Cláudio A. *Urbanização e custo de reprodução da força de trabalho*. — 1983. 33 f. : anexo. n. 9/83.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife.

PIMES. *Texto para discussão*.

ROMÃO, Maurício Costa. *Ajustamento interno em uma economia heterogênea e seus efeitos sobre a distribuição de renda : o caso brasileiro*. — 1985. 32 p. : tab. n. 160.

UNIVERSITY OF WALES, Swansea.

Univ. College of Swansea. Centre for Development Studies. Monographs series.

AIREY, Tony. *Feeder roads and rural development in Africa : the case of Sierra Leone.* — 1984. 100 p. : tab., gráf. n. 19.

LARA, Claudio. *The internationalization of production multinational corporations and Brazil, 1964-1979.* — 1984. 70 p. : tab. n. 21.

MOUGEOT, Luc J. A. *Alternative migration targets and Brazilian Amazonia's closing frontiers.* — 1984. 29 p. : tab. n. 18.

RAJESWARI, A. R. *A quantitative analysis of the science and technology manpower, with special reference to India.* — 1984. 56 p. : tab. n. 20.

WILLIAMS COLLEGE, Williamstown.

Department of Economics. Research paper series.

FENOALTEA, Stefano. *The industrialization of Italy 1861-1913 : a progress report.* — 1984. 26 p. : gráf. n. 69.

YALE UNIVERSITY. Economic Growth Center, New Haven. .

Center paper.

EATON, Jonathan. *Country risk : economic aspects* / Jonathan Eaton, Mark Gersovitz. — 1983. n. 349. Separata de: HERRING, Richard J., ed. *Managing international risk.* Cambridge, Cambridge University Press, 1983. p. 75-108.

EATON, Jonathan. *Covered interest parity, uncovered interest parity and exchange rate dynamics* / Jonathan Eaton, Stephen J. Turnovsky. — 1983. n. 345. Separata de: *The Economic Journal*, Cambridge, 93 (371) :555-75, Sept. 1983.

- EATON, Jonathan. *A model of rationing and labor supply : theory and estimation* / Jonathan Eaton, Richard E. Quandt. — 1983. n. 348. Separata de: *Economica*, London, 50 (199) :221-33, Aug. 1983.
- REYNOLDS, Lloyd G. *The spread of economic growth to the Third World, 1850-1980*. — 1983. n. 344. Separata de: *Journal of Economic Literature*, Nashville, 21 (3) :941-80, Sept. 1983.
- WRIGHT, Brian D. *The economics of invention incentives : patents, prizes, and research contracts*. — 1983. n. 343. Separata de: *The American Economic Review*, Nashville, 73 (4) :691-707, Sept. 1983.

Estudos e Pesquisas

- ADMINISTRATIVE reform in Japan / Administrative Management Agency. — Tokyo : The Agency, 1982. 25 p. il. FGV
- ARIAS, Alfonso Rodrigues. *Criação e crescimento do emprego na base de informações provenientes de registros administrativos*. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1982. 27 f. : tab. INPES
- AVILA, Luis Gonçalves. *Desenvolvimento industrial e rendimento da terra : um estudo de caso (súmula)*. — Rio de Janeiro FGV, Escola de Pós-Graduação em Economia, 1982. 52 f. : il. FGV
- BALANÇO e disponibilidade interna de gêneros alimentícios de origem vegetal 1975 a 1980 / FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Divisão de Estatística e Econometria, Centro de Estudos Agrícolas. — Rio de Janeiro : IBRE/CEA, 1983. 72 p. FGV
- BEHRENS, Alfredo. *The potential energy impact of income redistribution and of rural-urban migrations in Brazil*. — Cambridge, 1983. pag. irreg. : tab. Tese (Ph.D) Univ. of Cambridge. INPES
- CASTRO, Claudio de Moura. *O ensino básico : necessidades, prioridades e dúvidas* / Claudio de Moura Castro, Divonzir Arthur Gusso. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1983. 27 p. IPLAN

- CASTRO, Claudio de Moura. *High technology in intermediate countries? The case of Brasil*. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1983. 52 p. INPES
- CASTRO, Claudio de Moura. *A mão invisível nos serviços de saúde : será que ela cura?* / Claudio de Moura Castro, Nilton Romeu, Solon Magalhães Vianna. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, Centro Nacional de Recursos Humanos, nov. 1982. 19 p. INPES
- CSIKÓS-NAGY, B. Rise of the price level and its factors in Hungary. — Separata de: *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (2) :161-77, 1983. INPES
- DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Implicações de uma abertura do comércio externo para a agricultura brasileira* / Guilherme Leite da Silva Dias, Ignez Lopes. — S. l. : s. n., 1983. 30 f. : tab., gráf. INPES
- DOI, Masayuki. *Analysis of strategies for urban transportation problems in developing countries*. — Tokyo : International Development Center of Japan, 1983. 30 p. : il. FGV
- DUTRA, Wilson. *Padrão de financiamento em empresas estatais* / Wilson Dutra, Vittoria C. Sales. — s. n., 128 f. + anexo. Versão preliminar. INPES
- LA ECONOMIA brasileira en 1983 : informe conjuntural / CEPAL (Santiago). — Brasília, 1983. Folheto. — (E/CEPAL/BRAS/R 11 Preliminar ; 2/83). IPLAN
- EDUCAÇÃO pré-escolar : programa nacional / Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, Subsecretaria de Educação Pré-Escolar. — Brasília : A Secretaria, 1982. 19 p. : il. FGV
- EVANS, John S. *The evolution of the Mexican tax system since 1970*. — Austin : Univ. of Texas at Austin, Institute of Latin American Studies, Office for Public Sector Studies, 1982. 23 p. FGV
- FAJARDO, Sebastião Carlos. *Uma análise das empresas públicas no Brasil, com ênfase na questão de controle*. — Rio de Janeiro : Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Mestrado em Administração Pública, 1982. 123 f. Tese (M). FGV

- FRITSCH, Winston. *Latin America's export growth imperative in the 1980s : can the United States help achieve it?* — Washington, D. C. : The Wilson Center, 1984. 30 p. tab. (The Wilson Center, Latin American Program. Working papers ; 156).
INPES
- FRITSCH, Winston. *Latin American exports and US new protectionism : a retrospect and an agenda for negotiations in the eighties.* — Rio de Janeiro PUC, Dep. de Economia, 1983. 25 f. tab. FGV
- GONÇALVES, Reinaldo. *Mercado interno e externo performance comparativa de empresas nacionais, privadas e multinacionais na indústria de transformação.* — Rio de Janeiro UFRJ, Inst. de Economia Industrial, 1983. 19 p. il. FGV
- HOFSTEDE, Geert H. *Culture and management development.* — Geneva ILO, Management Development Branch, Training Department, 1983. 57 p. il. FGV
- IGLESIAS, Enrique V. *Balance preliminar de la economía latinoamericana durante 1983.* — Santiago CEPAL, 1983. 30 p. : tab. Inclui anexo. INPES
- INTRODUÇÃO à indústria brasileira de celulose e papel / Conselho de Desenvolvimento Industrial. — Brasília, 1982. 23 f. IPLAN
- KANDIR, Antonio. *A instabilidade do mercado habitacional.* — São Paulo, 1983. 189 f. : tab., gráf. Tese (M) Univ. Estadual de Campinas. INPES
- KORNAI, János. *Equilibrium as a category of economics.* Separata de: *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (2) :145-59, 1983.
- KUH, Edwin. *Applications of linear analysis to econometric models.* — Cambridge, Mass. Massachusetts Institute of Technology, 1983. 38 p. : tab. INPES
- MAJOR, I. *Tensions in transportation and the development level of transport in some socialist countries.* — Separata de: *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (2) :221-40, 1983. INPES
- MARQUES, Evair A. *Custos sociais de diferentes experiências de atendimento a "meninos-de-rua" / Evair A. Marques ... [et alii].* —

- Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1983. 16 p. : tab. IPLAN
- MARTINE, George. *As transformações na estrutura de produção agrícola brasileira : determinantes, conseqüências e perspectivas.* — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1982. 29 p. : tab. INPES
- MERCADO brasileiro de celulose e papel / Conselho de Desenvolvimento Industrial. — Brasília, 1982. 224 f. : tab. INPES
- MÉREY, I. Hungarian export problems and the economic environment. — Separata de: *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (2) : 179-91, 1983. INPES
- MOURA, Alkimar R. *A abertura financeira externa : um breve relato da experiência brasileira.* — s. n. 13 f. : gráf. INPES
- NYILAS, A. Empirical research in Hungarian economics. — Separata de: *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (2) : 255-67, 1983. INPES
- PENA, Maria Valéria Junho. *Trabalho e trabalhadores : seu significado na constituição de uma consciência burguesa no Brasil.* — Rio de Janeiro : UFRJ, Inst. de Economia Industrial, 1982. 27 p. FGV
- PERDIGÃO, Luis Antônio. *Conglomerados financeiros : funções e desempenho da intermediação financeira no desenvolvimento do Brasil recente.* — Rio de Janeiro : FGV, Escola de Pós-Graduação em Economia, 1982. 119 f. : il. FGV
- PFALLER, Alfred. *Trade restrictions against low cost imports : what is at stake?* — Bonn : Friedrich Ebert Stiftung, 1983. 32 p. INPES
- PINTO, Antonio Carlos Figueiredo. *Efeitos da regulamentação econômica : o caso dos investidores institucionais.* — Rio de Janeiro, 1984. 127 f. : tab., gráf. Tese (D) Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. INPES
- PLANO de suprimento aos requisitos de energia elétrica até o ano 2000 / Eletrobrás. — Rio de Janeiro, 1982. pag. irreg. : tab. INPES
- PRODUÇÃO de etanol da madeira. — Brasília : COALBRA, 1983. 117 p. : il. — (Cadernos COALBRA ; 2). INPES

PROGRAMA para o desenvolvimento da eletrotermia no setor metalúrgico : relatório final / Tecnometal-Estudos e Projetos Industriais S. A. — Rio de Janeiro, 1983. 5 v. Título dos volumes: 1. Síntese. — 2. Uso da eletricidade como fonte de calor na indústria. — 3. Perfil energético atual das metalúrgicas selecionadas. — 4. Demanda futura de derivados de petróleo para aquecimento por metalurgia selecionada. — 5. Avaliação técnica e econômica do potencial da eletrotermia na substituição de tecnologias atuais de aquecimento à base de derivados de petróleo. INPES

PROJETO Asa Branca / Secretaria de Planejamento [de Pernambuco]. — Recife, 1982. 40 p. IPLAN

PROJETO de conservação e substituição de energia na indústria : relatório final / CEBRAE, Centro de Assistência Gerencial do Rio de Janeiro. — Rio de Janeiro, 1982. 80 p. IPLAN

REORIENTAÇÃO da assistência à saúde no âmbito da previdência social / Inst. Nacional de Assist. Médica da Previdência Social. — Brasília, 1983. 67 p. IPLAN

RESENDE, Marcelo de Moura Lara. *Resenha do livro de William R. Cline, "International debt and the stability of the world economy"*. — Rio de Janeiro : s. n., 1984. 16 f. Versão preliminar. INPES

SABOIA, João L. M. *A razão essencial e sua utilização como deflator do salário mínimo — 1940/1981*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Inst. de Economia Industrial, 1983. 24 p. FGV

SLÁMA, J. Gravity model and its estimations for international flows of engineering products, chemicals and patent applications. — Separata de: *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (2):241-53, 1983. INPES

SOUSA, Roberto de Melo e. *Energia na indústria de papel e celulose*. — Brasília : Conselho de Desenvolvimento Industrial, 1982. 26 f. : tab. INPES

SOUZA, Reinaldo Castro. *Informações sobre métodos de previsão*. — Rio de Janeiro : CONTAP, 1984. 24 f. : gráf. INPES

SUMARIO das capacitações do CTP/PROMON em planejamento energético/análise de energia / Promon Engenharia S. A. — Rio de Janeiro, 1982. pag. irreg. INPES

- VEGVARI, J. The role of the CMEA in Hungarian foreign trade. — Separata de: *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (2):203-19, 1983. INPES
- VEIT, Winfried. *The Shah-syndrome : political risk analysis and international crisis management*. — Bonn : Friedrich Ebert Stiftung, 1982. 30 p. INPES
- WERNECK, Rogério Ladeira Furquim. *Estrangulamento externo e investimento público*. — Rio de Janeiro : Pontifícia Universidade Católica, 1982. 10 f. INPES

Referência

- ANUÁRIO brasileiro de cerâmica, v. 4, 1982 / Assoc. Brasileira de Cerâmica. — São Paulo, 1983. 219 p. : il. INPES
- ANUÁRIO da indústria química brasileira, 1982 / Assoc. Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados. — São Paulo : ABIQUIM, 1983. 568 p. INPES
- ANUÁRIO estatístico, 1982 / Assoc. Brasileira de Papelão Ondulado. — São Paulo, 1983. 25 p. INPES
- ANUÁRIO estatístico, 1983 / Assoc. Brasileira de Papelão Ondulado. — São Paulo, 1984. 28 p. INPES
- ARRECAÇÃO dos tributos federais, v. 10, 1983 / Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais. — Brasília : CIEF, 1984. INPES
- CENSO comercial : Brasil, 397 p.; Amazonas, 221 p.; Maranhão, 265 p.; Paraíba, 285 p.; Pernambuco, 307 p.; Sergipe, 239 p.; Minas Gerais, 609 p.; São Paulo, 627 p.; Paraná, 421 p.; Santa Catarina, 339 p.; Rio Grande do Sul, 405 p.; Distrito Federal, 199 p. / Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas conforme indica o subtítulo das partes. INPES

- CENSO dos serviços** : Brasil, 171 p.; Rondônia, 98 p.; Roraima-Amapá, 189 p.; Piauí, 132 p.; Ceará, 148 p.; Pernambuco, 160 p.; Alagoas, 128 p.; Sergipe, 120 p.; Bahia, 220 p.; Minas Gerais, 368 p.; Espírito Santo, 118 p.; Rio de Janeiro, 126 p.; São Paulo, 336 p.; Paraná, 216 p.; Santa Catarina, 176 p.; Rio Grande do Sul, 198 p.; Mato Grosso do Sul, 117 p.; Mato Grosso, 118 p.; Goiás, 180 p. / Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas conforme indica o subtítulo das partes. INPES
- CENSO industrial** : produção física, Brasil / Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. 612 p. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). v. 3, t. 2, pt. 2. INPES
- CONSUMO energético nos edifícios** / Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil. — Rio de Janeiro, 1984. 115 p. : tab., gráf. INPES; IPLAN
- DEVINDEX 1983** : index to selected literature on economic and social development / International Development Research Centre. — Ottawa : IDRC, 1984. 224 p. INPES
- ESTADO DA BAHIA** : povoados com mais de 50 domicílios / Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Centro de Estatísticas e Informações. — Salvador, 1983. 235 p. IPLAN
- MANUAL de normas aduaneiras compiladas** / Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Sistema de Informações Jurídico-Tributárias. — Brasília : Coordenação do Sistema de Tributação, 1982. 2 v. FGV
- PESQUISA nacional por amostra de domicílio** : Brasil e grandes regiões, v. 7, t. 21, 1983 / Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984 INPES
- RELATÓRIO de atividades, 1983** / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. — Rio de Janeiro, 1984. 64 p. INPES
- RELATÓRIO de atividades, v. 10, 1983** / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília : CNPq, 1984. INPES
- RELATÓRIO do Banco Central do Brasil, 1983** / Banco Central do Brasil. — Brasília, 1984. 135 p. : tab., gráf. INPES

- SILVA, Alival José Vieira da. *Glossário de expressões e termos fazendeiros* / Alival José Vieira da Silva, Ana Benvinda Teixeira Lage, Roberval Santos. — Salvador : Escola de Administração Fazendeira, 1983. nv. FGV
- TROLL bibliography & capabilities summaries / Massachusetts Institute of Technology. — Cambridge, Mass., 1984. 17 p. INPES
- TROLL experimental programs / Massachusetts Institute of Technology. — Cambridge, Mass., 1974-83. 5 v. INPES
- TROLL primer / Massachusetts Institute of Technology. — Cambridge, Mass., 1982. pag. irreg. INPES
- TROLL program : LIMO (linear model analysis) / Massachusetts Institute of Technology. — Cambridge, Mass., 1983. pag. irreg. INPES
- TROLL program : OLS (ordinary least squares) / Massachusetts Institute of Technology. — Cambridge, Mass., 1982. pag. irreg. INPES
- TROLL reference manual. — 3. ed. rev. aum. — Cambridge, Mass., 1983. 6 v. Títulos dos volumes: 1. Introduction and global indexes; — 2. Input/output; — 3. Utilities; — 4. Regression, simulation, and time-series analysis; — 5. Interactive statistics, exploratory data analysis, and data handling and transformation; — 6. Programming tools. INPES
- TROLL user's guide / Massachusetts Institute of Technology. — Cambridge, Mass., 1984. pag. irreg. INPES

PESQUISAS ECONÔMICAS *

Esta seção divulga as informações obtidas numa enquête informal, realizada a intervalos bienais, sobre pesquisas econômicas concluídas e em andamento nas instituições acadêmicas brasileiras, em especial as vinculadas à ANPEC, com o objetivo de contribuir para aumentar o intercâmbio entre economistas de interesses afins, nos diversos pontos do País. Aos profissionais da área interessados em divulgar seus trabalhos, pedimos que escrevam para Literatura Econômica — Cadastro de Pesquisas — CP 2.672, 20.001 — Rio de Janeiro, RJ. Esta seção é organizada por Fernanda Machado Pinto, cabendo a coleta de dados a Gilberto V. de Carvalho.

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto **

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa (EPGE/FGV). The U. S. graduate training in agricultural economics : the perspective of a former foreign student. — *Am J. of Agric. Econ.*, 65 (5) 83. 471

MALAN, Pedro S. (PUC-RJ; INPES/IPEA). Lições de história. — *R. Bras. de Política Internacional*, v. 25, 1982. 472

* Neste número, *Literatura Econômica* prossegue na divulgação do levantamento concernente ao biênio 1982/83, concluído no terceiro trimestre de 1984. Os trabalhos estão agrupados por assunto — segundo o sistema de classificação para livros utilizado pelo *Journal of Economic Literature* — e ordenados alfabeticamente por autor. As siglas entre parênteses, logo após o nome dos autores, indicam as instituições onde os mesmos estão vinculados. Uma listagem decodificada dessas siglas encontra-se no final da seção. Os resumos que porventura aparecem foram redigidos pelos próprios autores.

** As referências bibliográficas foram copiadas das fichas de coleta, completando-se os dados quando necessário e possível.

———. Ora, direis, ouvir liberais / co-autor: Heitor Pinto de Moura Filho. — *Ciência Hoje*, 1 (2) 82. 473

ROMÃO, Maurício (PIMES/UFPE). *A propósito da aula magna sobre "Teoria e prática do capital" do Prof. Octavio Gouvêa de Bulhões* / co-autor: Jocildo F. Bezerra. — Recife Dept. de Economia da UFPE, 1983. — (PIMES. Textos para discussão 145). 474

020 Teoria Geral da Economia

BARBOSA, Fernando de Holanda (EPGE/FGV). *Microeconomia : teoria, modelos econométricos e aplicação à economia brasileira*. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1984. 475

CRUSIUS, Carlos Augusto (IEPE/UFRGS). *Economia* / co-autores: Yeda R. Crusius, Paul Wonnacott e Ronald Wonnacott. — São Paulo McGraw-Hill, 1982. 680 p. 476

CRUSIUS, Yeda Rorato (IEPE/UFRGS). *Economia* / co-autores: Carlos Augusto Crusius, Paul Wonnacott e Ronald Wonnacott. — São Paulo: McGraw-Hill, 1982. 680 p. 477

———. *Elementos de economia* / co-autores: Carlos A. Crusius, Ronald Wonnacott e Paul Wonnacott. — Concluída em dezembro de 1983. 478

Resumo: Revisão do texto "Economia" dos mesmos autores para edição a nível mais elementar em 1984.

Ver também: 474

030 História do Pensamento Económico

CRUSIUS, Carlos Augusto (IEPE/UFRGS). *As dimensões do provável e do incerto em J. M. Keynes*. — Porto Alegre UFRGS, IEPE, 1983. — (Semana Marx-Keynes. Texto ; 7). 479

GALVAN, Cesare Giuseppe (CME/UFPB). *Progresso técnico e taxa de lucro : algumas questões sobre o método de Marx*. — João Pessoa : UFPB, CCSA-Mestrado em Economia, 1983. — (Textos para discussão ; 17). 480

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto (EPGE/FGV). Prêmio Nobel de Economia 1976 : Milton Friedman. — *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 5 (2) :159-84, 1983. 481

SILVEIRA, Antonio Maria da (EPGE/FGV). Simon e o satisfazimento. — *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 5 (5) 83. 482

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

110 *Crescimento Econômico; Desenvolvimento; Teoria e Política de Planejamento*

BUARQUE, Cristovam (ECO/UnB). *Hacia una política de tecnología de la Banca de Desarrollo* / co-autor: Sergio C. Buarque. — Lima : Assoc. Latinoamericana de Inst. de Desarrollo, 1983. 483

120 *Estudos de desenvolvimento econômico*

BRANCO, Roberto da Cunha Castello (EPGE/FGV). Accelerated growth and the labor market : the Brazilian experience. — In: *Brazilian Economic Studies*. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, n. 6, 1982. p. 81-116. 484

———. A política econômica e a capitalização das empresas. — *R. Bras. Merc. Cap.*, Rio de Janeiro, 9 (25) jan./mar. 1983. 485

CRUSIUS, Yeda Rorato (IEPE/UFRGS). *Diagnóstico sócio-econômico da Bacia do Rio Gravataí* / co-autora: Nali de Jesus de Souza. — Término previsto: não especificado. 486

Resumo: análise sócio-econômica da região abrangida pela Bacia do Rio Gravataí — RS, visando fornecer subsídios ao DNOS para implantação de estruturas hídricas (contra cheias). Relatório de pesquisa.

———. A evolução da economia do Rio Grande do Sul face à economia brasileira / co-autores: Carlos Reinaldo M. Ribeiro *et al.* — In: *Autonomia ou submissão?* — Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1983. p. 72-84. 487

- BARACHO, Maria Amarante Pastor (FJP). Notas sobre subsídios governamentais e inflação no Brasil. — *R. Análise e Conjuntura*, 13 (5/6) maio/jun. 1983. 488
- BARBOSA, Fernando de Holanda (EPGE/FGV). Os choques de oferta e as políticas monetária e fiscal na inflação brasileira. — In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMETRIA (5. : Belém : 1983). *Anais* ... 489
- . *Domestic and international sources of Brazilian inflation, 1947-80*. Trabalho apresentado no 7. Congresso da International Economic Association, Madrid, 1983. 490
- . *Ensaio sobre inflação e indexação*. — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 43). — Parte deste trabalho foi apresentada no 5. Congresso Latino-Americano de Econometria, Colômbia, 1984, com o título "Indexação : teoria e a experiência brasileira". 491
- . *Indexação e realimentação inflacionária*. — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 47). 492
- . *A inflação brasileira no pós-guerra : monetarismo versus estruturalismo*. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1983. 231 p. : tab., gráf. — (IPEA. INPES. Séries PNPE ; 8). 493
- . Inflação, taxa de juros e o fenômeno da ultrapassagem. — *Est. Econ.*, São Paulo, jan./mar. 1982. 494
- . Política de redução do reajuste salarial e perda no poder de compra dos salários : uma nota / co-autor: Clovis de Faro. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 14 (1) 84. 495
- BRANCO, Roberto da Cunha Castello (EPGE/FGV). *Programa de emergência para a economia brasileira* / co-autor: Paulo Guedes. — Concluído em maio de 1983. 496
- Resumo: análise das causas da crise econômica brasileira e sugestões para um programa de estabilização.
- CONTADOR, Cláudio R. (COPPEAD/UFRJ). Barômetros da recessão e da reativação. — *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 36, abr. 1982. 497

CONÇALVES, Antonio Carlos Porto (EPGE/FGV). *Desinflação e recessão : um estudo de "trade-off"*. — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 46). 498

Ver também: 576; 577; 579

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos

ANJOS, José Antonio Lopes dos (FCPERJ). *Economia de escalas : metodologia de avaliação aplicada ao setor açucareiro*. — Rio de Janeiro, 1984. 135 p. — Tese (M.Sc.) COPPE, UFRJ, aprovada em jan. 1984. Orientador: Cesar das Neves. 499

BARBOSA, Fernando de Holanda (EPGE/FGV). *Uma análise estatística das causas da emissão do cheque sem fundo : formulação de um projeto piloto* / co-autores: Clovis de Faro, Aloisio Araujo. — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 54). 500

———. *Modelos de equações simultâneas*. — Rio de Janeiro : EPGE, 1983. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 37). 501

BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa (EPGE/FGV). *Álgebra linear : notas de aulas*. — Rio de Janeiro : EPGE, 1982. Mimeografado. 502

———. *Análise matemática : um texto para economistas*. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1982. 557 p. il. — (IPEA, INPES. Série PNPE ; 3). 503

CRUSIUS, Carlos Augusto (IEPE/UFRGS). *Estatística aplicada à economia e administração* / autor: Leonard Kazmier ; tradutor: Carlos Augusto Crusius. — São Paulo : McGraw-Hill, 1982. 504

———. *Introdução à história das probabilidades*. — In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMETRIA DA REGIÃO SUL (1. : Porto Alegre : set. 1982). *Anais ...* Porto Alegre : IEPE, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1982. 505

———. *Origens da estatística : elementos para estudos*. — In: ENCONTRO DE DOCENTES DE ESTATÍSTICA DA REGIÃO

SUL (1. Porto Alegre jul. 1982). *Anais ...* Porto Alegre : Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.

506

FARO, Clovis de (EPGE/FGV). *Uma análise estatística das causas da emissão do cheque sem fundo : formulação de um projeto piloto* / co-autores: Fernando de Holanda Barbosa, Aloisio Araujo. — Rio de Janeiro EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 54).

507

———. Closed-form expressions for the approximate evaluation of interest rates extensions to the geometric sequence of payment case. *The Engineering Economist*, Atlanta, 27 (1) :80-9, 1981.

508

A eficiência marginal do capital como critério de avaliação econômica de projetos de investimento. — Rio de Janeiro : EPGE, 1983. (Ensaio Econômico da EPGE 38). No prelo em co-edição IPEA e IBMEC.

509

Resumo: monografia patrocinada pelo PNPE, contendo uma revisão crítica, consolidação e extensão dos principais teoremas relativos a condições da suficiência da unicidade da eficiência marginal.

———. Optimierung von Finanzierung und Abschreibungsmethode in Hausbau / colaborador: Helmut Felzmann. *OR Spektrum*, 3 (4) :105-12, 1982.

510

ROMÃO, Maurício (PIMES/UFPE). *Household size and Engel curves basic analysis for beginners.* — Recife Dept. de Economia da UFPE, 1983. — (PIMES. Textos para discussão ; 138).

511

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

310 Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras

FARO, Clovis de (EPGE/FGV). *Taxas de juros efetivamente pagas por tomadores de empréstimos junto a bancos comerciais.* — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 40).

512

LERDA, Juan Carlos (ECO/UnB). *Poupança, intermediação financeira e investimento : o papel do governo* / co-autor: Joaquim Pinto de Andrade. — Término: data não especificada.

513

MAGALHÃES, Uriel de (EPGE/FGV). *Regulamentação e decisões de capital em bancos comerciais : uma revisão da literatura e um enfoque para o Brasil*. — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 41). 514

———. *Regulamentação no mercado de capitais : uma análise econômica* / co-autor: José L. Carvalho. — Concluído em 1983. — Relatório de pesquisa para o IBMEC. 515

SABOIA, João Luiz Maurity (IEI/UFRJ). *As causas da difusão da posse dos bens de consumo duráveis no Brasil*. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1983. 141 p. — (PNPE. Série Fac-Símile ; 4). 516

SILVEIRA, Antonio Maria da (EPGE/FGV). *Estudos sobre moeda e taxas de juros no Brasil*. — Rio de Janeiro : Ed. Multiplic II, 1982. p. 1-23. — Uma colaboração para a EPGE II. 517

———. A indeterminação de Morgenstern. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 38 (4) 84. 518

———. *Modelos de moeda e redistribuição de renda*. — Rio de Janeiro : Ed. Multiplic II, 1982. p. 1-86. — Uma colaboração para a EPGE II.

Ver também: 496

320 *Finanças Públicas Internas e Política Fiscal do Brasil*

BRANCO, Roberto da Cunha Castello (EPGE/FGV). *Mudanças no compulsório e o déficit público*. — *R. Bras. Merc. Cap.*, Rio de Janeiro, 9 (29) set./dez. 1982. 520

MOUTINHO, Lucia Maria de Goes (PUC-PE). *Multiplicadores de emprego dos gastos públicos* / co-autor: João Rogério Sanson. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (11. : Belém : 1983). *Anais ...* p. 839-52. Também editado pela UFPE, Pimes na série *PIMES. Textos para discussão*, n. 147. 521

Ver também: 604

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

BRANCO, Roberto da Cunha Castello (EPGE/FGV). *Exportação de serviços /* co-autores: Roberto Fendt Jr. *et alii.* — Rio de Janeiro : FINEP, s. d. 522

BUARQUE, Cristovam (ECO/UnB). *A cooperação Sul-Sul.* — Brasília : Univ. de Brasília, 1982. 43 p. — (Textos para discussão ; 89). Também divulgado por R. Pernamb. de Desenv., Recife, 10 (1):23-59, jan./jun. 1983. 523

Ver também: 541; 543

430 *Balanço de Pagamentos, Finanças Internacionais*

BRANCO, Roberto da Cunha Castello (EPGE/FGV). *Opportunities for export growth in Latin America.* — Concluído em novembro de 1982. 524

Resumo: análise do comércio exterior da América Latina; impacto da crise financeira internacional; importância de créditos comerciais; perspectivas.

CRUSIUS, Yeda Rorato (IEPE/UFRGS). Dívida externa brasileira : elementos para discussão. — *Análise Econômica*, Porto Alegre, 1 (1):23-54, mar. 1983. 525

STUKART, Gregório Forell Lowe (EPGE/FGV). *O subsídio creditício às exportações : seus efeitos e incentivos que o substituem.* — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 45). 526

440 *Investimentos Internacionais e Ajuda Externa*

ARAÚJO Jr., José Tavares de (IEI/UFRJ). *Changing international investment strategies : the "new forms" of foreign investments in Brazil /* em colaboração com Eduardo A. Guimarães e Pedro S. Malan. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1982. — (IPEA, INPES. Texto para discussão interna ; 45). 527

500 ADMINISTRAÇÃO; FINANÇAS DAS EMPRESAS; COMERCIALIZAÇÃO; CONTABILIDADE

520 *Finanças e Investimentos das Empresas*

FARO, Clovis de (EPGE/FGV). Análise econômica e financeira do crédito educativo / co-autor: Alberto de Mello e Souza. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (4) :371-401, out./dez. 1982. 528

———. Determinação da taxa de rentabilidade de letras de câmbio. — *R. Bras. Merc. Cap.*, Rio de Janeiro, 36 (4) :191-99, out./dez. 1982. 529

———. Determinação numérica da taxa interna de retorno : confronto entre os algoritmos de Boulding e de Wild. — Rio de Janeiro : EPGE, 1983. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 36). Publicado também pela *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 37 (3) :279-312, jul./set. 1983. 530

———. On implementing the Sturm-Kaplan procedure for counting internal rates of return. — *The Engineering Economist*, Atlanta, 28 (4) :322-25, 1983. 531

———. Influência do comportamento da inflação na previsão da taxa real de rentabilidade de investimento. — *Carta Andina*, Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, n. 33, 1983. 532

———. Limites superiores para a taxa de rentabilidade de um empreendimento. — *R. Bras. Merc. Cap.*, Rio de Janeiro, 8 (23) :157-9, maio/ago. 1982 533

———. *Matemática financeira*. — 9. ed. — São Paulo : Atlas, 1982. 447 p. 534

———. Taxa efetiva real de aplicações em ORTNs. — *R. de Administração*, São Paulo, 18 (1) :9-11, jan./mar. 1983. 535

FARO, Clovis de (EPGE/FGV). O teorema de Vincent e o problema da multiplicidade de taxas internas de retorno. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 37 (1) :55-76, jan./mar. 1983. 536

Ver também: 485

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

610 *Organização Industrial e Política do Governo*

COSTA, Achyles Barcelos da (IEPE/UFRGS). *Índices de concentração para a indústria gaúcha, 1980*. — Concluída em julho de 1982. 537

FIORI, José Luis (IEI/UFRJ). *O debate sobre o estado e a industrialização brasileira : algumas interrogações*. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão ; 14). 538

———. *O significado da política econômica na primeira metade dos anos 50 para o processo de industrialização brasileira* / co-autor: Carlos Lessa. — Término: data não especificada. 539

GALVAN, Cesare Giuseppe (CME/UFPB). *A difusão da indústria nuclear : considerações preliminares aos programas latino-americanos* — João Pessoa : UFPB/CCSA-Mestrado em Economia, 1982. Comunicação ao Simpósio de Política Científica y Tecnológica : 1. : Guanajuato : 1966, patrocinado pela Soc. Latinoamericana de Política Científica y Tecnológica. 540

———. *Estado e relações internacionais : o caso da indústria nuclear alemã*. — Término previsto: 1984. 541

Resumo: Principais tendências na expansão da indústria nuclear através da República Federal Alemã. Base bibliográfica principal: a literatura especializada; documentos oficiais; entrevistas com pessoas competentes. Teses interpretativas e debates das mesmas. Bases para uma explicação do fenômeno em suas ligações e implicações internacionais.

———. *Expansão nuclear alemã : à procura de porquês*. — João Pessoa : UFPB, CCSA-Mestrado em Economia, 1983. — (Texto para discussão ; 20). 542

———. *Indústria nuclear na América Latina*. — Término: data não especificada. 543

Resumo: Panorama dos programas nucleares, vinculações internacionais, implicações para a estrutura industrial.

———. El proceso capitalista de producción y reproducción de las disparidades tecnológicas. — *El Trimestre Económico*, México, n. 195, jul./set. 1982. p. 525-62. 544

IBANEZ, Hugo Alvaro Muñillo (ABACE). *Tópicos de administração de energia*. — São Paulo : Assoc. Brasileira de Adm. e Conservação de Energia, s. d. 500 p. 545

SABOIA, João Luiz Maurity (IEI/UFRJ). *Crítica e adequação das estatísticas industriais brasileiras para os diversos estudos de estrutura industrial : relatório final*. — Conclusão: novembro de 1982. 546

630 Estudos Industriais

CRUZ, Helio Nogueira (FIPE/USP). *Evolução tecnológica em uma firma de processo produtivo contínuo no setor metal-mecânico do Brasil*. — S. I. : Programa de Investigaciones sobre Desarrollo Científico y Tecnológico en América Latina, s. d. 33 p. — (Monografía ; 58). 547

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

710 Agricultura

AMARAL, Cicely Moitinho (ESALQ/USP). *Consideração sobre o uso de calcário agrícola e fertilizantes para o Estado de São Paulo* / co-autores: Gilson Rodrigues Mendes *et alii*. — Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Ciências Agrárias, 3. : Florianópolis : 1983, patrocinado pela Univ. Fed. de Santa Catarina. 548

———. *Estudo nacional do calcário agrícola* / coordenador: Cicely Moitinho Amaral ; co-autores: Vera Lúcia R. de B. Amaral e Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros. — Término previsto: março de 1984. 549

Resumo: uma análise das condições de produção e uso do calcário agrícola. Aspectos da estrutura industrial, demanda, oferta e uma avaliação do Plano Nacional do Calcário Agrícola, são os principais tópicos tratados.

- . Pressões de demanda sobre a agricultura brasileira / co-autores: Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros e Vera Lúcia R. de B. Amaral. — *Est. Econ.*, São Paulo, v. 13, 1983. 550
- BARACHO, Maria Amarante Pastor (FJP). A importância da política de crédito público no processo de modernização da agricultura brasileira. — *R. Análise e Conjuntura*, 13 (3/4) mar./abr. 1983. 551
- BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa (EPGE/FGV). *Crédito rural : problemas econômicos e sugestões de mudanças* / co-autor: Uriel de Magalhães. — Rio de Janeiro EPGE, 1982. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 35). 552
- . *Economic growth and soil depletion*. — S. 1. EMBRAPA, julho 1983. Mimeografado. 553
- BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa (EPGE/FGV). Talento empresarial, parceria, alocação de recursos e posse da terra / co-autor: G. E. Schuh. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (1) 82. 554
- FANDINO-MARINO, J.º Mario (IEPE/UFRGS). *Programa de avaliação sócio-econômica da pesquisa agropecuária do projeto II Embrapa/BIRD* / co autores: Vitor Palma *et alii*. — Brasília : EMBRAPA, 1982. 555
- FARIA, Luiz Augusto Estrella (FEE). *O produto microrregional do RS, 1939-1975* / co-autores: Adalberto A. M. Neto, Renato A. Dalmazzo, Maria H. A. Sampaio. — Pesquisa em andamento na Unidade de Agregados Econômicos da FEE. Término previsto: julho de 1984. 556
- Resumo: cálculo da distribuição espacial do produto gaúcho, com estabelecimento de uma divisão microrregional coerente com o período histórico, para os anos censitários de 1939, 1949, 1959, 1970 e 1975
- FREITAS, Claro Luis de (INCRA-RS). Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul : origens e mudanças / co-autor: Otto Guilherme Konzen. — *R. Econ. Rural*, Brasília, 21 (3) 83. 557
- MAGALHÃES, Uriel de (EPGE/FGV). *Crédito rural problemas econômicos e sugestões de mudança* / co-autor: Antonio Salazar P. Brandão. — Rio de Janeiro : EPGE, 1982. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 35). 558

- VEIGA, José Elí (FEA/PUC-SP; FEA/USP). Duas sugestões ao SNI. — *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1982. 559
- . Mais um ano de impasse agrário? — *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1982. 560
- . Outra punhalada nos bóias-frias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1982. 561
- . Reforma agrária e mistificação. — *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 fev. 1982. 562
- . Reforma agrária por magia. — *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1982. 563
- . Retrocesso agrário. — *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 maio 1982. 564

720 Recursos Naturais

- BUARQUE, Cristovam (ECO/UnB). Economia e meio ambiente. — *R. do Serviço Público*, dez. 1983. 565
- . O fetichismo da energia. — *R. Pernamb. Desenv.*, Recife, 9 (1):13-47, jan./jun. 1982, e 9 (2):161-77, jul./dez. 1982. 566
- WIENDL, Maria de Lourdes T. B. (ESALQ/USP). *Aspectos sociais da ecologia*. Trabalho apresentado na Jornada Brasileira de Ecologia Humana, 3. : dez. 1982, patrocinada pela Unicamp. 567
- Ver também:* 602

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

810 *Treinamento e Alocação de Mão-de-Obra, Oferta de Mão-de-Obra e Força de Trabalho*

- BIANCHI, Ana Maria (FIPE/USP). *A concorrência estrangeira no mercado de trabalho : perfil, extensão, limites*. — Término: data não especificada. 568

Resumo: o artigo analisa a participação estrangeira no mercado de trabalho nacional avaliando a concorrência que representa (ou não) para os nativos segundo estado, sexo e ocupação.

- AGAREZ, Isis Carneiro (INPES/IPEA). Comprobaciones empíricas acerca del comportamiento de la demanda de mano de obra y el papel de la capacitación. — *Boletín CINTERFOR*, Montevideo, v. 81, ene./mar. 1983. p. 3-23. 569
- ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio (FEA/UFRJ; INPES/IPEA). *Professions, public policy and the state*. — Trabalho apresentado no World Congress, 12. : Rio de Janeiro agosto de 1982, patrocinado pela International Political Science Assoc. 570
- BIANCHI, Ana Maria (FIPE/USP). *Mobilidade, estratégia de sobrevivência*. — São Paulo : Ed. FIPE, 1983. 571
- CARVALHO, Lívio R. W. de (ECO/UnB). Brazilian wage policies : 1964/81. — In: *Brazilian Economic Studies*. Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1984. 250 p. p. 109-41. 572
- . Políticas salariais brasileiras no período 1964-81. *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (1) :51-84, jan./mar. 1982. 573
- CAVALCANTI, Clóvis (FUNDAJ). *Viabilidade do setor informal : a demanda de pequenos serviços no Grande Recife*. — 2. ed. — Recife : Ed. Massangana, 1983. 134 p. 574
- CUNHA, Paulo Vieira da (IEI/UFRJ; INPES/IPEA). Política salarial e evolução da estrutura de salário no Brasil / co-autor: Paulo Renato Souza. — *Pensamiento Iberoamericano*, 1 (2) 83. 575
- EKERMANN, Raul José (EPGE/FGV). Política salarial, inflação e emprego. — In: TAVARES, M. da C. & DAVID, M. D., org. — *A economia política da crise*. — Rio de Janeiro : Ed. Vozes, 1982. p. 65-80. 576
- EKERMANN, Raul José (EPGE/FGV). *Salário real e inflação teoria e ilustração empírica*. — Rio de Janeiro EPGE, 1982. — (Ensaio Econômico da EPGE ; 39). 577
- . *Salários médios e salários individuais no setor industrial* / co-autor: Uriel de Magalhães. — Rio de Janeiro IPEA, INPES, 1984. — (PNPE. Série Fac-Símile ; 14). 578

- FARO, Clovis de (EPGE/FGV). Política de redução do reajuste salarial e perda do poder de compra dos salários uma nota / co-autor: Fernando de Holanda Barbosa. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 14 (1) 84. 579
- MAGALHÃES, Uriel de (EPGE/FGV). Salários médios e salários individuais no setor industrial ... / co-autor: Raul Ekerman. — Rio de Janeiro IPEA, INPES, 1984. (PNPE. Série Fac-Simile ; 14). 580
- PRADO, Eleutério Fernando da Silva (FIPE/USP). Multiplicadores de emprego no Brasil / co-autor: Décio Kadota. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (1) :207-30, abr. 1982. 581
- Ver também:* 484; 495; 601
- 900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA
- 910 *Programas de Bem-Estar Social*
- FARO, Clovis de (EPGE/FGV). Sobre o novo plano do BNH "SIMC". — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. (Ensaios Econômicos da EPGE 44). 582
- ROMÃO, Maurício (PIMES/UFPE). Ainda sobre as medidas de concentração. — Recife Dept. de Economia da UFPE, 1982. (PIMES. Textos para discussão 115). 583
- . Alguns comentários sobre renda não monetária, concentração de renda e pobreza no Brasil. — Recife : Dept. de Economia da UFPE, 1983. — (PIMES. Textos para discussão ; 146). 584
- . Características sócio-econômicas e desigualdades nas despesas familiares no Nordeste. — *R. Econ. Nord.*, Fortaleza, 14 (1) :9-30, jan./mar. 1983. 585
- . Considerações sobre o conceito de pobreza. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (4) :355-70, out./dez. 1982. 586
- ROMÃO, Maurício (PIMES/UFPE). Desigualdades regionais de despesas familiares no Brasil. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. (10. : Águas de São Pedro : 1982). *Anais*

— Brasília : Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, 1982. p. 1.359-89. 587

———. Diferenças inter-regionais de renda e concentração de renda no Brasil. — *Boletim do Instituto dos Economistas de Pernambuco*. 588

———. Distribuição de renda e pobreza : uma análise preliminar da natureza do problema no Nordeste brasileiro. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. (11. : Belém : 1983). *Anais ...* — Brasília : Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, 1983. p. 995-8. 589

———. *Distribuição de renda e pobreza no Brasil*. — Recife : Dept. de Economia da UFPE, 1983. — (PIMES. Textos para discussão ; 143). Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Economistas 5. : Curitiba : 15-18 nov. 1983. 590

———. *Evolução recente dos estudos de pobreza*. — Término previsto: abril de 1984. 591

Resumo: *survey* sobre os estudos de pobreza, com ênfase nos aspectos conceituais e de mensuração. Tenta-se também sistematizar as evidências empíricas recentes no Brasil.

———. Índices de pobreza : alternativas, decomposição e uso com dados agregados. — *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (3) :51-65, dez. 1982. 592

———. *Índices de pobreza e a proposta de Sen*. — Trabalho apresentado no Encontro Regional de Econometria 2. : Fortaleza : julho de 1982, promovido pela Sociedade Brasileira de Econometria. 593

———. *Introdução aos estudos de pobreza*. — Término previsto: junho de 1985. 594

Resumo: livro-texto sobre pobreza, abrangendo aspectos de conceitualização, mensuração, aplicações ao caso brasileiro e políticas de erradicação.

Obs.: em fase de preparação do projeto de pesquisa.

———. *Issues in the concept of poverty*. — Recife : Dept. de Economia da UFPE, 1982. — (PIMES. Textos para discussão ; 114). 595

———. *Natureza e dimensão da pobreza no Brasil* / co-autor: Renato S. Duarte. — Data de conclusão: agosto de 1983. 596

Resumo: Trata-se de coletânea de artigos a ser publicada em forma de livro (Editora Massangana/FUNDAJ). Reúne resultados de estudos empíricos sobre a problemática da pobreza na região.

———. *Uma nota crítica sobre o "ciclo de vida dos rendimentos" diante da realidade brasileira*. — Recife : Dept. de Economia da UFPE, 1983. — (PIMES. Textos para discussão ; 144). 597

———. *Pobreza e sociedade*. — *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 1982. Caderno de Economia. 598

———. *A renda não monetária e a desigualdade de renda no Brasil*. — *Boletim do Instituto dos Economistas de Pernambuco*, 5 (1) 1983. 599

920 Consumo

Ver também: 585; 586

930 Economia Urbana

BARAT, Josef. *El financiamiento del desarrollo urbano en Brasil : el caso del area metropolitana de São Paulo*. — *R. Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales*, Santiago, 9 (25):31-50, ago. 1982. 600

———. *The financing of urban development in Brazil : the case of São Paulo metropolitan area*. — *Third World Planning Review*, Liverpool, 4 (2):129-44, May 1982. 601

CAVALCANTI, Clóvis (FUNDAJ). *Emprego e renda no setor informal : o caso de Fortaleza*. — *R. do Serviço Público*, 1 (1):113-26, 1983. 602

Ver também: 537; 574

CAVALCANTI, Clóvis (FUNDAJ). *A seca nordestina de 1979-1980 : caracterização sócio-econômica* / co-autor: Dirceu Pessoa. — **Término previsto: janeiro de 1984.** 603

Resumo: a questão da água; as atividades produtivas; a pobreza subjacente; a política de emergência.

———. *Situação da população vitimada pela seca de 1979/80 no Nordeste.* — Concluído em 1983. 604

Resumo: perfil do flagelado; a economia da população vitimada.

SIMÕES, Jairo (CME/UFBA). *O Nordeste e os incentivos fiscais.* — Comunicação ao Congresso Brasileiro dos Economistas : Curitiba : 1983, patrocinado pelo Cons. Fed. de Economia e CORECON-Paraná. 605

Ver também: 585; 586; 587; 588; 589; 595; 598

LISTA DAS INSTITUIÇÕES

ABACE

Associação Brasileira de Administração e Conservação de Energia, São Paulo.

CEDEPLAR/UFMG

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — Universidade Federal de Minas Gerais.

CME/UFBA

Curso de Mestrado em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas — Universidade Federal da Bahia.

CME/UEPB

Curso de Mestrado em Economia — Universidade Federal da Paraíba.

COPPEAD/UFRJ

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Centro de Tecnologia — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ECO/UnB

Departamento de Economia — Universidade de Brasília.

EPGE/FGV

Escola de Pós-Graduação em Economia — Fundação Getúlio Vargas.

ESALQ/USP

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Universidade de São Paulo.

FCPERJ

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro.
Sociedade Brasileira de Instrução, Rio de Janeiro.

FEA/PUC-SP

Faculdade de Economia e Administração — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FEA/UFRJ

Faculdade de Economia e Administração — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FEA/USP

Faculdade de Economia e Administração — Universidade de São Paulo.

FEE

Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre.

FJP

Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

FIPE/USP

Instituto de Pesquisas Econômicas. Faculdade de Economia e Administração — Universidade de São Paulo.

FUNDAJ

Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

IEI/UFRJ

Instituto de Economia Industrial. Faculdade de Economia e Administração — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

IEPE-UFRGS

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Faculdade de Ciências
Econômicas — Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INCRA-RS

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Rio Grande do
Sul.

INPES/IPEA

Instituto de Pesquisas — Instituto de Planejamento Econômico e
Social.

PIMES/UFPE

Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. Curso
de Mestrado em Economia — Universidade Federal de Pernambuco.

PUC-PE

Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco.

PUC-RJ

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

pesquisa e planejamento econômico

SUMARIO DO VOLUME 15

ABRIL DE 1985

NÚMERO 1

Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada — Eduardo M. Modiano

Reflexões sobre o dilema entre inflação e crescimento econômico na década de 80 — Cláudio R. Contador

Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil: 1973/83 — Helson C. Braga, Flávio Castelo Branco e Pedro S. Malan

Sistemas alternativos de indexação salarial: uma análise teórica — Francisco Lafaiete Lopes

Efeitos macroeconômicos de uma redistribuição de renda: um estudo para o Brasil — Ronaldo Lamounier Locatelli

Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil — Rodolfo Hoffmann e Angela A. Kageyama

Uma avaliação econômica dos impactos ambientais decorrentes da produção de carvão mineral — Sérgio Margulis

Notas sobre uma nova decomposição do índice de Gini — José W. Rossi

Structuralist macroeconomics, de Lance Taylor (Resenha) — Edmar L. Bacha

Dangerous currents. The state of economics, de Lester C. Thurow (Resenha) — Clóvis Cavalcanti

outras publicações do ipea

Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação — Sérgio Buarque de Holanda Filho Cr\$ 6.800

A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo — Fernando de Holanda Barbosa Cr\$ 6.750

Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil — Charles C. Mueller Cr\$ 9.370

Microeconomia: teoria, modelos econométricos e aplicações à economia brasileira — Fernando de Holanda Barbosa Cr\$ 24.000

Empresas do governo como instrumento de política econômica: os sistemas Siderbrás, Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás — Annibal Villanova Villela Cr\$ 10.400

Um modelo macroeconômico de política a curto prazo para o Brasil — Milton P. Assis Cr\$ 8.460

Engenharia e consultoria no Brasil e no Grupo Andino: possíveis áreas de cooperação — Projeto de Pesquisa Conjunta IPEA/CEPAL Cr\$ 15.500

Política e financiamento do sistema de saúde brasileiro: uma perspectiva internacional — William Paul McGreevey, Lúcia Pontes de Miranda Baptista, Vitor Gomes Pinto, Sérgio Francisco Piola e Solon Magalhães Vianna/**Saúde para poucos ou para muitos: o dilema da zona rural e das pequenas localidades** — Vitor Gomes Pinto Cr\$ 13.250

Literatura Econômica, vol. 7, n.º 1 (fev. 1985)

pedidos pelo reembolso postal:

serviço editorial — av. presidente antônio carlos, 51/13.º andar
— cep 20020 — rio de janeiro (rj)



IMPRESSO NO CENTRO
DE SERVIÇOS GRÁFICOS DO IBGE